

**RELATÓRIO DE GESTÃO E DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS INDIVIDUAIS - EXERCÍCIO DE 2015
APA - Administração do Porto de Aveiro, S.A.**

ÍNDICE

RELATÓRIO DE GESTÃO

1. Mensagem do Conselho de Administração	4
2. Atividade Portuária	5
3. Investimentos	13
4. Concessões	14
5. Segurança no Porto	17
6. Área de Desenvolvimento de Negócios, Relações Externas e Comunicação	20
7. Recursos Humanos	24
8. Análise Económico-Financeira	32
9. Perspetivas Futuras	40
10. Proposta de Aplicação dos Resultados	41
11. Cumprimento das Orientações Legais	42
12. Práticas de Boa Governação Societária	67
13. Nota Final	73

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

1. Mensagem do Conselho de Administração

Como síntese da atividade desenvolvida em 2015 pela APA - Administração do Porto de Aveiro, S.A. (APA, S.A.) há a destacar o resultado líquido do exercício positivo, alicerçado no crescimento do movimento portuário, dando continuidade a uma tendência que tem início em 2013.

O movimento dos graneis sólidos é, de entre os segmentos de carga, o que mais contribuiu para o crescimento do movimento de mercadorias, ao registar uma subida de 20% face a 2014, devido, essencialmente, ao contributo da importação de produtos agro-alimentares.

No que se refere à capacitação da infra-estrutura portuária, em 2015, concretizou-se a empreitada de reforço dos interfaces ferroviários dos terminais de graneis sólidos e líquidos, consubstanciada na construção de linhas férreas, com o que se pretendeu melhorar as condições de carga e descarga de vagões, conferindo, por essa via, maior competitividade ao transporte ferroviário de graneis a partir dos terminais especializados existentes.

No que ao futuro diz respeito, a realização dos investimentos estruturais, nomeadamente a implementação da operacionalidade do terminal de graneis líquidos e a infraestruturização da ZALIM (Zona de Atividades Logísticas, Industriais e Marítimas), previstos no Plano de Atividades e Orçamento (PAO) 2016-2018 e no Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas (PETI 3+), contribuirão para a afirmação do Porto de Aveiro enquanto polo logístico e industrial competitivo, evidenciando-o como um porto onde os seus clientes podem beneficiar de acesso direto a ligações multimodais.

Numa outra vertente da atividade, importa ainda frisar, que a APA, S.A. manteve e reforçou a sua política de proximidade com a comunidade envolvente, através de iniciativas próprias e do apoio às iniciativas de terceiros, de diversa índole: culturais, filantrópicas, associativas, recreativas.

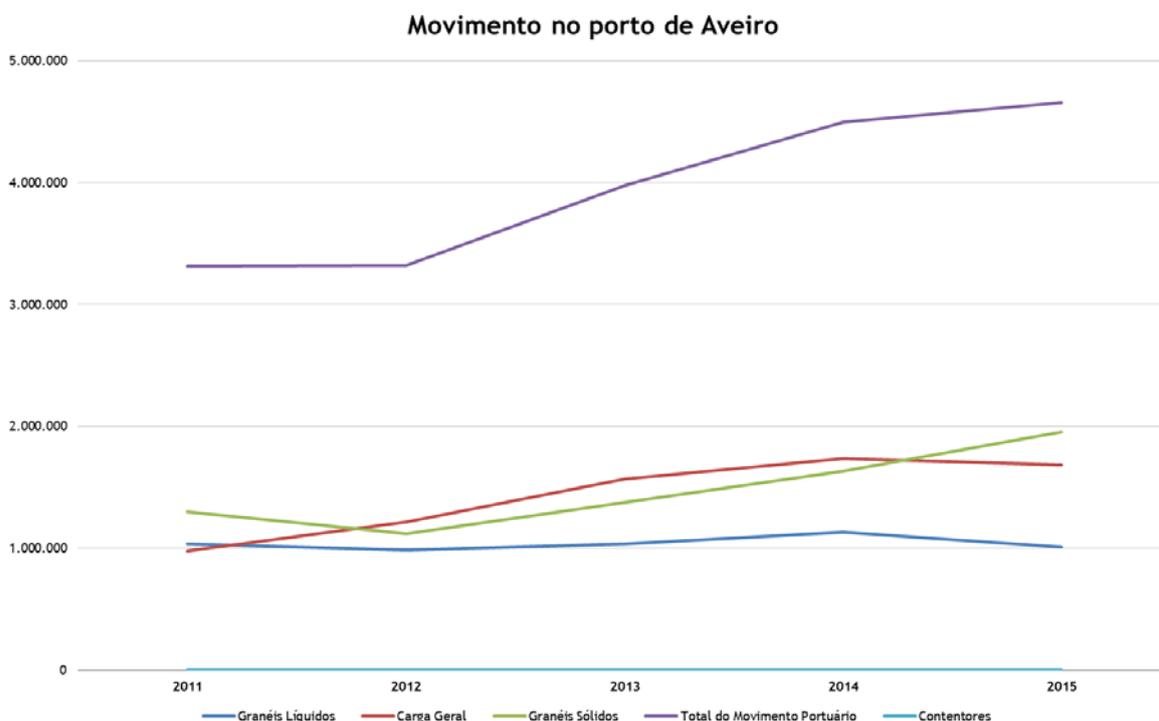
Por último, e sendo este o primeiro relatório de gestão apresentado pela equipa que iniciou funções em março de 2015, impõe-se, por um lado, agradecer a dedicação e o empenho dos trabalhadores da APA, S.A. sem os quais o bom desempenho desta Administração Portuária não teria sido possível, e por outro, a confiança de toda uma Comunidade Portuária que acredita no futuro do Porto de Aveiro e está apostada em aumentar, mais e mais, a sua competitividade e o contributo para alavancar o desenvolvimento da economia nas regiões que serve.

2. Atividade Portuária

Em 2015 o movimento de mercadorias do Porto de Aveiro ascendeu a 4.656 mil toneladas, superando em 3,55% o anterior recorde de 4.496 mil toneladas, registado em 2014.

Registou-se um crescimento, face a 2014, no segmento de Graneis Sólidos, com uma variação de positiva 19,84 % (mais 324 mil toneladas). Por outro lado os segmentos de Graneis Líquidos e Carga Geral registaram uma diminuição de 10,49% (menos 119 mil toneladas) e de 2,71% (menos 47 mil toneladas), respetivamente, face aos valores registados em 2014.

A distribuição da carga movimentada no porto, em 2015, foi de 42,01% para a Graneis Sólidos, 36,21% para a Carga Geral, 21,75% para os Graneis Líquidos e 0,03% para a Carga Contentorizada.



2.1. Movimento de Navios

O movimento no porto de Aveiro registou em 2015 um total de 1.005 navios, a que corresponde uma arqueação bruta total de 4.533.519 GT. Face ao ano anterior, observa-se um aumento de 3,18% e 5,67%, no número de navios e no GT, respetivamente, o que implicou um aumento na arqueação média dos navios, que passou de 4.405 GT em 2014 para 4.511 GT em 2015. Este

resultado global é reflexo direto da política desta administração de receber navios de maior comprimento. Política esta, consolidada com a conclusão da melhoria das acessibilidades marítimas da barra do Porto de Aveiro.

Classe de GT	2015		2014		Δ% 15/14	
	N.º Navios	GT Total	N.º Navios	GT Total	N.º Navios	GT Total
Total	1.005	4.533.519	974	4.290.175	3,18%	5,67%
< 2000	49	86.530	48	84.394	2,08%	2,53%
2000 - 3000	376	1.005.427	377	1.004.449	-0,27%	0,10%
3001 - 4000	182	652.920	156	553.622	16,67%	17,94%
4001 - 5000	154	678.431	168	738.819	-8,33%	-8,17%
5001 - 6000	76	409.710	67	360.021	13,43%	13,80%
6001 - 7000	52	331.217	46	296.180	13,04%	11,83%
7001 - 8000	31	237.489	30	227.464	3,33%	4,41%
8001 - 9000	15	125.476	20	166.892	-25,00%	-24,82%
9001 - 10.000	9	87.203	7	67.508	28,57%	29,17%
10.001 - 11.000	8	82.120	7	70.924	14,29%	15,79%
11.001 - 12.000	6	69.616	3	35.243	100,00%	97,53%
> 12.001	47	767.380	45	684.659	4,44%	12,08%

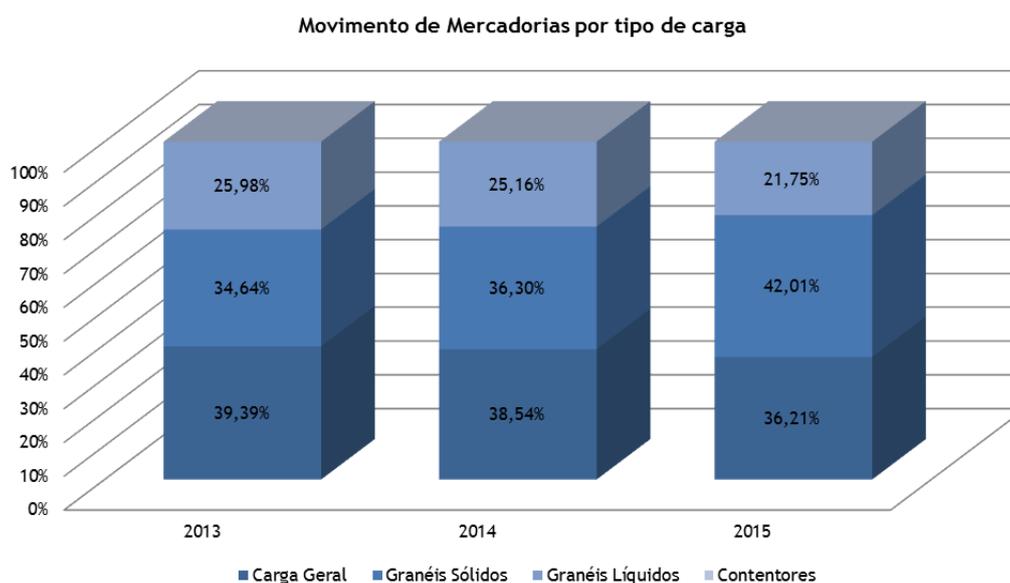
2.2. Movimento de Mercadorias

2.2.1. Movimento de Mercadorias por Tipo de Carga

O quadro seguinte resume o movimento de mercadorias nos últimos anos, por tipo de carga.

	Toneladas		
	2015	2014	Δ%15/14
Total do Movimento Portuário	4.656.103	4.496.280	3,55%
Carga Geral Fracionada	1.685.910	1.732.841	-2,71%
Granéis Sólidos	1.956.115	1.632.221	19,84%
Granéis Líquidos	1.012.536	1.131.218	-10,49%
Carga Contentorizada	1.541	0	100%

Relativamente à distribuição da movimentação de mercadorias por tipo de carga evidencia-se o predomínio do tráfego de Graneis Sólidos sobre as restantes cargas, conforme se observa no gráfico seguinte.



2.2.1.1. Carga Geral Fracionada

A Carga Geral Fracionada, registou uma diminuição de 2,71%, face a 2014, tendo sido a segunda principal componente de tráfego total deste porto. As mercadorias que mais contribuíram para o total de Carga Geral Fracionada foram os cimentos embalados (675 mil toneladas), os metais (530 mil toneladas) e as pastas químicas de madeira (227 mil toneladas).

	Toneladas		
	2015	2014	Δ 15/14
Total de Carga Geral Fracionada	1.685.910	1.732.841	-46.930
Cimentos embalados/paletizados	675.019	739.706	-64.687
Metais	530.479	482.601	47.878
Pastas químicas de madeira	226.846	214.840	12.007
Madeira Densificada	128.154	119.586	8.568
Madeira	38.452	91.076	-52.625
Outras Cargas Geral	86.960	85.032	1.928

2.2.1.2. Granéis Sólidos

Os Graneis Sólidos registaram um aumento de 19,84%, face a 2014. As principais mercadorias movimentadas, de Granéis Sólidos, foram o Milho (412 mil toneladas), desperdícios de madeira (245 mil toneladas) e o cimento (245 mil toneladas).

	Toneladas		
	2015	2014	Δ 15/14
Total de Granéis Sólidos	1.956.115	1.632.221	323.895
Milho	411.172	140.574	270.597
Desperdícios de madeira	245.182	252.147	-6.965
Cimento	244.918	345.487	-100.569
Clinker	231.247	114.949	116.298
Carbonato	140.864	113.566	27.297
Argila / Outras argilas caulínicas	133.142	119.022	14.120
Coque de Petróleo	122.112	121.457	655
Trigo	94.438	61.279	33.160
Caulino	67.662	91.662	-24.001
Feldspato	58.773	55.431	3.342
Ureia	50.441	47.599	2.842
Arroz	32.767	25.069	7.698
Bagaços vegetais	19.916	60.635	-40.718
Outros Granéis Sólidos	103.481	83.342	20.139

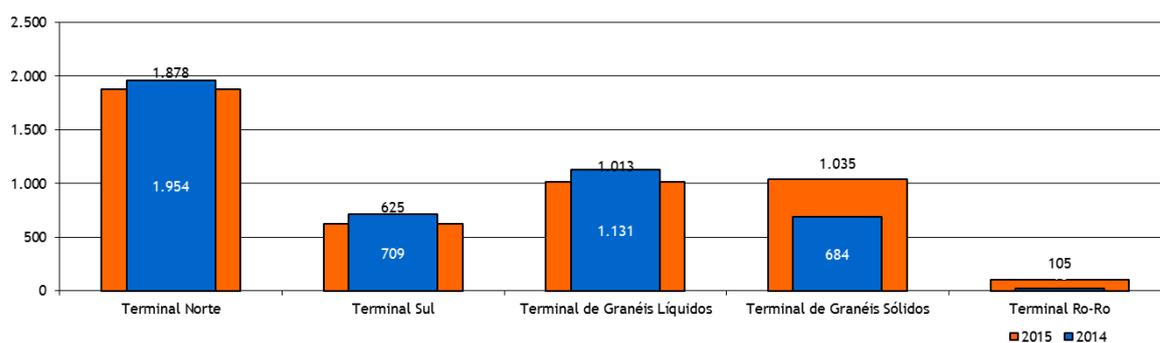
2.2.1.3. Granéis Líquidos

O movimento de Granéis Líquidos registou uma diminuição de 10,49%, face a 2014. O gasóleo (232 mil toneladas) e o cloreto de vinilo (158 mil toneladas) foram as principais mercadorias movimentadas.

	Toneladas		
	2015	2014	Δ 15/14
Total de Granéis Líquidos	1.012.536	1.131.218	-118.681
Gasóleo	232.180	345.446	-113.266
Cloreto de vinilo	157.528	166.187	-8.659
Isocianatos	144.686	134.549	10.137
Benzeno	137.821	126.565	11.256
Metanol	74.527	66.432	8.095
Hidróxido de sódio	61.586	46.899	14.687
Biodiesel	55.521	55.035	486
Óleos	46.116	62.633	-16.517
Anilina e seus sais	35.184	29.087	6.097
Gasolinas	24.924	63.547	-38.623

	Toneladas		
	2015	2014	Δ 15/14
Derivados nitrados	24.777	21.316	3.461
Outros Granéis Líquidos	17.686	13.522	4.164

2.2.2. Movimento de Mercadorias por Terminal



2.2.2.1. Terminal Norte

O Terminal Norte representou 40,34% do movimento global do porto, tendo-se verificado uma diminuição de 76 mil toneladas face ao ano anterior.

	Toneladas		
	2015	2014	Δ 15/14
Total - Terminal Norte	1.878.168	1.953.960	-76.292
Carga Geral	1.173.317	1.306.119	-133.302
Granéis Sólidos	704.240	647.841	56.399
Carga Contentorizada	611	0	611

2.2.2.2. Terminal Sul

O Terminal Sul movimentou 625 mil toneladas, que corresponderam a 13,46% do movimento total, apresentando uma diminuição de 84 mil toneladas relativamente a 2014.

	Toneladas		
	2015	2014	Δ 15/14
Total - Terminal Sul	625.273	708.791	-83.517
Carga Geral	333.204	389.796	-56.592
Granéis Sólidos	292.070	318.995	-26.925

2.2.2.3. Terminal de Granéis Líquidos

No Terminal de Granéis Líquidos o movimento de mercadorias ascendeu a 1.013 mil toneladas, representando uma diminuição, face ao ano transato, de 119 mil toneladas.

	Toneladas		
	2015	2014	Δ 15/14
Total - Terminal de Granéis Líquidos	1.012.536	1.131.218	-118.681
Granéis Líquidos	1.012.536	1.131.218	-118.681

2.2.2.4. Terminal de Granéis Sólidos

No Terminal de Granéis Sólidos o movimento de mercadorias ascendeu a 1.035 mil toneladas, representando um aumento, face ao ano transato, de 351 mil toneladas.

	Toneladas		
	2015	2014	Δ 15/14
Total - Terminal de Granéis Sólidos	1.034.801	684.185	350.615
Granéis Sólidos	943.360	654.190	289.169
Carga Geral	91.441	29.995	61.446

2.2.2.5. Terminal de Contentores e Ro-Ro

No Terminal de Contentores e Ro-Ro o movimento de mercadorias ascendeu a 105 mil toneladas, representando um aumento, face ao ano transato, de 87 mil toneladas.

	Toneladas		
	2013	2014	Δ 14/13
Total - Terminal de Contentores e Ro-Ro	105.324	18.125	87.199
Granéis Sólidos	87.949	6.932	81.017
Carga Geral	16.446	11.194	5.252
Carga Contentorizada	930	0	930

2.2.3. Movimento de Mercadorias por Importações / Exportações

	Toneladas		
	2015	2014	Δ 14/13
Total de Mercadorias Movimentadas	4.656.103	4.496.279	159.823
Importações	2.350.563	2.193.310	157.253
Exportações	2.305.540	2.302.969	2.570

No ano de 2015, as importações representaram 50,48% do total do movimento do porto, sendo os metais, o milho, o gasóleo e o cloreto de vinilo as principais mercadorias.

No quadro seguinte, são apresentadas as principais mercadorias importadas nos anos 2014 e 2015.

	Toneladas		
	2015	2014	Δ 15/14
Total de Mercadorias Importadas	2.350.563	2.193.310	157.253
Metais	462.135	399.564	62.571
Milho	411.172	140.574	270.598
Gasóleo	232.180	345.446	-113.266
Cloreto de vinilo	157.528	166.188	-8.660
Carbonato disódico	141.266	114.537	26.729
Benzeno	137.821	126.565	11.256
Coque	122.112	121.457	655
Trigo	94.438	61.278	33.160
Metanol [álcool metílico]	74.527	66.432	8.095
Hidróxido de sódio	61.586	46.899	14.687
Ureia	50.441	47.598	2.843
Óleos vegetais	46.116	62.632	-16.516
Cimentos	27.706	46.874	-19.168
Gasolinas	24.924	63.547	-38.623
Bagaços vegetais	19.916	59.041	-39.125
Madeira	12.233	63.209	-50.976
Outros	274.461	261.470	12.991

Relativamente às exportações, verificou-se um aumento de 0,11%, face a 2014, sendo o cimento, desperdícios de madeira e o clínquer as principais mercadorias.

	Toneladas		
	2015	2014	Δ 15/14
Total de Mercadorias Exportadas	2.305.540	2.302.969	2.570
Cimentos	892.230	1.041.762	-149.531
Desperdícios de madeira	236.583	252.147	-15.564
Clínquer	231.247	114.949	116.298
Pastas químicas de madeira	226.846	209.299	17.547
Isocianatos	144.686	134.549	10.137
Madeira densificada	128.156	119.586	8.570
Argilas	93.268	66.163	27.105

	Toneladas		
	2015	2014	Δ 15/14
Metais	68.478	83.388	-14.910
Biodiesel	55.521	55.034	487
Caulino	46.123	74.884	-28.761
Anilina	35.184	29.087	6.097
Madeira	26.219	27.867	-1.648
Outros	120.998	94.254	26.743

2.3. Setor das Pescas

	2015		2014		2013	
	Carga (t)	N.º Navios	Carga (t)	N.º Navios	Carga (t)	N.º Navios
Porto de Pesca Costeira	7.712	—	6.143	—	8.224	—
Porto Pesca do Largo	3.631	5	8.097	13	7.354	11

2.3.1. Porto de Pesca Costeira

Este setor, vocacionado para a descarga, armazenagem e comercialização de pescado por embarcações de pequeno porte registou, em 2015, um aumento de 25,54%, face a 2014.

2.3.2. Porto de Pesca do Largo

Este terminal serve armadores de pesca do largo e as indústrias do processamento do pescado instaladas na Gafanha da Nazaré, dispondo para isso de 17 pontes-cais.

Este terminal registou, em 2015, uma diminuição de 55,16% na carga total movimentada, face a 2014.

3. Investimentos

O montante de investimento executado em 2015 ascendeu a **1.494 mil euros**, sendo que **1.124 mil euros** corresponderam à execução de **investimentos estruturais** e **370 mil euros** à execução de **investimentos funcionais**.

No que respeita aos **investimentos estruturais** executados em 2015, destaca-se a empreitada de reforço dos interfaces ferroviários dos terminais de graneis sólidos e líquidos. Este projeto consistiu na construção de linhas férreas nos referidos terminais, destinadas à melhoria das condições do interface ferro-marítimas. Este investimento tem como principal objetivo contribuir para uma maior otimização das infraestruturas existentes, na medida em que lhes confere não só uma maior capacidade para consolidar os fluxos atuais e para a captação de novos fluxos de mercadorias, bem como a fixação de novos investimentos privados naqueles terminais.

De realçar ainda a participação da APA, S.A. no projeto AnNA - *Advanced National Networks for Administrations*, cujo objetivo principal visou o desenvolvimento de um *Master Plan* para a implementação da Diretiva n.º 2010/65/UE, de 20 de outubro, relativa às formalidades de declaração exigidas aos navios à chegada e/ou à partida dos portos dos Estados-Membros. Para a concretização deste projeto foi constituído um consórcio, liderado pelo Instituto Portuário e do Transporte Marítimo, I.P. (IPTM, I.P.), no qual participaram todas as Administrações Portuárias nacionais.

Dos projetos de investimento funcionais realizados em 2015, destacam-se a **alteração da cobertura do armazém do CAIMA**, no montante total de 124 mil euros e a **modernização do sistema de CCTV**, no montante de 40 mil euros.

Em conclusão, refira-se que do custo total de investimento realizado em 2015, 787 mil euros foi financiado por fundos comunitários e 707 mil euros por fundos da APA, S.A..

4. Concessões

4.1. Existentes

4.1.1. De Serviço Público

4.1.1.1. Socarpor - Sociedade de Cargas e Descargas, S.A.

Durante o ano de 2015, assistiu-se a uma diminuição do movimento portuário no Terminal Sul, concessionado à empresa SOCARPOR - Sociedade de Cargas e Descargas, S.A., registando-se um decréscimo de 13,46% (ver informação identificada no ponto 2.2.2.2. - Movimento de Mercadorias por Terminal, deste documento).

4.1.1.2. Tinita - Transportes e Reboques Marítimos, S.A.

No ano de 2015, assistiu-se a um aumento do número de manobras efetuadas pela empresa à qual se encontra adjudicada, desde 29 de outubro de 2013, a *Concessão da Prestação da Atividade de Reboque, em regime de serviço público no porto de Aveiro* - TINITA - Transportes e Reboques Marítimos, S.A.. Este contrato de concessão produziu efeitos a 1 de fevereiro de 2014.

Importa ainda referir que com a entrada em vigor deste contrato de concessão permitiu reforçar a frota de rebocadores ao dispor dos clientes do porto de Aveiro.

		2015	2014 ⁽¹⁾
Número de manobras		1.123	930
Dimensão dos navios	Menor que 115 metros	651	548
	Entre 115 e 125 metros	56	51
	Entre 125 e 135 metros	120	123
	Entre 135 metros e 150 metros	101	108
	Maiores que 150 metros	195	100

Nota:

⁽¹⁾ - De 1 de fevereiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014.

4.1.2. De Uso Privativo

4.1.2.1. Socarpor - Sociedade de Cargas e Descargas, S.A.

Em 2015, o terminal de granéis alimentares, concessionado à empresa SOCARPOR - Sociedade de Cargas e Descargas, S.A., instalado no terminal de granéis sólidos do porto de Aveiro, movimentou 357.910 toneladas.

Esta instalação compreende 16 silos e respetivos equipamentos de carga/descarga, totalmente automatizados e em circuito fechado. A capacidade de armazenamento do terminal é de 60 mil toneladas.

Refira-se ainda que, com este terminal, a SOCARPOR fornece a região de Castela e Leão, utilizando para o efeito a ligação ferroviária, concluída em 2010.

4.1.2.2. Navalria Docas, Construções e Reparações Navais, S.A.

Em 2015, a Navalria deu continuidade à atividade de reparação e construção naval.

4.1.2.3. Docapesca - Portos e Lotas, S.A.

A APA, S.A. e a Docapesca - Portos e Lotas, S.A. celebraram o contrato de concessão de instalações destinadas a atividades da pesca e serviços conexos no porto de pesca costeira de Aveiro, com efeitos a 1 de outubro de 2014.

Durante o ano de 2015, registou-se um aumento de 1.569 toneladas de pescado transacionado no Porto de Pesca Costeira de Aveiro, conforme identificado no ponto 2.3. - Sector das Pescas, deste documento.

4.1.2.4. Prio Biocombustíveis, S.A.

Em 2015, o estabelecimento industrial de produção de biodiesel, no terminal de granéis líquidos, movimentou de 160.722 toneladas (+23,71%, face a 2014).

4.1.2.5. Prio Parques de Tanques de Aveiro, S.A.

Em 2015, a Prio Energy, S.A. movimentou 186.748 toneladas (-48,23%, face a 2014).

4.1.2.6. Pellets Power, Lda.

Em 2015, a Pellets Power, Lda. movimentou nas suas instalações, no terminal norte do Porto de Aveiro um total de 82.389 toneladas (-17,85%, face a 2014).

4.1.2.7. Enerpellets, S.A.

Em 2015, a Enerpellets, S.A. movimentou 84.690 toneladas (+38,73%, face a 2014).

4.1.2.8. SGPAMAG - Sociedade de Granéis Parque de Aveiro, Movimentação e Armazenagem de Granéis, S.A.

Em 2015, a SGPAMAG, S.A. movimentou 188.929 toneladas (+0,42%, face a 2014). Refira-se que esta concessão de uso privativo, atribuída em 2010, inclui duas parcelas dominiais com uma área total de 49.725 m² no terminal de granéis líquidos.

4.1.2.9. PPS - Produtos Petrolíferos, S.A.

Em 2015, a PPS - Produtos Petrolíferos, S.A., conclui a construção de um parque de receção de armazenagem, movimentação e expedição de combustíveis gasosos. A empresa iniciou a sua atividade em 2015 tendo movimentado 4.196 toneladas.

4.2. Outras Concessões

4.2.1. Plataforma Logística de Aveiro - Pólo de CACIA

A Plataforma Logística Portuária de Aveiro - Pólo de CACIA iniciou a sua exploração efetiva no início de 2010, tendo sido efetuados vários movimentos de mercadorias com especial destaque para o cimento ensacado e o aglomerado de madeira. De salientar que esta plataforma logística visa assegurar o encaminhamento eficiente das mercadorias com origem e destino no porto de Aveiro, assim como contribuir para um alargamento do seu *hinterland* natural até Espanha.

Em 2015 continuou a registar-se uma utilização significativa da Ligação Ferroviária ao Porto de Aveiro cujo movimento ascendeu a 14% do total de mercadorias do Porto. Neste sexto ano de exploração da referida infraestrutura, foi efetuado um tráfego de 642 mil toneladas de mercadorias, na sua quase totalidade destinadas à exportação, atingindo 28% do total deste fluxo do Porto.

5. Segurança no Porto

5.1. Plano de Emergência Interno da APA, S.A.

O Plano de Emergência Interno da APA, S.A. está acessível numa plataforma eletrónica *on-line* com permissões de acesso para os utilizadores, permitindo fornecer um conjunto de diretrizes e informações que visam a adoção de procedimentos lógicos, técnicos e administrativos, estruturados de forma a dar resposta rápida e eficiente em situações de emergência. A plataforma *on-line*, composta por vários módulos, facilita a gestão de emergência, permitindo uma gestão mais eficaz.

No dia 7 de fevereiro de 2015 foi realizado um exercício conjunto no Terminal Sul, concessionado à Socarpor - Sociedade de Cargas e Descargas, S.A. (Socarpor). O exercício foi integrado na atividade denominada "MOLICEIRO 2015" tipo LIVEX E CPX da Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC) - Comando Distrital de Operações de Socorro (CDOS) de Aveiro, com o objetivo de testar a estrutura organizativa dos meios humanos e materiais do Porto de Aveiro, definir estratégias preventivas para evitar a ocorrência de incidentes que ponham em causa pessoas e bens, o ambiente e a própria operacionalidade das instalações portuárias bem como testar os meios afetos aos Corpos de Bombeiros geograficamente mais próximos do local.

O cenário foi contextualizado no silo de armazenamento de "*Pellets*", localizado no Terminal Sul, fictício no respeitante ao tipo de ocorrência, concretamente incêndio industrial em instalações portuárias.

Intervieram no Exercício "Moliceiro 2015" a ANPC/CDOS Aveiro, a APA, S.A., a Autoridade Marítima, a Socarpor, os Corpos de Bombeiros Voluntários do Distrito de Aveiro e a Proteção Civil da Câmara Municipal de Aveiro.

A APA S.A. ativou o seu Plano de Emergência Interno (PEI), coordenando a partir do Centro de Coordenação de Operações, as equipas da APA, S.A. que intervieram no exercício, nomeadamente a equipa do Núcleo de Apoio Operacional (NAO) e o Núcleo de Operações de Manutenção (NOM). A equipa da APA, S.A. colocou em operação no cais do Terminal Sul, uma motobomba de grande capacidade.

No final foi constatado por todas as entidades a importância da realização deste tipo de exercícios que permitem aferir os procedimentos operacionais em vigor e melhorá-los de acordo com as propostas de melhoria, refletidas no relatório final.

No âmbito da prevenção a combate a derrames de hidrocarbonetos foi realizado um exercício interno no dia 27 de agosto de 2015, com a equipa do Núcleo de Combate a Derrames do PEI da APA, S.A..

A APA, S.A. esteve representada na 5.ª edição do POLAMPORTOS, realizada na APL - Administração do Porto de Lisboa, S.A., no dia 8 de outubro de 2015, na qual foram debatidos os temas relativos à prevenção e combate a derrames por hidrocarbonetos. Importa referir que o POLAMPORTOS é um fórum anual que tem como propósito fundamental fomentar e incrementar a interoperabilidade entre os vários intervenientes e responsáveis do combate à poluição no mar.

5.2. *International Ship and Port Facility Security Code (ISPS) Plano de Proteção do Porto*

A APA, S.A., realizou nos dias 1 e 2 de junho de 2015, um exercício no âmbito do Plano de Proteção do Porto de Aveiro, de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 226/2006, de 15 de novembro, envolvendo todas as instalações portuárias certificadas pelo Código ISPS.

O exercício procurou treinar e aferir a articulação de todos os intervenientes com responsabilidades de atuação no âmbito da Proteção do Porto.

No dia 1 de junho de 2015, após elevação do nível de proteção do porto e das instalações portuárias, foi operacionalizado o Centro de Controlo de Operações de Proteção do Porto (CCOPP), no edifício sede da APA, S.A.. O CCOPP é composto pela Autoridade Marítima, pela APA, S.A. e pelos responsáveis das forças de segurança com competências na área portuária.

No dia 2 de junho de 2015 foi simulado, da parte da manhã, o sequestro da tripulação do N/M “Voruta”, de bandeira da Lituânia, atracado no Terminal Norte, tendo sido acionados os meios operacionais previstos no Plano de Proteção do Porto. A operação contou com a participação do Grupo de Ações Táticas (GAT) da Polícia Marítima, em coordenação com as outras forças de segurança com competência na área do porto. Este grupo, especialmente equipado para executar ações policiais não convencionais, efetuou a abordagem do navio por terra e por mar, conduzindo à neutralização dos sequestradores e resgate dos reféns.

Todas as entidades e Autoridades envolvidas no exercício atuaram de forma concertada, complementar e articulada, numa resposta bastante eficaz.

Estas ações são extremamente relevantes na promoção do entrosamento entre entidades, na facilitação da coordenação no terreno, na identificação da disponibilidade de recursos e da capacidade de intervenção das forças de segurança do porto, para além de constituírem também

oportunidades de treino para os Oficiais e Equipas de Proteção das Instalações Portuárias envolvidas.

5.3. Controlo do Tráfego Marítimo do porto de Aveiro

O Centro de Controlo de Tráfego Marítimo do porto de Aveiro, inaugurado em julho de 2008, e a funcionar 24 horas por dia, sete dias por semana, é o órgão operacional do *Vessel Traffic Service* (VTS) o qual tem por missão garantir a troca de informação necessária no âmbito da segurança do porto. O serviço VTS, colaborando diretamente com o Departamento de Pilotagem, monitoriza permanentemente todas as embarcações e navios que demandam o porto de Aveiro.

5.4. Segurança e Higiene no Trabalho

Em 21 de agosto de 2014, foi constituída a Comissão de Segurança e Saúde no Trabalho do Porto de Aveiro. Nesta Comissão estão representados os principais intervenientes na operação dos terminais, tendo sido estabelecidas reuniões regulares e apresentados os seguintes objetivos principais:

- Dar seguimento ao preconizado na Lei n.º 3/2014, de 28 de janeiro;
- Monitorizar a gestão da prevenção nas instalações portuárias; e
- Agilizar procedimentos, entre todas as entidades, por forma a efetivar a implementação de boas práticas na SST nos terminais do Porto de Aveiro.

Durante o ano de 2015 foram realizadas várias reuniões da Comissão de Segurança e Saúde no Trabalho. Refira-se ainda que em 2015 foi concluída a empreitada de implantação do Plano de Circulação no Terminal Norte dando um contributo significativo à segurança na circulação naquele terminal.

No âmbito do Plano de Prevenção e das Medidas de Autoproteção do edificado da APA, S.A., destaca-se a colocação de novas plantas de emergência e renovação da sinalização de segurança em material fotoluminescente de acordo com as normas e legislação em vigor.

6. Área de Desenvolvimento de Negócios, Relações Externas e Comunicação

6.1. Iniciativas de Desenvolvimento de Negócios

Em 2015 foi dada continuidade à promoção da ZALIM, tendo sido celebrado, com a empresa PT *Wind*, S.A., um contrato de concessão de uma parcela dominial, para a construção de uma unidade industrial de desenvolvimento, fabricação, transporte e montagem de equipamentos industriais. Relativamente à Plataforma Logística de Cacia, não obstante ter sido atribuído em 2015 uma licença à MSC - *Mediterranean Shipping Company* (Portugal), para uso privativo de uma parcela de terreno, continuam a ser desenvolvidos esforços na promoção do espaço com o intuito de encontrar novos parceiros para a sua dinamização. A ligação ferroviária a Salamanca (Espanha) foi outro dos projetos acompanhados, durante o ano, tendo sido envolvidas diversas entidades dos dois países. Foram igualmente estabelecidos contatos com armadores de vários segmentos do *Shipping* nomeadamente contentores, Ro-Ro e graneleiros. Por fim foram desenvolvidos contatos com diversos operadores logísticos interessados em estabelecer relações comerciais com o Porto de Aveiro.

6.2. Iniciativas de Promoção do Porto

Visita de Delegação da ENAPORT S. Tomé, 13 de março

A APA, S.A., recebeu a visita de uma delegação da ENAPORT Porto de São Tomé no dia 13 de março. Durante o encontro foram discutidos assuntos relacionados com o sector portuário.

Visita de Delegação do Porto de Luanda, dia 7 de abril

A APA, S.A., recebeu no dia 7 de abril, uma delegação do Porto de Luanda onde foram abordados temas de interesse comum aos dois portos.

Comemoração do dia do porto de Aveiro, 18 de abril

A efeméride foi celebrada no dia 18 de abril com um concerto musical, no Centro Cultural da Gafanha da Nazaré, tendo sido a Comunidade Portuária de Aveiro em parceria com a APA, S.A. promotora do evento. O concerto comemorativo do dia do porto de Aveiro contou com a atuação de Rita Red Shoes com o seu último trabalho denominado "*Life Is A Second Of Love*". Estiveram presentes cerca de 300 espetadores.

Seminário Internacional “Impacto Y Tendencias de las Actividades Portuaria sen la Dimensión Metropolitana Y Regional. El caso de Aveiro”, 26 de junho no Centro de Congressos de Aveiro

A APA, S.A. recebeu no dia 26 de junho, um grupo de participantes no Seminário Internacional “Impacto Y Tendencias de las Actividades Portuaria sen la Dimensión Metropolitana Y Regional. El caso de Aveiro”, organizado pela RETE - Associação para Colaboração entre Portos e Cidades. Nesta visita, que contemplou diversos terminais do porto de Aveiro, foi possível transmitir uma perspetiva geral de todas as atividades transversais ao Porto de Aveiro.

Visita do Presidente do Conselho de Administração da ENAPOR - Portos de Cabo Verde, 15 de setembro

A APA, S.A. recebeu a visita do Sr. Presidente do Conselho de Administração dos Portos de Cabo Verde no dia 15 de setembro. Foram abordados vários assuntos de interesse comum assim como a intenção de reforçar a cooperação entre os dois portos.

XV Congresso Nacional de Transitários, 9 e 10 de outubro em Monte Real

A APA, S.A. patrocinou o XV Congresso da Associação Nacional de Transitários. A interoperabilidade foi objeto de análise e discussão tendo o transporte marítimo e o *short Sea* sido amplamente debatidos.

Fórum do Mar 2015, de 16 a 19 de novembro, na Exponor, Matosinhos

A APA, S.A., a CPA - Comunidade Portuária de Aveiro, a CIRA - Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, o GAC- Grupo de Ação Costeira e Câmara Municipal de Ílhavo, a Universidade de Aveiro e o ISCIA - Instituto Superior das Ciências da Informação e da Administração estiveram presentes, na edição de 2015 do Fórum do Mar, com um *stand* de promoção da região de Aveiro.

18.º Congresso de Logística da Associação Portuguesa de Logística (APLOG) com o tema “Logística, Inovação e Sustentabilidade”, 27 e 28 de outubro no Centro de Congressos de Lisboa

A APA, S.A. patrocinou o 18.º Congresso da APLOG que, nesta edição, contemplou diversas sessões plenárias de teor estratégico e conceptual, sessões paralelas de cariz técnico e prático, assim como diversas ações de demonstração de boas práticas logísticas e promoção de *networking* e de relacionamento estratégico entre os participantes.

Workshop “A Reindustrialização da Economia e Importância da Competitividade Logística”, 3 de novembro no Auditório da Assembleia Municipal de Aveiro

A Comunidade Portuária de Aveiro em conjunto com a APA, S.A. organizou um Workshop subordinado ao tema “A Reindustrialização da Economia e Importância da Competitividade Logística”, onde foram abordados temas como a intermodalidade e o papel do Porto de Aveiro como fator de desenvolvimento da região. Estiveram presentes 70 participantes.

6.3. Comunicação

Em 2015 manteve-se a política assumida pelo Conselho de Administração, de divulgação regular de notícias referentes ao porto de Aveiro e nos mais diversos suportes.

Difusão efetuada através do portal *web* e de *newsletters* eletrónicas difundidas para vários milhares de cibernautas.

Em 2015 foram difundidas 71 *webletters* editáveis (27 em 2014), no que reporta à APA, S.A., havendo a registar mais 61 *webletters* editáveis enviadas pelo portal da Comunidade Portuária de Aveiro (CPA) (32 em 2014), recurso a cargo do gabinete de comunicação da APA, S.A..

A interpenetração com as redes sociais é outro pormenor a ressaltar, através da publicação/replicação de conteúdos no *Facebook*, *Twitter*, *Slideshare*, *History Pin* e *Youtube*.

O espaço da APA, S.A. no FLICKR, criado em 2014, oferece atualmente, aos cibernautas, 759 fotos distribuídas por 18 álbuns (694 fotos/13 álbuns em 2014).

Em 2015 publicaram-se álbuns fotográficos, vídeos e vídeofotos reportando à operação de atualização de fotografias e vídeos do Porto de Aveiro realizada no ano transato, recorrendo quer aos meios tradicionais, quer à utilização de um *drone*.

O Porto de Aveiro, pioneiro das administrações portuárias portuguesas no *Youtube* oferece aos cibernautas um conjunto assinalável de vídeos, das maiores ofertas no panorama das empresas públicas portuguesas, com um total de 763 vídeos (em 2014 registava a publicação de 674 vídeos).

Prosseguiu-se com a política encetada há vários anos e que consiste em manter presença regular nos meios de comunicação social ditos “tradicionais”. Sem um relato exaustivo, destacamos os suplementos publicados no jornal regional Diário de Aveiro, os programas quinzenais “Porto de Encontro”, emitido pela “Rádio Terra Nova”, e o programa da Comunidade Portuária de Aveiro, este difundido pela Rádio Voz da Ria, isto para além da participação noutros produtos da imprensa escrita (suplementos, cadernos especiais, edições especiais, etc.).

A redação de *press releases*, de textos para intervenções várias foi outra das atividades desenvolvidas, bem como o apoio prestado aos *media*, quer através da canalização de dados solicitados, quer, e significativamente, através do fornecimento de fotografias atuais do porto de Aveiro (terrestres e aéreas). O mesmo vale para a cedência de fotografia e cartografia do arquivo histórico-documental do porto de Aveiro, quer para fins académicos, quer para

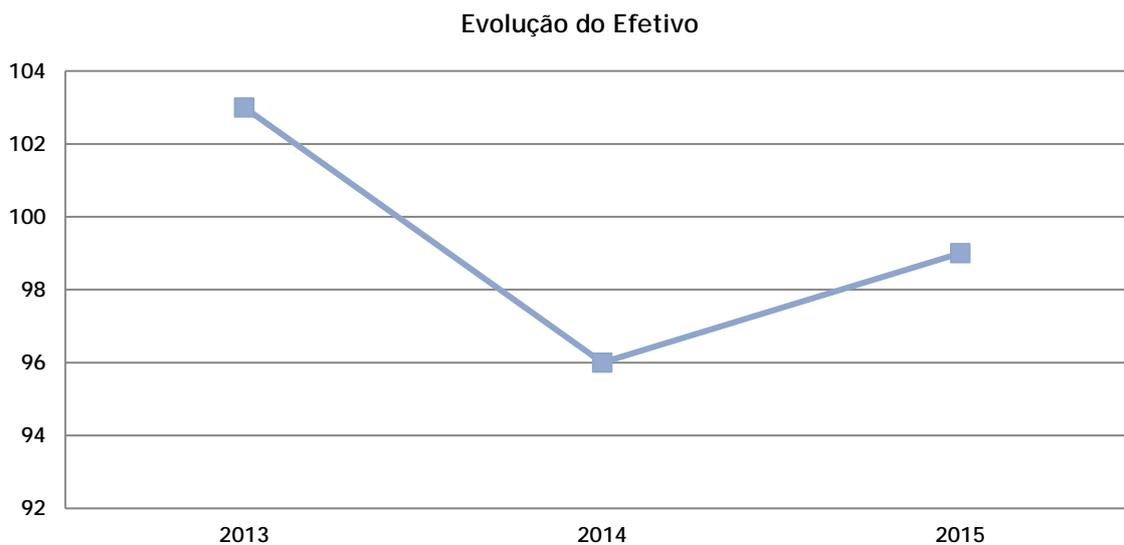
propósitos de investigação científica ou ainda para integrarem iniciativas promovidas por entidades terceiras, como sejam exposições em sala.

A colaboração com os gabinetes de comunicação governamentais, instituições académicas e empresas, associações de diversa índole, sempre que solicitada, integra também o leque de atividades do gabinete de comunicação da APA, S.A.. Procedeu-se, diariamente, à monitorização dos conteúdos publicados sobre o porto de Aveiro nos mais diversos suportes mediáticos, quer através dos recursos possibilitados pela *Cision*, quer através de alertas específicos da *Google*, ainda em buscas dirigidas na *web* e consulta de publicações em formato papel.

7. Recursos Humanos

7.1. Evolução do Efetivo

O efetivo da APA, S.A. registou a seguinte evolução no decurso dos 3 últimos anos:



O número de efetivos corresponde ao número de funcionários ao serviço da Empresa em 31 de dezembro de cada um dos exercícios.

No que concerne à evolução do efetivo, verificou-se um acréscimo do número de efetivos, em 2015 nesta Administração Portuária, de 96 para 99 (número de colaboradores a 31 de dezembro de 2015). Tal acréscimo é justificado pela nomeação, a 9 de março de 2015, de um novo Conselho de Administração, composto por 4 elementos, sendo um deles o Presidente, substituindo o anterior Conselho de Administração, composto por 2 elementos, e pela transferência de um piloto da APSS - Administração do Porto de Setúbal e Sesimbra, S.A. para a APA, S.A.. Durante o exercício de 2015, o número médio de funcionários ao serviço da Empresa foi de 99 (2014: 99 funcionários).

7.2. Habilitações Literárias

No que respeita ao nível habilitacional dos Recursos Humanos, mantém-se a elevada prevalência de colaboradores habilitados com o 1.º, 2.º e 3.º ciclos do ensino básico (43,43%), seguido de colaboradores habilitados com ensino superior (34,34%).

	N.º de Trabalhadores	
	2015	2014
Habilitações Literárias	99	96
1.º Ciclo do ensino básico	9	9
2.º Ciclo do ensino básico	11	11
3.º Ciclo do ensino básico	23	23
Ensino secundário	22	22
Ensino superior politécnico	2	2
Ensino superior universitário	28	26
Outros	4	3

No quadro infra encontra-se plasmado o nível habilitacional dos Recursos Humanos da APA, S.A. desagregado por sexo, referente ao ano de 2015.

Habilitações Literárias	N.º de Trabalhadores	
	2015	
	Homens	Mulheres
Total de Trabalhadores	73	26
1.º Ciclo do ensino básico	7	2
2.º Ciclo do ensino básico	8	3
3.º Ciclo do ensino básico	22	1
Ensino secundário	12	10
Ensino superior politécnico	2	0
Ensino superior universitário	19	9
Outros	3	1

7.3. Ativos por Áreas Operacionais

O quadro infra apresenta a distribuição dos ativos por áreas operacionais, de acordo com o modelo organizacional vigente.

	N.º de Trabalhadores	
	2015	2014
Total de Trabalhadores	99	96
<i>Top - Management</i>	4	2
Apoio à Administração	2	2
Gabinete Jurídico	1	1
Gabinete da Estratégia	2	2
Área de Desenvolvimento do Negócio	0	0

	N.º de Trabalhadores	
	2015	2014
Direção de Coordenação Portuária	56	55
Direção de Gestão de Espaços, Ambiente e Infraestruturas	16	16
Direção Financeira e de Desenvolvimento Organizacional	18	18

O quadro infra apresenta a desagregação, por género, do efetivo da empresa, distribuído pelas respetivas Áreas Operacionais.

	N.º de Trabalhadores	
	2015	
	Homens	Mulheres
Total de Trabalhadores	73	26
<i>Top - Management</i>	4	0
Apoio à Administração	0	2
Gabinete Jurídico	0	1
Gabinete da Estratégia	1	1
Área de Desenvolvimento do Negócio	0	0
Direção de Coordenação Portuária	52	4
Direção de Gestão de Espaços, Ambiente e Infraestruturas	11	5
Direção Financeira e de Desenvolvimento Organizacional	5	13

Como se depreende da análise do quadro supra, a área operacional que apresenta um maior número de colaboradoras é a Direção Financeira e de Desenvolvimento Organizacional, composta por 13 mulheres e 5 homens.

7.4. Escalões Etários

No que concerne à distribuição do efetivo por escalões etários, constata-se um aumento progressivo do nível etário médio de **49,96** em 2014 para **50,82** em 2015.

	N.º de Trabalhadores			
	2015		2014	
Total	99	100,00%	96	100,00%
Até aos 24 anos	0	0,00%	0	0,00%
De 25 a 29 anos	1	1,01%	2	2,08%
De 30 a 34 anos	1	1,01%	0	0,00%
De 35 a 39 anos	4	4,04%	5	5,21%

	N.º de Trabalhadores			
	2015		2014	
De 40 a 44 anos	9	9,09%	9	9,38%
De 45 a 49 anos	19	19,19%	21	21,87%
De 50 a 54 anos	35	35,35%	35	36,46%
De 55 a 59 anos	24	24,24%	21	21,87%
De 60 a 61 anos	4	4,04%	0	0,00%
De 62 a 64 anos	2	2,02%	3	3,13%
Mais de 65 anos	0	0,00%	0	0,00%

Em 2015, o escalão etário com as idades compreendidas entre os 50 a 54 anos é o que concentra maior número de efetivos.

O quadro infra apresenta os escalões etários dos colaboradores, desagregado por género.

	N.º de Trabalhadores			
	2015			
	Total	Homens	Mulheres	
Até aos 24 anos	0	0,00%	0	0,00%
De 25 a 29 anos	1	1,37%	0	0,00%
De 30 a 34 anos	0	0,00%	1	3,85%
De 35 a 39 anos	1	1,37%	3	11,54%
De 40 a 44 anos	6	8,22%	3	11,54%
De 45 a 49 anos	14	19,18%	5	19,23%
De 50 a 54 anos	28	38,36%	7	26,92%
De 55 a 59 anos	18	24,66%	6	23,08%
De 60 a 61 anos	4	5,48%	0	0,00%
De 62 a 64 anos	1	1,37%	1	3,85%
Mais de 65 anos	0	0,00%	0	0,00%

7.5. Antiguidade

No que respeita ao nível de antiguidade, é notória a elevada concentração de efetivos nos últimos escalões, ou seja, mais de 25 anos de antiguidade, representando 45,45% do total de colaboradores.

	N.º de Trabalhadores	
	2015	2014
Total	99	96
Até 1 ano	5	0
Mais de 1 ano até 2 anos	0	0
Mais de 2 anos até 5 anos	2	3
Mais de 5 anos até 10 anos	2	4
Mais de 10 anos até 15 anos	15	19
Mais de 15 anos até 20 anos	13	8
Mais de 20 anos até 25 anos	17	39
Mais de 25 anos até 30 anos	45	23
Mais de 30 anos	0	0

O quadro infra apresenta o nível de antiguidade dos colaboradores no ano de 2015, desagregado por género.

	N.º de Trabalhadores	
	2015	
	Homens	Mulheres
Total	73	26
Até 1 ano	5	0
Mais de 1 ano até 2 anos	0	0
Mais de 2 anos até 5 anos	2	0
Mais de 5 anos até 10 anos	1	1
Mais de 10 anos até 15 anos	9	6
Mais de 15 anos até 20 anos	10	3
Mais de 20 anos até 25 anos	11	6
Mais de 25 anos até 30 anos	35	10
Mais de 30 anos	0	0

O nível de antiguidade que agrega um maior número de colaboradoras é o “mais de 25 anos até 30 anos”.

7.6. Indicadores

7.6.1. Trabalho e Absentismo

Indicadores	2015	2014	2013
1. Efetivo (n.º de trabalhadores)	99	96	103
2. Potencial Máximo anual (horas trabalháveis)	214.959	215.115	223.701
3. Trabalho Extraordinário (horas suplementares)	941	894	938
4. Absentismo (horas de ausência)	7.088	4.518	3.513
6. Horas Efetivamente Trabalhadas (2+3-4)	208.812	211.491	221.126
7. Horas Trabalhadas /Efetivo (6:1)	2.109	2.203	2.147
8. Taxa de Absentismo (4:2x100)	3,30%	2,10%	1,57%
9. Taxa de Trabalho Extraordinário (3:2x100)	0,44%	0,42%	0,42%

Da análise do quadro supra constata-se um acréscimo da taxa de absentismo comparativamente com o ano anterior, justificado pelo aumento do número de horas de ausência. Idêntica fundamentação ocorre com a taxa de trabalho extraordinário.

No quadro infra encontra-se apresentado o detalhe do n.º de horas de ausência, discriminado por tipo de falta.

Motivos de ausência	N.º de horas		
	2015	2014	2013
Total	7.088	4.518	3.513
Acidente de trabalho	1.977	976	1.428
Doença	4.843	3.305	807
Assistência inadiável	36	20	6
Maternidade / Paternidade	0	0	1.200
Suspensões Disciplinares	0	0	0
Outras Causas	232	217	72

De destacar o acréscimo do número total de horas de ausência em 2015 quando comparado com o ano anterior, justificado pelo aumento das faltas por acidente de trabalho, doença, assistência inadiável e outras causas.

No quadro infra encontram-se plasmados os motivos de ausência desagregados por género, referentes ao ano de 2015.

Motivos de ausência	N.º de horas		
	2015		
	Homens	Mulheres	
	Total	6.457	631
Acidente de trabalho		1.888	89
Doença		4.450	393
Assistência inadiável		11	25
Maternidade / Paternidade		0	0
Suspensões Disciplinares		0	0
Outras Causas		108	124

7.6.2. Formação com o Pessoal

A evolução do total de horas de formação caracteriza-se da seguinte forma:

	2015	2014	2013
Número total de horas de ação de formação	1.246	1.243	2.141
Número de ações	39	48	51
Número de formandos	142	92	152

Da análise ao quadro supra constata-se, em 2015, um decréscimo do número de ações de formação mas a abranger um maior número de colaboradores.

De realçar que em 2015, se realizou o Curso de Condução de Motores de Potência Igual ou Inferior a 350 Kw, a abranger 4 colaboradores, com uma carga horária total de 100 horas.

7.6.3. Produtividade

Em 2015 registou-se um crescimento da produtividade, medida em função da carga movimentada no porto e das horas trabalháveis.

	2015	2014	2013
Toneladas Movimentadas (1)	4.656.103	4.496.279	3.973.779
Horas trabalháveis (2)	214.959	215.115	223.701
Produtividade (1)/(2)	21,66	20,90	17,76

7.6.4. Gastos com o Pessoal

No que respeita aos Gastos com o Pessoal refira-se que o gasto médio, por trabalhador, diminuiu 0,10 euros justificado essencialmente pela diminuição do número de horas trabalháveis. No que concerne à massa salarial por efetivo destaca-se que esta aumentou, face ao ano 2014, justificado pelo aumento do número de efetivos.

Indicadores	2015	2014	2013
1. Gastos com o Pessoal	4.664.555	4.688.858	4.798.937
2. Massa Salarial*	4.565.278	4.550.396	4.668.367
3. Efetivo	99	96	103
4. Horas Trabalháveis	214.959	215.115	223.701
Despesa Média por hora trabalhável (1:4)	21,70	21,80	20,53
Massa Salarial / Efetivo (2:3)	46.113,92	47.399,95	45.323,95

Nota:

* Remunerações dos Órgãos Sociais (conta 631) - Ajudas de Custo dos Órgãos Sociais (conta 6314) + Remunerações do Pessoal (conta 632) - Ajudas de Custo do Pessoal (conta 63207) + Encargos sobre Remunerações (conta 635).

7.6.5. Outros Gastos com o Pessoal

Ação Social	2015	2014	2013
Seguro de Saúde	29.038	20.294	33.000
Medicina no Trabalho	7.246	7.246	7.246
Pensões	11.470	31.812	16.176

7.6.5.1. Medicina no Trabalho

Os serviços de Medicina no Trabalho realizaram, em 2015, 86 exames médicos para aferição do estado de saúde geral dos trabalhadores e da sua capacidade física para o desempenho das funções profissionais que lhe são atribuídas.

Ação Social	2015	2014	2013
Efetivo (1)	99	96	103
Exames Periódicos	81	41	72
Exames Ocasionais	5	0	0
Total de Exames (2)	86	41	72
Índice de Frequência de Exames (2)/(1)	86,87%	42,71%	69,90%

8. Análise Económico-Financeira

8.1. Resultados

8.1.1. Resultado Operacional

Em 2015, a APA, S.A. apresentou um Resultado Operacional positivo de 2.813 mil euros, o que representa uma diminuição de 8,81%, relativamente ao ano anterior, conforme se observa no quadro seguinte.

	Valores em euros		
	2015	2014	Δ 2015/2014
Rendimentos Operacionais (1)	19.605.986	21.295.638	-1.689.652
Exploração Portuária	4.236.660	4.297.098	-60.438
Subsídios à Exploração	7.181	618.704	-611.523
Outros Rendimentos e Ganhos	14.271.041	13.294.493	976.548
Ganhos imputadas de subsidiárias, associadas e empreendimentos	737.977	185.721	552.256
Provisões	353.127	0	353.127
Imparidade de dívidas a receber	0	2.899.622	-2.899.622
Gastos Operacionais (2)	8.510.810	9.957.825	-1.447.015
Fornecimentos e Serviços Externos	3.113.175	4.484.276	-1.371.101
Gastos com o Pessoal	4.664.555	4.688.858	-24.303
Provisões	0	296.993	-296.993
Imparidade de dívidas a receber	108.485	0	108.485
Outros Gastos e Perdas	624.595	487.698	136.897
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (3) = (1) - (2)	11.095.176	11.337.813	-242.637
Gastos de depreciação e de amortização (4)	8.325.483	8.252.903	72.579
Imparidade de ativos depreciáveis/amortizáveis (5)	43.422	0	43.422
Resultado operacional (6) = (3) - (4) + (5)	2.813.116	3.084.910	-271.794

Nos rendimentos de **Exploração Portuária** incluem-se todos os rendimentos resultantes da prestação de serviços realizados diretamente pela APA, S.A., tais como Tarifas sobre Navios, Tarifas sobre Equipamentos e Serviços de Pilotagem. As principais rubricas que contribuíram para a variação dos rendimentos de exploração portuária, encontram-se detalhadas no quadro abaixo.

	Valores em euros		
	2015	2014	Δ 2015/2014
Exploração Portuária	4.236.659	4.297.098	-60.439
Tup-Navio	1.650.734	1.538.654	112.080
Estacionamento	257.699	196.614	61.085
Amarrar e desamarrrar	347.702	327.162	20.540
Pilotagem	1.255.730	1.216.247	39.483
Armazenagem	284.252	409.912	-125.660
Tarifa do Uso de Equipamento	425.142	590.410	-165.268
Serviços Secundários - Fornecimentos de pessoal	15.401	18.100	-2.699

O desvio negativo de 60 mil euros registado nos rendimentos de **exploração portuária** é justificado, essencialmente, pela diminuição dos rendimentos da tarifa de uso de equipamentos e de armazenagem.

A redução registada nos rendimentos obtidos com a tarifa de uso de equipamentos, decorre da entrada em vigor, a 1 de setembro de 2014, das *“Normas para Utilização dos Terminais de Cargas Secas do Porto de Aveiro”* e das *“Normas para Utilização das Pontes-Cais do Terminal de Granéis Líquidos do Porto de Aveiro”*, que aprovaram o modelo de operação portuária, cujo objetivo principal é promover a concorrência dentro do porto através da diminuição do tempo de carga e descarga dos navios, mediante a utilização de meios de movimentação vertical privados.

O desvio negativo registado na tarifa de armazenagem é justificado pela redução do tempo de permanência das mercadorias em porto e pelo licenciamento de um armazém da APA, S.A. a um carregador, diminuindo, desta forma os rendimentos decorrentes da Tarifa de Armazenagem, compensados através da receita de ocupação.

Por outro lado, atento o aumento do movimento portuário, conforme apresentado no ponto 2 do presente documento, a TUP-Navio, Amarração e Desamarração e Pilotagem, apresentaram variações positivas, face ao ano de 2014.

Nos **Outros Rendimentos e Ganhos**, registou-se um aumento de 977 mil euros, face a 2014. Para esta variação contribuiu, positivamente, a entrada em vigor a 1 de setembro de 2014 do modelo de operação portuária cujo principal objetivo é promover a concorrência dentro do porto mediante a entrada de novos meios de operação vertical (+ 1.518 mil euros, face a 2014¹), o

¹ Importa referir que até à entrada em vigor do modelo de operação portuária vigoravam as “normas transitórias” para a movimentação com equipamentos privados efetuada pelas Empresas de Estiva. Os rendimentos obtidos, de 1 de janeiro a 31 de agosto de 2014, com as normas transitórias ascenderam a 724 mil euros.

aumento dos rendimentos provenientes da venda de inertes (+ 256 mil euros, face a 2014), e, negativamente e o cancelamento de ocupações (-285 mil euros, face a 2014).

	Valores em euros		
	2015	2014	Δ 2015/2014
Outros Rendimentos e Ganhos	14.271.041	13.294.493	976.547
Rendimentos de Propriedade	4.424.438	4.709.223	-284.784
Inertes	500.038	244.077	255.961
Concessões	6.232.826*	5.321.449*	911.377
Fornecimentos Secundários	573.807	559.319	14.488
Recolha de Resíduos	46.516	26.815	19.701
Outros	193.433	151.248	42.184
Descontos de pronto pagamento obtidos	288	5.292	-5.004
Imputação de subsídios para investimentos	2.093.318	2.015.180	78.138
Benefícios e penalidades contratuais	206.376	261.890	-55.514

Nota:

* Inclui 3.085.879€, resultante da adoção da política contabilística relativa ao reconhecimento dos ativos dos concessionários que, no final da concessão, reverterem gratuitamente para a Empresa.

Observando a variação dos **Gastos Operacionais**, no ano de 2015, verificou-se uma diminuição de 1.447 mil euros, face a 2014. Para esta variação contribuíram de forma significativa e relevante os fornecimentos e serviços externos (com um desvio favorável de 1.371 mil euros) e as provisões (com um desvio favorável de 297 mil euros).

Para a variação dos **Fornecimentos e Serviços Externos** (com um desvio favorável de 1.371 mil euros) contribuiu de forma significativa e relevante a realização, em 2015, de dragagens de manutenção, no montante de 1.122 mil euros. Importa referir que em 2014, a APA, S.A. realizou dragagens de manutenção, no montante de 2.468 mil euros, financiada em 612 mil euros por fundos PIDDAC, montante registado como um subsídio à exploração.

No que respeita aos **Gastos com o Pessoal** verificou-se uma diminuição de 24 mil euros, face a 2014, justificado, essencialmente, pelos encargos com as aposentações ocorridas em 2014, nomeadamente o pagamento de pensões, desde do momento em que é rececionado pela APA, S.A. o despacho enviado pela Caixa Geral de Aposentações e a publicação em Diário da República da lista mensal de aposentados.

Os **Fornecimentos e Serviços Externos** e os **Gastos com o Pessoal** continuam a deter um peso significativo na globalidade dos gastos operacionais de, respetivamente, 36,58% e 54,81%. Observadas conjuntamente estas duas rubricas absorveram 39,67% dos rendimentos globais da APA, S.A. no exercício de 2015 (43,08% em 2014).

Por fim, referimos que, decorrente da aplicação do método da equivalência patrimonial para valorização do investimento que a APA, S.A. detém na sua subsidiária, APFF, S.A., no exercício de 2015 foi reconhecido um rendimento no montante de 734 mil euros, correspondendo ao resultado líquido gerado por esta subsidiária nesse exercício.

8.1.2. Resultado Antes de Imposto

Em 2015, a APA, S.A., apresenta um Resultado Antes de Imposto de 3.064 mil euros, o que representa uma diminuição de 89 mil euros, relativamente ao ano anterior.

	Valores em euros		
	2015	2014	Δ 2015/2014
Resultado Operacional (6)	2.813.116	3.084.910	-271.794
Juros e rendimentos similares obtidos (7)	312.176	178.685	133.490
Juros e gastos similares suportados (8)	60.938	109.861	-48.923
Resultado antes de Impostos (9)	3.064.354	3.153.734	-89.381

Ressalta-se que o acréscimo na sub-rubrica “juros e rendimentos similares obtidos” é justificado pelo recebimento de juros de mora (+152 mil euros, face a 2014).

8.1.3. Resultado Líquido do Período

A APA, S.A., apresentou, em 2015, um Resultado Líquido do Período de 2.867 mil euros.

8.2. Balanço

8.2.1. Ativo

O Ativo Líquido da APA, S.A., em 2015, ascendeu a 379.308 mil euros, conforme demonstrado no quadro seguinte.

	Valores em euros	
	2015	2014
Ativo não Corrente	352.188.654	358.278.006
Ativos fixos tangíveis	297.289.657	301.843.842
Propriedades de investimento	4.106.082	4.106.082
Ativos intangíveis	36.419.303	38.677.315
Participações financeiras - método de equivalência patrimonial	14.351.112	13.628.266
Participações financeiras - outros	22.500	22.500
Ativo Corrente	27.118.876	25.778.308
Clientes	3.956.674	5.256.537
Estado e Outros Entes Públicos	72.969	41.184
Outras contas a Receber	1.773.455	1.289.981

	Valores em euros	
	2015	2014
Diferimentos	153.413	180.334
Caixa e Depósitos bancários	21.162.364	19.010.273
Total do Ativo	379.307.530	384.056.314

De referir que a diminuição do ativo é justificada, essencialmente, pelo registo das depreciações e amortizações do exercício (8.324 mil euros).

8.2.2. Capitais Próprios

Os Capitais Próprios, da APA, S.A., em 2015, ascenderam a 308.002 mil euros, conforme evidenciado no quadro seguinte.

	Valores em euros	
	2015	2014
Capital Próprio		
Capital realizado	30.000.000	30.000.000
Reservas	194.737.156	193.664.606
Reservas legais	1.156.033	848.100
Reservas não distribuíveis	3.814.566	3.049.948
Outras reservas	189.766.558	189.766.558
Resultados transitados	-5.828.245	-7.649.296
Ajustamento em ativos financeiros	14.007.561	13.944.680
Outras variações do Capital Próprio	72.217.908	73.236.767
Resultado Líquido do Período	2.867.319	3.079.323
Total do Capital Próprio	308.001.699	306.276.080

O aumento registado nos capitais próprios resulta, essencialmente, do resultado líquido gerado em 2015, no montante de 2.872 mil euros.

8.2.3. Passivo

O Passivo, da APA, S.A., em 2015, ascendeu a 71.306 mil euros, conforme evidenciado no quadro seguinte.

	Valores em euros	
	2015	2014
Passivo não Corrente	64.480.275	69.515.461
Provisões	54.982	433.014
Financiamentos obtidos	15.726.819	17.180.453
Passivos por impostos diferidos	1.285.586	1.107.428
Diferimentos	27.563.165	30.649.044
Outras Contas a Pagar	19.849.723	20.145.522
Passivo Corrente	6.825.557	8.264.774
Fornecedores	501.946	1.777.639
Estado e Outros Entes Públicos	259.669	256.994
Financiamentos Obtidos	1.453.632	1.453.632
Outras Contas a Pagar	1.524.431	1.690.630
Diferimentos	3.085.879	3.085.879
Total do Passivo	71.305.833	77.780.235

O decréscimo verificado no passivo resulta, fundamentalmente, do reembolso, em 2015, dos financiamentos obtidos (1.453 mil euros), da reversão dos bens a reverter (3.086 mil euros) e da diminuição do saldo de fornecedores (1.276 mil euros).

8.3. Indicadores Económicos e Financeiros

No quadro seguinte são apresentados indicadores económico-financeiros para o ano de 2015 e 2014.

Indicadores		2015	2014
Económicos			
VAB / Encargos Pessoal (%)		350,81	409,36
Volume de Negócios (em euros)	Prest. Serviços (conta 72) + Prov. Suplementares (conta 781)	16.198.800	15.304.043
EBIT (em euros)	Res. Operacionais	2.813.116	3.084.910
EBITDA Ajustado (em euros)	Ver ponto 8.3.1.	4.933.360	3.448.403
Margem EBIT (%)	EBIT / Volume Negócios	17,37	20,16
Margem EBITDA (%)	EBITDA / Volume Negócios	30,46	22,53
Financeiros			
Liquidez (%)	Ativo Circulante/ Passivo Circulante	725,17	497,76
Rend. Vendas (%)	Res. Líquido/ (Prestação Serviços + Outros)	17,70	20,12

Indicadores		2015	2014
Financeiros			
Rent. Cap. Próprios (%)	Res. Líquido/ Cap. Próprios	0,93	1,01
Rent. Cap. Totais (%)	Res. Líquido/ (Cap. Próprios + Passivo)	0,76	0,80
Autonomia Financeira (%)	Cap. Próprios/Ativo Total	81,20	79,75
Solvabilidade (%)	Cap. Próprios/Passivo Total	431,94	393,77
Cobertura do Imobilizado (%)	Cap. Permanentes/ Ativo Fixo	91,92	90,28

8.3.1. EBITDA Ajustado

Face às variações referidas anteriormente, o EBITDA ajustado atingiu, no final do exercício, o montante de 4.933 mil euros.

	Valores em euros		
	2015	2014	Δ 2015/2014
EBITDA Ajustado (1) = (2) - (3) - (4) - (5) - (6) - (7)	4.928.512	3.443.608	1.484.905
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (2)	11.095.176	11.337.813	-242.637
Ganhos/perdas imputadas de subsidiárias, associadas e empreendimentos (3)	737.977	185.721	552.255
Imputação de subsídios para investimentos (4)	2.098.166	2.019.976	78.190
Imparidade de dívidas a receber (5)	-108.485	2.899.622	-3.008.107
Provisões (6)	353.127	-296.993	650.120
Concessões* (7)	3.085.879	3.085.879	0

*Rendimento resultante da adoção da política contabilística relativa ao reconhecimento dos ativos dos concessionários que, no final da concessão, revertem gratuitamente para a Empresa.

8.3.2. Valor Acrescentado Bruto

Face às variações referidas anteriormente, o Valor Acrescentado Bruto atingiu, no final do exercício, o montante de 165 mil euros por efetivo.

	Valores em euros		
	2015	2014	Δ 2015/2014
VAB / N.º de Efetivos	165.291	199.940	-34.649
N.º de Efetivos	99	96	3
VAB	16.363.827	19.194.217	-2.830.391
Impostos	554.018	163.649	390.368
Gastos com o Pessoal	4.664.555	4.688.858	-24.304
Encargos Financeiros	60.938	109.861	-48.923
Gastos de Depreciações e de Amortizações	8.325.483	8.252.903	72.579
Imparidade de Dívidas a Receber	-108.485	2.899.622	-3.008.107
Resultado Líquidos	2.867.319	3.079.323	-212.004

9. Perspetivas Futuras

Em linha com os objetivos inscritos no Plano de Atividades e Orçamento (PAO) 2016-2018, os principais fatores chave de que dependem, no curto, médio e longo prazo, os resultados desta Administração Portuária são:

- **Aumento do movimento portuário:** A receita proveniente da atividade de exploração portuária é um dos principais contributos para a sustentabilidade financeira da empresa. Neste sentido é fundamental a consolidação do crescimento do movimento de mercadorias já iniciado em 2013;
- **Redução do peso dos gastos operacionais no volume de negócios:** A manutenção da tendência de redução do peso dos gastos operacionais no volume de negócios, verificada desde 2010, foi fundamental para alcançar a sustentabilidade financeira do Porto;
- **Modelo de operação portuária:** A implementação do novo modelo de operação portuária, a 1 de setembro de 2014, é também um fator chave rumo à sustentabilidade da empresa. O principal objetivo deste modelo é incrementar a concorrência entre as empresas de estiva licenciadas através da melhoria da produtividade e eficiência dos meios de movimentação de cargas utilizados;
- **Plano de Investimentos:** Até 2014 a atuação estratégica da APA, S.A. centrou-se na expansão da capacidade instalada do Porto de Aveiro para a movimentação portuária, bem como na melhoria das suas acessibilidades marítimas e terrestres. Atualmente, o porto possui uma oferta de infraestruturas portuárias de excelente qualidade e ligações marítimas e rodoferroviárias competitivas. Com vista a potenciar as infraestruturas físicas existentes, bem como aumentar a sua atratividade junto das cadeias logísticas de transporte, definiu-se para o horizonte 2019, a necessidade de orientar o esforço de investimento da APA, S.A. para projetos de melhoria das condições operacionais para a captação de atividades logísticas e industriais e de modernização dos sistemas de informação e comunicação do porto. A realização dos investimentos estruturais, previstos no PAO 2016-2018 e no Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas (PETI 3+), contribuirá para a afirmação do Porto de Aveiro enquanto um polo logístico e industrial competitivo, o qual para além de ser uma infraestrutura destinada à movimentação portuária de mercadorias, é reconhecido como sendo uma localização privilegiada para a realização de atividades que acrescentam valor à carga e/ou de atividades industriais que podem beneficiar de menores custos logísticos pelo facto possuírem acesso direto a ligações multimodais.

10. Proposta de Aplicação dos Resultados

Dando cumprimento ao disposto na alínea f) do artigo 10º dos Estatutos da APA, S.A. o Conselho de Administração da APA - Administração do Porto de Aveiro, S.A. propõe à Assembleia Geral que o Resultado Líquido de 2015, apurado no montante de 2.867.317,68 euros seja distribuído da seguinte forma:

- 10%, 286.731,77 euros, para reservas legais, em cumprimento do estatuído na alínea a) do n.º 1 do artigo 17º dos Estatutos da APA, S.A. aprovados pelo Decreto-Lei n.º 339/98, de 3 de novembro, com as alterações aprovadas em Assembleia-Geral de 31 de março de 2008;
- 613.656,82 euros para reservas não distribuíveis - Concessões;
- 737.976,68 euros para Ajustamentos em ativos financeiros - Lucros não atribuídos; e
- o remanescente, 1.228.952,41 euros, para resultados transitados.

A parte destinada a reservas não distribuíveis - Concessões, resulta da implementação da política contabilística aprovada pelas Administrações Portuárias relativa ao reconhecimento, registo, mensuração e divulgação dos bens adquiridos ou construídos pelos concessionários de usos privativos de bens dominiais afetos à atividade portuária que revertam gratuitamente no final dos respetivos contratos. A implementação desta política contabilística teve em consideração o parecer da Comissão de Normalização Contabilística (CNC) datado de 3 de janeiro de 2012.

11. Cumprimento das Orientações Legais

Para efeito de sistematização da informação quanto ao cumprimento das orientações legais, evidenciadas no presente ponto, é apresentado o quadro seguinte.

Cumprimento das obrigações legais	Cumprimento			Quantificação/Identificação	Justificação/Referência ao ponto no relatório
	S	N	N.A.		
Objetivos de gestão / Plano de Atividades e Orçamento			X	Em 2015 a APA, S.A. cumpriu, com a generalidade, dos objetivos propugnados no PAO 2015. Os objetivos de gestão e respetivas metas quantificadas a atingir pelo Conselho de Administração, comum às duas empresas, APA, S.A. e APFF, S.A., foram fixadas pelo acionista Estado, para o período 2008-2010. Desde então, e mais concretamente para o ano de 2015, não foram fixados objetivos de gestão.	Ver ponto 11.1.
Gestão do risco financeiro	X			A taxa média de financiamento em 2015 ascendeu a 0,37%.	Ver ponto 11.2.1.
Limites de Crescimento do Endividamento	X			Em 2015 o endividamento diminuiu 7,80% ou 1.453.634€, face a 2014.	Ver ponto 11.2.2.
Evolução do PMP a fornecedores	X			O PMP em 2015 ascendeu a 30 dias (+1 dia, face a 2014).	Ver ponto 11.3.
Divulgação dos atrasos nos pagamentos ("Arrears")	X			A APA, S.A. não possuía faturas vencidas há mais de 90 dias a 31.12.15.	Ver ponto 11.3.
Recomendações do acionista na aprovação de contas	X				Ver ponto 11.4.
Remunerações					
Não atribuição de prémios de gestão, nos termos do art. 41.º da Lei 82-B/2014	X				Ver ponto 11.5.2.1.
Órgãos Sociais - reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2015	X			Total da redução remuneratória em 2015: 53.945,75€.	Ver pontos 11.5.2.2., 11.5.3.1.1. e 11.5.3.2.1.
Auditor Externo - redução e reversões remuneratória nos termos do art.º 75º da Lei 82-B/2014			X		Ver ponto 11.5.3.3.
Restantes trabalhadores - reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2015			X		Ver ponto 11.5.4.1.
Restantes trabalhadores - proibição de valorizações remuneratórias, nos termos do art.º 38.º da Lei 82-B/2014	X				Ver ponto 11.5.4.2.
Artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público (EGP)					
Não utilização de cartões de crédito	X				Ver ponto 11.6.1.
Não reembolso de despesas de representação pessoal	X				Ver ponto 11.6.2.
Despesas não documentadas - n.º 2 do artigo 16º do DL n.º 133/2013					

Cumprimento das obrigações legais	Cumprimento			Quantificação/Identificação	Justificação/Referência ao ponto no relatório
	S	N	N.A.		
Proibição de realização de despesas não documentadas	X				Ver ponto 11.7.
Promoção da igualdade entre mulheres e homens - n.º 2 da RCM n.º 18/2014					
Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens	X				Ver ponto 11.8.
Contratação Pública					
Aplicação das normas de contratação pública pela empresa	X				Ver ponto 11.9.1.
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas	X				Ver ponto 11.9.1.
Contratos submetidos a visto prévio do Tribunal de Contas (TC)				No ano de 2015, foi submetido a visto prévio do TC, um contrato cujo montante global ascendeu a 1.855.350€.	
Prevenção da Corrupção - n.º 1 do artigo 46.º do DL n.º 133/2013					
Elaboração e divulgação do relatório anual	X				Ver ponto 11.10.
Auditorias do Tribunal de Contas			X	Em 2015 não foram realizadas auditorias do Tribunal de Contas.	Ver ponto 11.15.
Parque Automóvel					
N.º de viaturas	X			Apesar do aumento da atividade portuária, a APA, S.A., utiliza 31 viaturas, desde 2008.	Ver ponto 11.12.
Gastos com viaturas	X			Em 2015 os gastos com viaturas diminuíram 15 mil euros, face a 2014.	Ver ponto 11.12.
Gastos Operacionais das Empresas Públicas (artigo 61.º da Lei n.º 82-B/2014)	X				Ver ponto 11.13.1.
Redução de Trabalhadores (artigo 60.º da Lei n.º 82-B/2014)					
N.º de trabalhadores		X		Em 2015, o n.º de trabalhadores aumentou 3,13% ou 3 colaboradores, face a 2014.	Ver ponto 11.13.1. e 7.1. do presente documento.
Volume de negócios / N.º de trabalhadores	X			Em 2015 o volume de negócios, por trabalhador, ascendeu a 163.624 euros, mais 4.207 euros do que registado em 2014. Esta variação é justificada pelo aumento do volume de negócios em 2015.	Ver ponto 11.13.1.
N.º de cargos dirigentes	X			Em 2015 o n.º de cargos dirigentes manteve-se igual ao registado em 2014.	Ver ponto 11.13.4.
Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 125.º da Lei 82-B/2014 e artigo 28.º do DL n.º 133/2013)					
Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP	X			A 31.12.2015, 26% do financiamento obtido pelo Grupo estava depositado na banca comercial.	Ver ponto 11.14.
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado			X	A APA, S.A. não aferiu juros em incumprimento com da UTE.	Ver ponto 11.14.

S-Sim; N-Não; N.A. - Não Aplicável.

11.1. Objetivos de gestão, previstos no artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, de forma quantificada, e metas a atingir em conformidade com o plano de atividades e orçamento aprovado

Apesar de não terem sido celebrados contratos de gestão para o ano de 2015, o Conselho de Administração da APA, S.A. pautou a sua atuação pelas orientações recebidas pelo Acionista, das quais destacamos:

- Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2015); e
- Ofício circular n.º 11157, da Direção Geral do Tesouro e Finanças (DGTf), de 2 de dezembro de 2014, sobre a elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão: faculta instruções sobre a elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão (IPG) 2015.

Neste contexto, quantificámos o nível de cumprimento dos objetivos de gestão tendo por base as metas definidas no PAO para o triénio 2015-2017, aprovado em reunião de Assembleia Geral de 13 de julho de 2015.

Mais se realça, que o referido instrumento previsional de gestão foi elaborado tendo em consideração os seguintes pressupostos:

- Adoção de estratégias de maximização das receitas mercantis;
- Evidência, desde 2010, de uma tendência decrescente do peso dos gastos operacionais sobre o volume de negócios, com exceção dos anos 2014 e 2015, resultado da eliminação da TUP-Carga e da realização de dragagens de restabelecimento dos fundos do Porto de Aveiro;
- Cumprimento do Programa Pagar a Tempo e Horas, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 34/2008, de 22 de fevereiro com a alteração introduzida pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, bem como pelo Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio, fixando um Prazo Médio de Pagamentos (PMP) de 30 dias;
- Inexistência de dívidas vencidas há mais de 90 dias, de acordo com o Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio;
- Suspensão *“de quaisquer atos que consubstanciem valorizações remuneratórias dos titulares dos cargos e demais pessoal identificado no n.º 9 do artigo 2.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro”*;
- Redução do nível de endividamento bancário, respeitando o determinado no artigo 61.º da LOE para 2015; e
- Criteriosa seleção de investimentos a desenvolver.

Assim, importa ainda salientar que em 2015, a APA, S.A. cumpriu, com a generalidade, dos objetivos propugnados no mencionado PAO para 2015, conforme evidenciado no quadro infra:

Objetivos definidos no PAO para 2015	Cumpre			Observações
	S	N	N/A	
<u>Alcançar a sustentabilidade (V1)</u> - alcançar um EBITDA ajustado de 856 mil euros.	X			A APA, S.A. atingiu, em 2015, um EBITDA ajustado de 4.933 mil euros
<u>Incrementar o volume de tráfego (V2)</u> - prevê-se, em 2015, que o movimento portuário atinga as 4.429 mil toneladas.	X			O movimento portuário da APA, S.A. ascendeu, em 2015, a 4.656 mil toneladas.
<u>Reduzir os gastos operacionais (Fornecimentos e Serviços Externos + Gastos com o Pessoal) no volume de negócios (V4)</u> - manter a tendência de redução do peso dos gastos operacionais no volume de negócios, verificada desde 2010, seja interrompida temporariamente, no período de 2014 a 2016, pela realização das dragagens de restabelecimento dos fundos do Porto de Aveiro. Importa referir que as dragagens relativas aos anos de 2015 e 2016 representam um esforço financeiro de recuperação de 8 anos de dragagens operacionais, iniciado em 2014, que, em condições normais de acessibilidade marítima, teriam sido realizadas em cada um dos exercícios económicos.	X			Ver ponto 11.13.1. do presente documento.
<u>Assegurar a operacionalidade do acesso marítimo melhorado (P5)</u> - prevê-se em 2015 atingir um GT médio de 5.482, que, comparado com o último ano antes do início da empreitada de reconfiguração da barra (2010), representa um aumento do GT médio em 1.819.		X		O GT médio ascendeu, em 2015, a 4.510 GT, representando um aumento do GT médio em 848, face a 2010.
<u>Captar linhas de SSS regulares (P6)</u> - participar em projetos que promovam o SSS/AEM.		X		O PAO 2016-2018 prevê a captação de uma linha regular de contentores e Ro-Ro.
<u>Incrementar investimento privado (P7)</u> - Infraestruturar a ZALI e construção de terminal intermodal, em zona contígua ao Terminal de Contentores e Ro-Ro.		X		Projeto inscrito no PAO 2016-2018
<u>Inovar e desenvolver competências críticas (R1)</u> - afetar 50.000 euros relativo a formação com o pessoal.	X			Em 2015, a APA, S.A. gastou 11 mil euros com formação para os seus colaboradores.

Legenda:

S - Sim; N - Não; N/A - Não Aplicável

11.2. Gestão do risco financeiro, e cumprimento dos limites máximos de acréscimo de endividamento, definidos para 2015, na Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, apurados nos termos das orientações do ofício-circular de instruções para elaboração dos IPG - 2015

A 31 de dezembro de 2015, o passivo remunerado da APA, S.A., ascendia a 17.180.451 euros (-1.453.634 euros ou -7,80%, face a 2014), cumprindo, portanto, o limite de crescimento do

endividamento remunerado ponderado pelo capital social realizado fixado para 2015, no n.º 5 do artigo 61.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, leia-se 3%.

11.2.1. Evolução da taxa média anual de financiamento

11.2.1.1. Banco Europeu de Investimento (BEI)

O empréstimo concedido pelo BEI, a 29 de outubro de 2004, com garantia do Estado português, contratualizado pelo montante de 30 milhões de euros, teve por objetivo o financiamento das obras de expansão e aumento de capacidade das infraestruturas do porto de Aveiro e a reconfiguração do acesso/barra.

Foram solicitados 2 desembolsos, um no valor de 20 milhões de euros (realizado em janeiro de 2005) e outro no valor de 5 milhões de euros (realizado em novembro de 2009). O 1º desembolso destinou-se ao cofinanciamento dos investimentos estruturais executados pela APA, S.A. entre 2000 e 2007, destinados essencialmente à melhoria das condições operacionais do porto para a movimentação de cargas. O 2º desembolso tem com objetivo o cofinanciamento do projeto de reconfiguração da barra e foi tomado pela APA, S.A..

O capital mutuado pelo banco vence juros calculados à taxa Euribor acrescidos de um *spread* máximo de 0,13%. É amortizado em trinta e duas prestações semestrais consecutivas, tendo-se vencido a primeira em 15 de dezembro de 2008 e a última, vencer-se-á em 15 de junho de 2024. As primeiras 31 prestações são constantes em capital e correspondem, cada uma, a 1/42 do capital em dívida e a última prestação corresponde a 11/42 do capital dessa parcela desembolsada. Refira-se que a APA, S.A. poderá solicitar ao Banco que a última prestação seja paga em frações semestrais consecutivas e constantes de capital, vencendo-se a primeira em 15 de junho de 2024 e a última em 15 de junho de 2029.

A taxa de garantia pessoal concedida pelo Estado, sob a forma de fiança, para cumprimento das obrigações de capital e juros do empréstimo contraído pela APA, S.A. junto do BEI, ascende a 0,2% ao ano, sobre o capital em dívida.

Relativamente a este empréstimo, a empresa tem a possibilidade de proceder ao seu reembolso antecipado. Tendo por base as projeções de *cash-flows* de médio e longo prazo para o período de 2015-2024, e caso a empresa afetasse exclusivamente os seus excedentes de tesouraria à realização do plano de investimentos e ao reembolso do empréstimo, o mesmo seria totalmente amortizado até 2021.

	2015	2014	2013
Encargos financeiros (€)	61.781	106.722	108.632
Taxa Média de financiamento (%) ¹	0,37%	0,59%	0,53%

¹ Encargos Financeiros /Valor em dívida

11.2.1.2. BPI e BCP

O empréstimo celebrado com o consórcio Banco BPI, S.A. e Banco Comercial Português, S.A., no montante de 2.500.000 euros, em janeiro de 2007, teve como finalidade proceder à amortização antecipada do empréstimo bancário APP/2000, cujo serviço de dívida era partilhado com as restantes Administrações Portuárias principais, em função dos respetivos volumes de negócio. Tratava-se de um fator de risco para a performance económica da APA, S.A. atendendo a que era expectável o aumento da sua responsabilidade no pagamento do serviço de dívida. O empréstimo vence juros à taxa nominal correspondente à taxa Euribor a seis meses, acrescido do *spread* de 0,125% ao ano. O reembolso do capital utilizado é efetuado em 19 prestações semestrais, constantes e sucessivas, de capital e juros, tendo-se vencido a primeira, 12 meses após a assinatura do contrato.

	2015	2014	2013
Encargos financeiros (€)	2.302	4.392	8.180
Taxa Média de financiamento (%) ¹	0,58%	0,67%	0,89%

¹ Encargos Financeiros /Valor em dívida

11.2.2. Passivo Remunerado

	2015	2014	2013	Variação 15/14	
Financiamentos obtidos (€)	17.180.451	18.634.085	20.087.719	-1.453.634	-7,80%
- dos quais concedidos pela DGTF (€)	0	0	0	0	0,00%
Aumentos de Capital por dotação (€)	0	0	0	0	0,00%
Aumentos de Capital por conversão de créditos (€)	0	0	0	0	0,00%
Endividamento Ajustado (€)	0	0	0	0	0,00%

11.3. Evolução do Prazo Médio de Pagamentos a fornecedores, em conformidade com a RCM n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, com a alteração introduzida pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, e divulgação dos **atrasos nos pagamentos (“arrears”)**, conforme definidos no Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio, bem como a estratégia adotada para a sua diminuição

O Prazo Médio de Pagamentos (PMP) a fornecedores, calculado em conformidade com a RCM n.º 34/2008, de 22 de fevereiro e com as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, ascendeu, em 2015, a 30 dias.

Refira-se ainda que *“a avaliação do grau de cumprimento do objetivo de prazo de pagamento é feita anualmente, com base na variação homóloga do PMP registado no final do 4.º trimestre do ano anterior”*. Assim, considerando o grau de cumprimento do objetivo plasmado no número 9 da secção I da RCM n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, a APA, S.A. cumpre com o objetivo fixado para 2015, leia-se um PMP superior ou igual a 30 dias e inferior a 40 dias.

PMP	2015	2014	Var. 2015/2014
Prazo (dias)	30 ¹	29 ²	+ 1

Notas:

¹ Este cálculo não inclui uma fatura de 762 mil euros, emitida a 13 de março de 2015 e liquidada a 11 de abril de 2015, correspondendo à reemissão da fatura inicialmente emitida com data de 31 de dezembro de 2014, e creditada no início de 2015. A sua inclusão no primeiro trimestre de 2015 implicaria um agravamento do PMP de 14 dias.

² Este cálculo não inclui duas faturas da Dravo, S.A., referentes à empreitada de “Dragagem de manutenção dos fundos do Porto de Aveiro”. Uma no montante de 767 mil euros, datada de 11 de dezembro de 2014, paga a 12 de janeiro de 2015 e outra no montante de 762 mil euros, datada de 31 de dezembro de 2014, que veio a ser creditada no início do ano de 2015. De referir que, atendendo à data da fatura, bem como à fórmula de cálculo utilizada (Despacho n.º 9871/2013, de 13 de abril), que considera a média do saldo de fornecedores no final de cada trimestre, o PMP seria substancialmente agravado.

A 31 de dezembro de 2015, a APA, S.A. não possuía faturas vencidas há mais de 90 dias.

Dívidas Vencidas	Valor 0-90 dias	Valores em euros			
		Valor das dívidas vencidas de acordo com o artigo 1.º do DL 65-A/2011, de 17 de maio			
		90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aquisições de Bens e Serviços	501.946	0	0	0	0
Aquisições de Capital	65.441	0	0	0	0
Total	564.387	0	0	0	0

11.4. Diligências tomadas e resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações do acionista emitidas aquando da aprovação das últimas contas

O acionista da APA, S.A., aquando da aprovação das contas de 2014, efetuada em reunião da Assembleia Geral, datada de 13 de julho de 2015, efetuou as seguintes recomendações ao Conselho de Administração da APA, S.A.:

- “O acionista Estado recomenda ao Conselho de Administração da empresa que diligencie no sentido de efetuar a revisão do modelo orgânico com o objetivo de otimizar as suas estruturas de direção tornando-as mais eficientes, através da melhoria do rácio n.º cargos de direção/n.º de efetivos”. Ver informação identificada no ponto 11.13. do presente relatório;
- “O Conselho de Administração deverá diligenciar no sentido de dar cumprimento ao disposto no n.º 1 do artigo 61º da Lei de Orçamento de Estado para 2015, relativo à política de otimização da estrutura de gastos operacionais”. Ver informação identificada no ponto 11.10. do presente relatório;
- “O Conselho de Administração deverá diligenciar no sentido de dar cumprimento ao disposto no n.º 4 do artigo 61º da Lei de Orçamento de Estado para 2015, relativamente às despesas com viaturas”. Ver informação identificada no ponto 11.12. do presente relatório; e
- “O Conselho de Administração deverá diligenciar no sentido de dar cumprimento ao disposto no n.º 3 do artigo 58º da Lei de Orçamento de Estado para 2015, referente à contratação de novos trabalhadores das empresas públicas”. Ver informação identificada no ponto 11.13. do presente relatório.

11.5. Remunerações

11.5.1. Mesa da Assembleia Geral

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Remuneração Anual 2015 (€)			
				Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor final (4)=(1)-(2)+(3)
2011-2013* 2015-2017**	Presidente	Associação Industrial do Distrito de Aveiro, representada por Eng. Valdemar da Silva Coutinho	575,00	575,00	0,00	0,00	575,00
2011-2013* 2015-2017**	Secretário	Dr.ª Cristina Maria Pereira Branco Mascarenhas Vieira Sampaio	375,00	375,00	0,00	0,00	375,00
Total				950,00	0,00	0,00	880,17

* Por orientações da Tutela, na Assembleia Geral, realizada em 26 de maio de 2011, não se procedeu à eleição dos Órgãos Sociais para o mandato 2011-2013, pelo que em conformidade com os Estatutos da empresa exerceram funções de 31 de março de 2008 até 9 de março de 2015. O valor das senhas de presença até 9 de março de 2015 foi fixado em 572,58€ para o Presidente da Mesa da Assembleia Geral e 343,33€, para o Secretário da Mesa da Assembleia Geral.

** Por Deliberação Social Unânime por Escrito, de 9 de março de 2015, o Acionista da APA, S.A. procedeu à reeleição dos membros da Mesa da Assembleia Geral, para o triénio 2015-2017.

11.5.2. Conselho de Administração

O Conselho de Administração da APA, S.A., de 1 de janeiro a 9 de março de 2015, foi composto por dois membros.

Mandato (Início-Fim) ¹	Cargo	Nome	Designação		OPRLO	
			Forma	Data	Entidade	Pagadora (O/D)
31-03-2008 a 09-03-2015	Presidente	Eng. José Luís de Azevedo Cacho (Eng. José Luís Cacho)	AG	03-12-2008	n.a.	n.a.
	Vogal	Eng. Rui António Monteiro Gomes de Paiva (Eng. Rui Paiva)	AG	03-12-2008	n.a.	n.a.

Legendas:

AG - Assembleia Geral; OPRLO - Opção pela Remuneração do Lugar de Origem; O/D: Origem/Destino; n.a. - não aplicável.

Nota:

¹ Por orientações da Tutela, na Assembleia Geral realizada em 26 de maio de 2011, não se procedeu à eleição dos Órgãos Sociais para o mandato 2011-2013, pelo que em conformidade com os Estatutos da Empresa o anterior Conselho de Administração exerceu funções até 9 de março de 2015.

Por Deliberação Social Unânime por Escrito, de 9 de março de 2015, o Acionista da APA, S.A. procedeu à eleição dos novos membros dos Órgãos Sociais, para o triénio 2015-2017, passando o Conselho de Administração da APA, S.A. a ser composto por quatro membros.

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO	
			Doc.	Data	Entidade	Pagadora (O/D)
2015-2017	Presidente	Eng. João Pedro Tarujo de Almeida Braga da Cruz (Eng. Braga da Cruz)	DUE	09-03-2015	n.a.	n.a.
2015-2017	Vogal	Dr. Luís Manuel Barbosa Marques Leal (Dr. Luís Leal)	DUE	09-03-2015	n.a.	n.a.
2015-2017	Vogal	Dr. João Begonha da Silva Borges (Dr. João Borges)	DUE	09-03-2015	n.a.	n.a.
2015-2017	Vogal	Dr. Olinto Henrique da Cruz Ravara (Dr. Olinto Ravara)	DUE	09-03-2015	n.a.	n.a.

Legenda:

DUE - Deliberação Unânime por Escrito; OPRLO - Opção pela Remuneração do Lugar de Origem; O/D: Origem/Destino; n.a. - não aplicável.

11.5.2.1. Não atribuição de prémios de gestão, nos termos do artigo 41.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro

Atento o artigo 41.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, não foi atribuída aos membros do Conselho de Administração da APA, S.A., qualquer componente variável da remuneração, no ano de 2015.

11.5.2.2. Aplicação das orientações relativas às remunerações vigentes em 2015

A APA, S.A. deu cumprimento ao estatuído no artigo 12.º da Lei 12-A/2010, de 30 de junho, tendo procedido à redução excecional de 5% da remuneração fixa mensal ilíquida dos membros do Conselho de Administração.

Mais se informa, que na sequência dos despachos do Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações (SEITC), de 7 de junho de 2013, e do Secretário de Estado da Administração Pública (SEAP), de 5 de junho de 2013, a APA, S.A. não aplicou, no ano de 2015, as reduções remuneratórias previstas no artigo 2.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro.

Até 9 de março de 2015

Membro do CA	Acumulação de Funções		
	Entidade	Função	Regime
Eng. José Luís Cacho	n.a.	n.a.	n.a.
Eng. Rui Paiva	n.a.	n.a.	n.a.

Legenda:
CA - Conselho de Administração
n.a. - não aplicável.

Membro do CA	EGP			
	Fixado	Classificação	Remuneração mensal bruto (€)	
	[S/N]	[A/B/C]	Vencimento mensal	Despesas de Representação
Eng. José Luís Cacho	S	B	4.864,34	1.945,74
Eng. Rui Paiva	S	B	3.891,47	1.556,59

Legenda:
S/N - Sim, Não.

Membro do CA	Remuneração Anual* (€)					
	Variável	Fixa**,***	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4) = (1)-(2)+(3)
Eng. José Luís Cacho	0,00	34.948,20	34.948,20	3.854,45	0,00	31.093,76
Eng. Rui Paiva	0,00	28.666,08	28.666,08	2.657,21	0,00	26.008,87

Notas:
* De 01.01.2015 a 09.03.2015;
** Inclui remuneração e despesas de representação (sem reduções);
** Inclui o pagamento de férias não gozadas.

Membro do CA	Benefícios Sociais* (€)							
	Subsidio de refeição		Regime de Proteção Social		Seguros		Outros	
	Valor/dia	Montante pago Ano	Identificar	Valor	Saúde	Vida	Identificar	Valor
Eng. José Luís Cacho	7,23	180,75	SS	3.421,42	50,80	0,00	0,00	0,00
Eng. Rui Paiva	7,23	195,21	SS	2.862,17	50,80	0,00	0,00	0,00

Legenda:
SS - Segurança Social.
Nota:
* De 01.01.2015 a 09.03.2015.

Membro do CA	Gastos com Comunicações Móveis* (€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
Eng. José Luís Cacho	200,00 ¹	274,71 ²	549,17 ³
Eng. Rui Paiva	100,00 ¹	90,55 ²	16,43 ³

Notas:

* De 01.01.2015 a 09.03.2015;

¹ Valor máximo mensal das despesas associadas a comunicações nacionais fixado pelo Conselho de Administração da APA, S.A., conforme previsto no n.º 2 do artigo 32.º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, em sua reunião de 14 de outubro de 2010;

² Valor anual gasto em comunicações nacionais;

³ Valor anual gasto em comunicações internacionais.

Membro do CA	Encargos com Viaturas*								
	Viatura		Contrato	Modalidade	Ano		Prestações Contratuais Remanescente	Valor Renda	
	Atribuída	Valor			Início	Fim		Mês	Ano
	[S/N]	[€]	[S/N]	[Identifica]					
Eng. José Luís Cacho	S	47.353,01 ¹	N	---	---	---	---	---	---
Eng. Rui Paiva	S	40.326,55 ²	N	---	---	---	---	---	---

S/N - Sim/Não; N.A. - não aplicável.

Notas:

* De 01.01.2015 a 09.03.2015;

¹ - Valor de aquisição da viatura em outubro de 2005;

² - Valor de aquisição da viatura em julho de 2005.

Membro do CA	Plafond mensal Combustível e Portagens	Gastos anuais associados a Viaturas* (€)				Observações
		Combustível	Portagens	Outras Reparações	Seguro	
Eng. José Luís Cacho	486,44 ¹	718,48	277,95	0,00	115,72	2;3
Eng. Rui Paiva	389,15 ¹	558,15	372,30	180,29	84,12	2;3

Notas:

* De 01.01.2015 a 09.03.2015;

¹ O *plafond* mensal, de combustíveis e portagens, afeto às viaturas de serviço corresponde a um quarto do valor do abono mensal para despesas de representação, conforme definido no n.º 3, do artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, objeto de retificação pela Declaração de Retificação n.º 2/2012, de 25 de janeiro, da Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 14 de fevereiro, e da Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 26 de março;

² Foram emitidas faturas aos utilizadores sempre que ultrapassado o *plafond* mensal;

³ Gastos realizados até 09 de março de 2015.

Membro do CA	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço* (€)					
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de Custo	Outras		Gasto total com Viagens (Σ)
				Identificar	Valor	
Eng. José Luís Cacho	0,00	75,00	309,85	0,00	0,00	384,85
Eng. Rui Paiva	0,00	0,00	34,60	0,00	0,00	34,60

Nota:

* De 01.01.2015 a 09.03.2015.

Após 9 de março de 2015

Membro do CA	Acumulação de Funções		
	Entidade	Função	Regime
Eng. Braga da Cruz	n.a.	n.a.	n.a.
Dr. Luís Leal	n.a.	n.a.	n.a.
Dr. João Borges	n.a.	n.a.	n.a.
Dr. Olinto Ravara	n.a.	n.a.	n.a.

Legenda:
n.a. - não aplicável.

Membro do CA	EGP			
	Fixado	Classificação	Remuneração mensal bruto (€)	
	[S/N]	[A/B/C]	Vencimento mensal	Vencimento mensal
Eng. Braga da Cruz	S	B	4.864,34	1.945,74
Dr. Luís Leal	S	B	3.891,47	1.556,59
Dr. João Borges	S	B	3.891,47	1.556,59
Dr. Olinto Ravara	S	B	3.891,47	1.556,59

Legenda:
S/N - Sim/Não.

Membro do CA	Remuneração Anual* (€)					
	Variável	Fixa**	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4) = (1)-(2)+(3)
Eng. Braga da Cruz	0,00	74.854,05	74.854,05	12.628,60	0,00	62.225,45
Dr. Luís Leal	0,00	58.326,87	58.326,87	8.078,27	0,00	50.248,60
Dr. João Borges	0,00	58.326,87	58.326,87	8.078,27	0,00	50.248,60
Dr. Olinto Ravara	0,00	58.326,87	58.326,87	8.078,27	0,00	50.248,60

Notas:
* * De 09.03.2015 a 31.12.2015;
** Inclui remuneração e despesas de representação (sem reduções).

Membro do CA	Benefícios Sociais* (€)							
	Subsídio de refeição		Regime de Proteção Social		Seguros		Outros	
	Valor/dia	Montante pago Ano	Identificar	Valor	Saúde	Vida	Identificar	Valor
Eng. Braga da Cruz	4,27	610,61	CGA	6.905,26	254,02	0,00	0,00	0,00
Dr. Luís Leal	4,27	525,21	SS	3.768,64	254,02	0,00	0,00	0,00
Dr. João Borges	4,27	538,02	SS	5.527,37	254,02	0,00	0,00	0,00
Dr. Olinto Ravara	4,27	627,69	SS	5.527,37	254,02	0,00	0,00	0,00

Legenda:
SS - Segurança Social ; CGA - Caixa Geral de Aposentações.
Nota:
* De 09.03.2015 a 31.12.2015.

Membro do CA	Gastos com Comunicações Móveis* (€)		
	Plafond Mensal Definido **	Valor Anual	Observações
Eng. Braga da Cruz	80,00	503,22	
Dr. Luís Leal	80,00	112,13	
Dr. João Borges	80,00	143,90	
Dr. Olinto Ravara	80,00	452,94	

Nota:

* De 09.03.2015 a 31.12.2015;

** De acordo com a Deliberação Social Unanime por Escrito "o abono para despesas com comunicações, onde se inclui o telefone móvel, o telefone domiciliário e a internet, cujo valor máximo global mensal não pode exceder 80,00€, nos termos do disposto nos n.º 3 e 4 do artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público".

Membro do CA	Encargos com Viaturas								
	Viatura		Contrato	Modalidade	Ano		Prestações Contratuais Remanescente	Valor Renda	
	Atribuída	Valor			Início	Fim		Mês	Ano
	[S/N]	[€]	[S/N]	[Identificar]					
Eng. Braga da Cruz	S	36.646,40 ¹	N	---	---	---	---	---	---
Dr. Luís Leal	S	40.326,55 ²	N	---	---	---	---	---	---
Dr. João Borges	S	40.326,55 ²	N	---	---	---	---	---	---
Dr. Olinto Ravara	S	47.353,01 ³	N	---	---	---	---	---	---

S/N - Sim/Não; N.A. - não aplicável.

Notas:

¹ - Valor de aquisição em novembro de 2015;

² - Valor de aquisição em julho de 2005;

³ - Valor de aquisição em outubro de 2005;

Membro do CA	Plafond mensal Combustível e Portagens *	Gastos anuais associados a Viaturas (€)				Observações
		Combustível	Portagens	Outras Reparações	Seguro	
Eng. Braga da Cruz	345,22	1.998,67	1.387,35	0,00	93,66	¹
Dr. Luís Leal	276,17	1.905,88	927,6	939,16	421,72	¹
Dr. João Borges	276,17	1.840,78	1.384,98	2.100,27	471,89	¹
Dr. Olinto Ravara	276,17	1.643,39	652,55	583,96	404,99	¹

Notas:

* Fixado pelo n.º 3 do art. 33.º do Estatuto do Gestor Público, alterado e republicado pelo DL n.º 8/2012, de 18 de janeiro. ("O valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço é fixado em um quarto do valor do abono mensal para despesas de representação");

** De 09.03.2015 a 31.12.2015;

¹ - Foram emitidas faturas aos utilizadores sempre que ultrapassado o *plafond* mensal.

Membro do CA	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço* (€)					
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de Custo	Outras		Gasto total com Viagens (Σ)
				Identificar	Valor	
Eng. Braga da Cruz	174,95	62,00	964,27	0,00	0,00	1.201,22
Dr. Luís Leal	64,30	62,00	1.435,90	0,00	0,00	1.562,20
Dr. João Borges	1.281,17	1.316,80	1.613,75	0,00	0,00	4.211,72
Dr. Olinto Ravara	22,80	289,92	1.060,15	0,00	0,00	1.372,87

Nota:

* De 09.03.2015 a 31.12.2015.

11.5.3. Fiscalização

A fiscalização da sociedade compete, conforme estabelecido no artigo 15.º dos Estatutos da APA, S.A., aprovados pelo Decreto-Lei n.º 339/98, de 3 de novembro, com as alterações aprovadas em Assembleia Geral de 31 de março de 2008 (Decreto-Lei n.º 339/98, de 3 de novembro), "a um conselho fiscal e a um revisor oficial de contas ou uma sociedade de revisores oficiais de contas, que não seja membro daquele órgão, todos eleitos em assembleia-geral por um período de três anos."

Para além das atribuições constantes da Lei, compete, em especial, aos órgãos de fiscalização as competências atribuídas no artigo 16.º dos Estatutos da APA, S.A., aprovados pelo Decreto-Lei n.º 339/98, de 3 de novembro.

11.5.3.1 Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da APA, S.A., de 1 de janeiro a 9 de março de 2015, foi composto por três membros efetivos e um membro suplente.

Mandato ¹ (Início-Fim)	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Fixado (mensal)
			Forma	Data	
31-03-2008 a	Presidente	Dr.ª Maria Isabel Louro Caria Alcobia	AG	31-03-2008	1.362,02
	Vogal	Dr.ª Maria Gabriela Nunes Mendes Campos	AG	31-03-2008	1.021,51
09-03-2015	Vogal	Dr.ª Ana Maria Vicente da Silva Horta	AG	31-03-2008	1.021,51
	Suplente	Dr. Mário José Alvarinho Carrega	AG	31-03-2008	0,00

Legendas:

AG - Assembleia Geral.

Nota:

¹ Por orientações da Tutela, na Assembleia Geral, realizada em 26 de maio de 2011, não se procedeu à eleição dos Órgãos Sociais para o mandato 2011-2013, pelo que em conformidade com os Estatutos da Empresa o anterior Conselho Fiscal exerceu funções até 9 de março de 2015.

Por Deliberação Social Unânime por Escrito, de 9 de março de 2015, o Acionista da APA, S.A. procedeu à eleição dos novos membros dos Órgãos Sociais, para o triénio 2015-2017, passando o Conselho Fiscal da APA, S.A. a ter a seguinte composição.

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Fixado (mensal)
			Forma	Data	
2015-2017	Presidente	Dr.ª Ana Luísa Louro da Graça Peixito Soares	DUE	09-03-2015	1.362,01 €
	Vogal	Dr.ª Rita Maria Góis de Carvalho	DUE	09-03-2015	1.021,51 €
	Vogal	Dr.ª Maria Gabriela Nunes Mendes Campos	DUE	09-03-2015	1.021,51 €
	Suplente	Dr. Mário José Alvarinho Carrega	DUE	09-03-2015	0,00 €

Legendas:

DUE - Deliberação Unânime por Escrito.

11.5.3.1.1. Aplicação das orientações relativas às remunerações vigentes em 2015

Até 09 de março de 2015

Nome	Remuneração Anual 2015			
	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4) = (1)-(2)+(3)
Dr.ª Maria Isabel Louro Caria Alcobia	3.575,29	659,71	0,00	2.915,57
Dr.ª Maria Gabriela Nunes Mendes Campos ¹	2.545,26	469,65	0,00	2.075,61
Dr.ª Ana Maria Vicente da Silva Horta	2.681,47	494,79	0,00	2.186,68

Nota:

¹ - Por Deliberação Social Unânime por Escrito, de 9 de março de 2015, o Acionista da APA, S.A. procedeu à eleição dos novos membros dos Órgãos Sociais, para o triénio 2015-2017, mantendo a Dr.ª Maria Gabriela Nunes Mendes Campos como Vogal do Conselho Fiscal.

Após 9 de março de 2015

Nome	Remuneração Anual 2015			
	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4) = (1)-(2)+(3)
Dr.ª Ana Luísa Louro da Graça Peixito Soares	15.129,72	2.791,68	0,00	12.338,03
Dr.ª Rita Maria Góis de Carvalho	11.347,29	2.093,76	0,00	9.253,52
Dr.ª Maria Gabriela Nunes Mendes Campos ¹	11.755,89	2.169,15	0,00	9.586,74

Nota:

¹ - Por Deliberação Social Unânime por Escrito, de 9 de março de 2015, o Acionista da APA, S.A. procedeu à eleição dos novos membros dos Órgãos Sociais, para o triénio 2015-2017, mantendo a Dr.ª Maria Gabriela Nunes Mendes Campos como Vogal do Conselho Fiscal.

11.5.3.2. Revisor Oficial de Contas

Mandato	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação			N.º Mandatos Exercidos
		Nome	N.º Inscrição OROC	N.º Registo CMVM	Forma	Data	Contratada	
*	ROC	PricewaterhouseCooperes & Associados, SROC, Lda. ¹	183	9077	AG	12-09-2008	18.920€	2

Notas:

* Por orientações da Tutela, na Assembleia Geral, realizada em 26 de maio de 2011, não se procedeu à eleição dos Órgãos Sociais para o mandato 2011-2013, pelo que em conformidade com os Estatutos da empresa os Órgãos Sociais encontram-se no exercício das suas funções;

¹ Representada por Dr. José Miguel Dantas Maio Marques ou, em substituição, por Dr. António Joaquim Brochado Correia.

11.5.3.2.1. Aplicação das orientações relativas às remunerações vigentes em 2015

Os honorários do Revisor Oficial de Contas, relativos ao ano de 2015, cumprem o estipulado no artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro.

Nome	Remuneração Anual 2015 (€)			
	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4)=(1)-(2)+(3)
PricewaterhouseCooperes & Associados, SROC, Lda	18.920,00 ^{1,2}	1.892,00	0,00	17.028,00 ¹

Nota:

¹ Não inclui despesas de transporte, alojamento e quaisquer outras incorridas no exercício das suas funções, suportadas por esta Administração Portuária.

² Remuneração fixada considerando: a) o disposto na ata n.º 1/2009, da Comissão de Fixação de Remunerações da APA, S.A., que estabelece “a prestação de serviços por parte do Revisor Oficial de Contas, bem como a respetiva formalização, correm os seus termos pelo Conselho de Administração, devendo os honorários ser fixados por este órgão social, tendo em conta os preços praticados no mercado”; b) o estipulado no número 2 do artigo 59.º da Lei n.º 140/2015, de 7 de setembro (“... os honorários são fixados entre as partes, tendo nomeadamente em conta critérios de razoabilidade que atendam, em especial, à natureza, extensão, profundidade e tempo do trabalho necessário à execução de um serviço de acordo com as normas de auditoria em vigor.”); e c) que os honorários, correspondem aos aprovados para o exercício de 2010 deduzidos de 10%, cumprindo assim o estipulado no artigo 22.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro (LOE 2011), o artigo 20.º da Lei 64-B/2011, de 30 de dezembro (LOE 2012), o artigo 75.º da Lei 66-B/2012, de 31 de dezembro (LOE 2013), o artigo 73.º da Lei 83-C/2013, de 31 de dezembro (LOE 2014) e o artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro (LOE 2015).

11.5.3.3. Auditor Externo

A APA, S.A. não dispõe de Auditor Externo, dado ter sido entendimento que a complexidade da Empresa não justifica tal contratação.

11.5.4. Restantes trabalhadores

11.5.4.1. Redução remuneratória aos trabalhadores, em conformidade com o artigo 2.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro

À semelhança do verificado no exercício de 2014, no exercício de 2015, a APA, S.A. não aplicou as orientações relativas às remunerações vigentes em 2015, nomeadamente as medidas de redução remuneratória previstas no artigo 2.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, por ser entendimento do Conselho de Administração que o estabelecido nos Despachos do Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, de 7 de junho de 2013, e do Secretário de Estado da Administração Pública, de 5 de junho de 2013, se mantêm válidos para o exercício de 2015, com fundamento no previsto no n.º 12.º do artigo 2.º da referida Lei. Em virtude de não se terem alterado as regras estabelecidas desde então, tem-se mantido o regime de exceção da aplicação das reduções remuneratórias às administrações portuárias, do qual se tem dado conhecimento ao Secretário de Estado dos Transportes e Comunicações.

11.5.4.2. Proibição de valorizações remuneratórias, nos termos do artigo 38.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro

A APA, S.A. não praticou quaisquer atos que substanciassem valorizações remuneratórias aos seus trabalhadores.

11.5.4.3. Da suspensão do pagamento de complemento de pensões pelas empresas que tenham apresentado resultados negativos nos três últimos exercícios (2014, 2013 e 2012), nos termos do n.º 3 do artigo 78.º da Lei 82-B/2014, de 31 de dezembro

A APA, S.A. não pagou, em 2015, complementos de pensões aos seus trabalhadores.

11.6. Aplicação do disposto no artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere, designadamente:

11.6.1. A utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa

A APA, S.A. não atribuiu cartões de crédito nem quaisquer outros instrumentos de pagamento aos seus gestores.

11.6.2. O reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal

A APA, S.A. não reembolsa quaisquer despesas de representação pessoal aos seus gestores.

11.7. Da aplicação do disposto no n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, que proíbe a realização de despesas não documentadas

A APA, S.A. não realiza despesas não documentadas.

11.8. Da elaboração e divulgação de relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens, conforme determina o n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março

A APA, S.A., de acordo com o disposto no n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março, elaborou o relatório sobre a diferença salarial entre homens e mulheres, disponível para consulta em www.portodeaveiro.pt, separador “obrigações de informação”.

11.9. Contratação Pública

11.9.1. Indicação sobre o modo como foram aplicadas as normas de contratação pública vigentes em 2015

A APA, S.A. e a APFF, S.A., encontram-se vinculadas ao cumprimento das normas de contratação pública constantes do Código dos Contratos Públicos (CCP), relativamente à formação de contratos de empreitada e concessão de obras públicas, concessão de serviços públicos, locação e aquisição de bens móveis e aquisição de serviços, salvo se o objeto dos mesmos se integrar no âmbito dos denominados sectores especiais, caso em que tal vinculação se verifica apenas para contratos cujo valor seja igual ou superior aos limiares comunitários aplicáveis (Diretiva 2004/17/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de março e Regulamento (UE) n.º 1336/2013 da Comissão de 13 de dezembro).

Porém, mesmo nas contratações em que as empresas não se encontrem adstritas ao cumprimento do CCP, é prática de ambas as Administrações Portuárias optarem pela aplicação subsidiária do regime previsto no dito normativo, eventualmente adaptado às especificidades do caso concreto, salvaguardando-se, deste modo, o respeito pelos princípios conformadores da atividade administrativa, bem como a economia, eficácia e eficiência das contratações efetuadas, mesmo nas áreas de maior flexibilidade contratual.

Para a prossecução de tais desideratos encontram-se implementados na APA, S.A. e na APFF, S.A., procedimentos que asseveram o cumprimento das normas de contratação pública nos termos expostos.

Ressalta-se, desde logo, a existência de minutas das peças procedimentais e outros documentos pré-contratuais, as quais configuram instrumentos de contratação que vertem as principais exigências legais em matéria de contratação. Estas minutas servem de referencial aos diversos colaboradores da APA, S.A. e da APFF, S.A. aquando da formalização de cada procedimento de contratação específico, assegurando o cumprimento das ditas exigências.

De igual guisa, encontra-se implementado um sistema de controlo e verificação prévia de todos os processos de contratação pública submetidos ao Conselho de Administração, em concreto, aqueles que envolvem despesa superior a 5 mil euros, os quais são previamente analisados pela Direção Financeira e de Desenvolvimento Organizacional, pelo Gabinete da Estratégia e pelo Gabinete Jurídico, garantindo-se, assim, o adequado enquadramento legal, financeiro, contabilístico e estratégico dos aludidos processos.

A este propósito, não será despiciendo destacar o documento pré-contratual denominado "Proposta de Autorização", no qual se evidencia o supra referido procedimento de controlo prévio, a justificação da necessidade de contratar, bem como os principais aspetos da contratação proposta e referentes tanto à fase de formação como de execução do contrato. Este instrumento documental permite ao Conselho de Administração de ambas as Administrações Portuárias, não só assegurar-se do cumprimento dos procedimentos de controlo interno instituídos na empresa, como deliberar de forma suficientemente fundamentada cada um dos processos de contratação que lhe são postos à consideração.

No que concerne aos processos aquisitivos de bens e serviços que envolvem despesa de valor igual ou inferior a 5 mil euros, e na esteira do propugnado nos artigos 128.º e 129.º do CCP, são os mesmos submetidos a um regime simplificado de contratação, o qual consiste na respetiva formalização no sistema informático de gestão integrada administrativa e financeira em uso na empresa, através do qual são submetidos a autorização do Administrador com competência na matéria.

Realça-se, porém, que mesmo relativamente a estas aquisições de reduzida expressão financeira, o procedimento interno de autorização de despesa, tal qual se encontra instituído, garante o funcionamento de um sistema de controlo prévio rigoroso, transparente e eficaz, porquanto, uma vez detetada a necessidade de aquisição, a correspondente despesa só é assumida pela APA, S.A. e pela APFF, S.A. depois de devidamente justificada e autorizada ou pela Direção Financeira e de Desenvolvimento Organizacional (no caso de despesas inferiores a 500 euros) ou por um Administrador (no caso de despesas superiores a 5 mil euros). Ademais, sempre que exista desvio entre o montante faturado e o montante autorizado, a despesa só é assumida pelas mencionadas Administrações Portuárias depois de submetida a novo processo de autorização no âmbito do qual seja devidamente justificado o referido desvio.

Faz-se notar, ainda, que a APA, S.A. e a APFF, S.A., dão integral cumprimento às obrigações de publicitação e transparência previstas em diversas normas do CCP.

Sublinhe-se a este propósito, que todos os ajustes diretos são publicitados no portal dos contratos públicos, em cumprimento da obrigação ínsita no artigo 127.º do CCP.

De igual modo, são preenchidos no identificado portal, os relatórios de formação e de execução dos contratos públicos celebrados pelas aludidas Administrações Portuárias, bem como, no caso particular das empreitadas de obras públicas, os respetivos relatórios de contratação e de final de obra, tudo conforme propugnado nos artigos 465.º, 108.º e 402.º do normativo em referência.

11.9.2. Indicação da existência de procedimentos internos instituídos para a contratação de bens e serviços e se o mesmo é objeto de revisão periódica, com referência à última atualização

Ver informação identificada no ponto 11.9.1. supra.

11.9.3. Indicação de quais os atos ou contratos celebrados com valor superior a 5.000 mil euros, independentemente da espécie do ato ou contrato, em causa, e se os mesmos foram sujeitos a visto prévio do Tribunal de Contas, conforme determina o artigo 47.º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC)

No ano de 2015, a APA, S.A. não celebrou contratos com valor superior a 5.000 mil euros.

11.10. Da elaboração e divulgação do relatório anual sobre prevenção da corrupção, conforme o disposto no n.º 1 do artigo 46.º do Decreto-Lei 133/2013, de 3 de outubro

A APA, S.A., de acordo com o artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro, procede, anualmente, à realização de um relatório identificativo das ocorrências ou riscos de

ocorrências de factos mencionados na alínea a) do n.º 1 do artigo 2.º da Lei 54/2008, de 04 de setembro, disponível em www.portodeaveiro.pt, separador “obrigações de informação”.

11.11. Medidas tomadas ao nível da adesão da empresa ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)

Em 10 de agosto de 2010, a APA, S.A., na qualidade de entidade aderente voluntária, outorgou com a ex-ANCP, E.P.E., atualmente ESPAP, I.P., o contrato de adesão ao SNCP, passando todos os procedimentos de aquisição de bens e serviços superiores a 5 mil euros, a ser precedidos de consulta ao Catálogo Nacional de Compras Públicas (CNCP), de molde a aquilatar da existência de acordo quadro para a contratação em causa.

Assim, no ano de 2015, a APA, S.A. contratou o fornecimento de energia elétrica em média tensão e baixa tensão especial através do Acordo Quadro (AQ) da ESPAP, I.P., disponível para o efeito.

11.12. Medidas tomadas no âmbito da frota automóvel relativamente às orientações previstas no n.º 4 do artigo 61.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, complementadas com os Despachos n.º 1182/13-SET, de 12 de junho (comunicado através de Ofício Circular n.º 4238, de 1 de julho) e Despacho n.º 1668/13-SET, de 6 de setembro (comunicado através de Ofício Circular n.º 7408, de 2 de dezembro)

No que concerne à frota automóvel da APA, S.A., ressalta-se que apesar do crescimento significativo da atividade portuária desta Administração Portuária (+40%, face a 2012) e da sua participada (+11%, face a 2012), ter originado frequentes roturas na disponibilidade de viaturas de serviço a frota automóvel da APA, S.A. é constituída, desde 2008, por 31 viaturas com uma idade média de 13 anos. O atual volume de atividade da APA, S.A. aconselha, mesmo, a um aumento dos equipamentos de transporte (viaturas para o serviço de exploração portuária), o que deverá ser reavaliado em 2016.

Assim, atento o presente contexto de restrição orçamental, a APA, S.A., mitigou, de forma equilibrada, eficiente e racional, as mencionadas necessidades de serviço, tendo registado um gastos com a sua frota automóvel no montante de 99.395 euros, menos 15.437 euros, do que o registado em 2014.

11.13. Quantificar o impacto das medidas de redução de gastos operacionais previstas no n.º 1 do artigo 61.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, justificando o eventual não cumprimento das orientações e objetivos definidos. Atente-se que, no caso das empresas com EBITDA positivo, a redução do peso dos gastos operacionais no volume de negócios é aferida face ao exercício anterior

11.13.1. Plano de Redução de Custos

Esta Administração Portuária, com um EBITDA positivo, reduziu em 2015 o peso dos encargos suportados com os gastos operacionais (Fornecimentos e Serviços Externos + Gastos com o Pessoal) no volume de negócios (vide quadro seguinte), face a 2014.

Ao contrário do que fora previsto no PAO, para o triénio 2015-2017, aprovado em reunião de Assembleia Geral de 13 de julho de 2015, tal cumprimento deve-se, por um lado, ao facto desta Administração Portuária não ter realizado todas as dragagens de manutenção previstas realizar em 2015 (3.171 mil euros), e, por outro lado, pela realização, em 2014, de dragagens de manutenção no montante de 2.468 mil euros que influenciaram negativamente o peso dos gastos operacionais no volume de negócios do ano 2014.

Importa ainda referir que a realização das dragagens de manutenção, nos anos de 2014 e 2015, integram um plano de intervenções, a realizar entre 2014 e 2016, o qual corresponde a um esforço financeiro para recuperação de 8 anos de dragagens operacionais que, em condições normais de acessibilidade marítima, teriam sido realizadas em cada um dos exercícios económicos.

Ressalta-se ainda, que excluindo os gastos com as dragagens de manutenção realizadas nos anos de 2014 e 2015, esta Administração Portuária reduz, em 2,73%, o peso dos gastos operacionais no volume de negócios, face a 2014.

Por último destaca-se o aumento, face a 2014, do volume de negócios em 895 mil euros justificado, essencialmente, pelo aumento do movimento portuário que se refletiu nos rendimentos obtidos com a exploração portuária, nomeadamente TUP-Navio, Pilotagem e Amarração e Desamarração, e com a aplicação do modelo de operação portuária.

PRC	Valores em euros									
	2015	2014	2013	Reexp. 2012	Reexp. 2011	2010	2015/2014		2015/2010	
							Δ Abosl.	Var. %	Δ Abosl.	Var. %
(1) CMVMC	0	0	0	0	0	0	0	0%	0	0%
(2) FSE	3.113.175	4.484.276	1.984.891	1.854.787	1.969.731	3.575.318	-1.371.101	-31%	-462.143	-13%
(2.1) Dragagens	1.122.476	2.467.720	0	0	0	1.048.183	-1.345.244	-55%	74.293	7%
(3) Gastos com o Pessoal *	4.664.555	4.688.858	4.798.937	4.283.632	4.381.001	5.041.726	-24.304	-1%	-377.172	-7%
(4) Gastos Totais = (1)+(2)+(3)	7.777.729	9.173.134	6.783.828	6.138.419	6.350.732	8.617.044	-1.395.405	-15%	-839.315	-10%
(5) Volume de Negócios** (VN)	16.198.800	15.304.043	14.946.654	14.258.039	14.260.343	15.197.358	894.757	6%	1.001.442	7%
(6) Peso dos Gastos / VN (4)/(5)	48,01%	59,94%	45,39%	43,05%	44,53%	56,70%	-11,93%	-20%	-8,69%	-15%
(7) Peso dos Gastos (s/ dragagens) / VN [(4)-(2.1)]/(5)	41,08%	43,81%	45,39%	43,05%	44,53%	49,80%	-2,73%	-6%	-8,72%	-18%
Lei OE 2015 - Art. 61 n.º 3										
Comunicações	64.603	67.462	69.206	69.565	74.034	96.147	-2.859	-4%	-31.544	-33%
Deslocações e Estadas	9.080	16.312	17.415	21.354	22.899	45.284	-7.232	-44%	-36.204	-80%
Ajudas de Custos	10.542	9.400	9.208	18.423	13.420	22.574	1.142	12%	-12.032	-53%
Colaboradores										
N.º de trabalhadores	99	96	103	108	110	n.a	3	3%	n.a	n.a
N.º Efetivos ***	95	94	101	106	108	n.a	1	1%	n.a	n.a
N.º Cargos de Direção ****	19	19	18	19	19	n.a	0	0%	n.a	n.a
N.º de trabalhadores / Cargos de Direção	5	5	6	6	6	n.a	0	3%	n.a	n.a
Viaturas										
N.º de viaturas	31	31	31	n.a	n.a	n.a	0	0%	n.a	n.a
Gastos com viaturas	99.395	114.832	118.513	n.a	n.a	n.a	-15.437	-13%	n.a	n.a

Notas:

* Não inclui os gastos com indemnizações;

** Prest. Serviços (conta 72) + Prov. Suplementares (conta 781);

*** Não inclui os membros do Órgãos Sociais nomeados; e

**** Até 31 de julho de 2014 o Diretor Financeiro e de Desenvolvimento Organizacional na APA, S.A. acumulou funções de Administrador. Entre aquela data e 31 de agosto de 2014 desempenhou funções de Diretor na APA, S.A.. A 1 de setembro de 2014 foi nomeada nova Diretora Financeira e de Desenvolvimento Organizacional da APA, S.A., em substituição do Diretor que solicitou uma licença sem vencimento.

11.13.2. Medidas no âmbito da redução dos gastos com comunicações

Durante o ano de 2015, a APA, S.A. reduziu, face a 2014, os gastos com comunicações, cumprindo portanto o estipulado no número 3 do artigo 61.º da Lei 82-B/2014, de 31 de dezembro.

Não obstante, importa referir que a subrubrica de comunicações inclui, maioritariamente, gastos decorrentes dos sistemas de segurança e navegabilidade do porto, tais como, Janela Única Portuária (JUP), Plano de Proteção do porto, Plano de Emergência Interno e Pilotagem que, por motivos legais e regulamentares, devem estar ativados 24h/7 dias por semana.

11.13.3. Medidas no âmbito da redução das ajudas de custo e deslocações

Em 2015, a APA, S.A. reduziu, face a 2014, os gastos com deslocações, cumprindo, portanto, o estipulado no artigo 3º do artigo 61.º da Lei 82-B/2014, de 31 de dezembro.

A orgânica desta Administração Portuária, que assume a gestão partilhada da APFF, S.A., obriga a deslocações constantes dos seus colaboradores ao porto da Figueira da Foz. Durante o ano 2015, a APA, S.A. excedeu em 1.142 euros os gastos com ajudas de custo registados em 2014, não cumprindo portanto o estipulado no artigo 3.º do artigo 61º da Lei 82-B/2014, de 31 de dezembro.

11.13.4. Redução do número de efetivos e de cargos dirigentes

A APA, S.A. realizou em 1 de setembro de 2009, uma reestruturação do seu modelo organizacional passando a incorporar, com efeitos a 1 de janeiro de 2009, também a APFF, S.A.. Neste sentido, foram reduzidas e/ou não ocupadas 6 chefias no total de ambas as empresas (diminuição de 29%), passando várias chefias da APA, S.A. a exercer iguais funções na APFF, S.A., em regime de acumulação.

De referir que em 2015 o aumento (+1, face a 2014) do número de efetivos desta Administração Portuária deveu-se à transferência de um piloto da APSS - Administração do Porto de Setúbal e Sesimbra, S.A. para APA, S.A..

11.14. Princípio de Unidade de Tesouraria, conforme previsto no artigo 28.º DO Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, e no artigo 125.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, em caso de ter sido autorizada a exceção, deverá ser indicado o Despacho autorizador, assim como a data de entrega em receita do Estado do montante de juros auferidos em incumprimentos do UTE

Em cumprimento com o disposto nos artigos 125.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, e 28.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, informamos que esta Administração Portuária

efetua a movimentação dos seus fundos por recurso aos serviços bancários disponibilizados pelo Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, E.P.E. (IGCP, E.P.E.).

Contudo têm-se defrontado com algumas dificuldades, decorrentes do facto de o IGCP, E.P.E. não disponibilizar a totalidade das soluções de financiamento.

Assim, a 13 de janeiro de 2015, solicitou, a APA, S.A. junto do IGCP, E.P.E. a emissão de parecer prévio, com vista à renovação anual de exceção do cumprimento da unidade de tesouraria, para que fossem mantidos parte dos seus excedentes de tesouraria (cerca 30%) na banca comercial - os quais configuram depósitos à ordem - com o objetivo de promover uma gestão financeira com garantia de financiamento. A 25 de fevereiro de 2015, autorizou SE a Secretária de Estado do Tesouro, através do despacho n.º 243/15-SET, “a exceção ao princípio da UTE para a APA e APFF, não devendo as empresas manterem um nível de disponibilidade na banca comercial que resulte superior ao financiamento obtido”.

A 31 de dezembro de 2015, 24% do financiamento obtido pela Empresa (17.180.451 euros), estava depositado na banca comercial.

11.15. Divulgação das recomendações dirigidas à empresa resultantes de Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas, bem como das medidas tomadas para a sua adoção e o respetivo resultado

No ano de 2015, esta Administração Portuária não foi auditada pelo Tribunal de Contas.

11.16. Quadro relativo à informação que se encontrava divulgada a 31 de dezembro de 2015 no sítio do Setor Empresarial do Estado (SEE)

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação		Comentários
	S/N/N.A.	Data Atualização	
Estatutos	S		
Caracterização da Empresa	S		
Função de tutela e acionista	S		
Modelo de Governo /Membros dos Órgãos Sociais	S		
- Identificação dos Órgãos Sociais	S	15-01-2016	
- Estatuto Remuneratório Fixado	S		
- Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	S		
- Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	S		

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação		Comentários
	S/N/N.A.	Data Atualização	
- Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	S		
Esforço Financeiro Público	S		
Ficha Síntese	S		
Informação Financeira histórica e atual	S		
Princípios de Bom Governo	S		
- Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita	S		
- Transações relevantes com entidades relacionadas	S	15-01-2016	
- Outras transações	S		
- Análise da sustentabilidade da empresa nos domínios:	S		
- Económico	S		
- Social	S		
- Ambiental	S		
- Avaliação do Cumprimento dos Princípios de Bom Governo	S		
- Código de Ética	S		

Legenda:
S-Sim; N-Não; NA-Não aplicável

12. Práticas de Boa Governação Societária

No quadro abaixo são identificadas as práticas de Boa Governação Societária, divulgadas no Relatório de Governo Societário 2015 da APA, S.A..

Ref. ^a	Recomendação	Cumprimento		Página(s)	Observações
		S	N		
I	Síntese	X		5	
II	Missão, Objetivos e Políticas				
1.	Indicação da missão e da forma como é prosseguida, assim como a visão e os valores que orientam a entidade	X			
2.	Indicação de políticas e linhas de ação desencadeadas no âmbito da estratégia definida	X			
3.	Indicação dos fatores-chave de que dependem os resultados da entidade	X			
4.	Evidenciação da atuação em conformidade com as orientações definidas pelos ministérios sectoriais, designadamente as relativas à política sectorial a prosseguir, às orientações específicas a cada entidade, aos objetivos a alcançar no exercício da atividade operacional e ao nível do serviço público a prestar pela entidade	X		5-12	
III	Estrutura de Capital				
1.	Divulgação da estrutura de capital, incluindo indicação das diferentes categorias de ações, direitos e deveres inerentes às mesmas e percentagem de capital que cada categoria representa	X			
2.	Identificação de eventuais limitações à titularidade e/ou transmissibilidade das ações	X		12	
3.	Informação sobre a existência de acordos parassociais que sejam do conhecimento da entidade e que possam conduzir a eventuais restrições	n.a.			
IV	Participações Sociais e Obrigações detidas				
1.	Identificação das pessoas singulares (órgãos sociais) e/ou coletivas (Entidade) que, direta ou indiretamente, são titulares de participações noutras entidades, com indicação detalhada da percentagem de capital e de votos imputáveis, bem como da fonte e da causa de imputação nos termos do que para o efeito estabelece o CSC nos seus artigos 447º e 448º	X			
2.	Explicação da aquisição e alienação de participações sociais, bem como da participação em quaisquer entidades de natureza associativa ou fundacional	X		12-14	
3.	Indicação sobre o número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização	X			
4.	Informação sobre a existência de relações de natureza comercial entre os titulares de participações e a entidade	n.a.			
V	Órgãos Sociais e Comissões				
A.	Mesa da Assembleia Geral				
1.	Composição da mesa da assembleia geral, ao longo do ano em referência, com identificação dos cargos e membros da assembleia geral e respetivo mandato, assim como a remuneração relativo ao ano de 2015	X		14-15	
2.	Identificação das deliberações acionistas que por imposição estatutária, só podem ser tomadas com maioria qualificada, para além das legalmente previstas, e indicação dessas maiorias	X			

Ref. ^a	Recomendação	Cumprimento		Página(s)	Observações
		S	N		
B. Administração e Supervisão					
1.	Identificação do modelo de governo adotado	X		15-29	
2.	Identificação das regras estatutárias sobre procedimentos aplicáveis à nomeação e substituição dos membros do Conselho de Administração	X			
3.	Caraterização da composição, do Conselho de Administração, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro	X			
4.	Distinção dos membros executivos e não executivos do Conselho de Administração	X			
5.	Apresentação de elementos curriculares relevantes de cada um dos membros do Conselho de Administração, com indicação das atividades profissionais exercidas, pelo menos, nos últimos 5 anos	X			
6.	Apresentação de declaração de cada um dos elementos do órgão de administração ao órgão de administração e ao órgão de fiscalização, bem como à IGF, de quaisquer participações patrimoniais que detenham na entidade, assim como quaisquer relações que mantenham com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse	n.a.		15-29	
7.	Identificação de relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros do Conselho de Administração, com acionistas	X			
8.	Apresentação de organogramas ou mapas funcionais relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da entidade, incluindo informação sobre delegações de competências, em particular no que se refere à delegação da administração quotidiana da entidade	X			
9.	Caraterização do funcionamento do Conselho de Administração	X			
C. Fiscalização					
1.	Identificação do órgão de fiscalização correspondente ao modelo adotado e composição do Conselho Fiscal, ao longo do ano em referência, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos e suplentes, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro	X			
2.	Identificação, consoante aplicável, dos membros do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras que se considerem independentes, nos termos do n.º 5 do artigo 414.º Código das Sociedades Comerciais (CSC)	X		29-39	
3.	Apresentação de elementos curriculares relevantes de cada um dos membros do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras e outros. Deverão especificamente ser indicadas as atividades profissionais exercidas, pelo menos, nos últimos 5 anos	X			
4.	Caraterização do funcionamento da fiscalização	X			
D. Revisor Oficial de Contas (ROC)					
1.	Identificação, membros efetivo e suplente, da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, do ROC e respetivos números de inscrição na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) e dos sócios ROC que a representam e indicação do número de anos em que o ROC exerce funções consecutivamente junto da entidade e/ou grupo.	X		39-41	

Ref. ^a	Recomendação	Cumprimento		Página(s)	Observações
		S	N		
2.	Indicação das limitações, legais e outras, relativamente ao número de anos em que o ROC presta contas á entidade	X			
3.	Indicação do número de anos em que a SROC e/ou ROC exerce funções consecutivamente junto da entidade/grupo, bem como indicação do numero de anos em que o ROC presta serviços nesta entidade, incluído o ano em que se refere o presente relatório, bem assim como a renumeração relativa ao ano em referência	X		39-41	
4.	Descrição de outros serviços prestados pelo SROC à entidade e/ou prestados pelo ROC que representa a SROC, caso aplicável	n.a.			
E. Auditor Externo					
1.	Identificação do auditor externo designado e do sócio ROC que o representa no cumprimento dessas funções, bem como o respetivo número de registo na CMVM, assim como a indicação do numero de anos em que o auditor externo e o respetivo sócio ROC que o representa no cumprimento dessas funções exercem funções consecutivamente junto da entidade e/ou grupo, bem assim com a renumeração relativa ao ano em referencia	n.a.			
2.	Explicação de política e periodicidade da rotação do auditor externo e do respetivo sócio ROC que o representa no cumprimento dessas funções, bem como indicação do órgão responsável pela avaliação do auditor externo e periodicidade com que essa avaliação é feita	n.a.		41	
3.	Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados pelo auditor externo para a entidade e/ou para entidades que com ela se encontrem em relação de domínio, bem como indicação dos procedimentos internos para efeitos de aprovação da contratação de tais serviços e indicação das razões para a sua contratação	n.a.			
4.	Indicação do montante da remuneração anual paga pela entidade e/ou por pessoas coletivas em relação de domínio ou de grupo ao auditor e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede e discriminação da percentagem respeitante aos serviços	n.a.			
VI. Organização Interna					
A. Estatutos e Comunicações					
1.	Indicação das regras aplicáveis à alteração dos estatutos da entidade	X			
2.	Caraterização dos meios e política de comunicação de irregularidades ocorridas na entidade	X		42-43	
3.	Indicação das políticas antifraude adotadas e identificação de ferramentas existentes com vista à mitigação e prevenção de fraude organizacional	X			
B. Controlo interno e gestão de riscos					
1.	Informação sobre a existência de um Sistema de Controlo Interno (SCI) compatível com a dimensão e complexidade da entidade, de modo a proteger os investimentos e os seus ativos (este deve abarcar todos os riscos relevantes para a entidade)	X			
2.	Identificação de pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou pela implementação de sistema de gestão e controlo de risco que permita antecipar e minimizar os riscos inerentes à atividade desenvolvida	X		43-49	
3.	Em caso de existência de um plano estratégico e de política de risco da entidade, este deve incluir a definição de níveis de riscos considerados aceitáveis e identificar as principais medidas adotadas	X			
4.	Explicação, ainda que por inclusão de organograma, das relações de dependência hierárquica e/ou funcional face a outros órgãos ou comissões da entidade	X			

Ref. ^a	Recomendação	Cumprimento		Página(s)	Observações
		S	N		
5.	Indicação da existência de outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos	X			
6.	Identificação e descrição dos principais tipos de riscos (económicos, financeiros, operacionais e jurídicos) a que a entidade expõe no exercício da atividade	X		43-49	
7.	Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo, gestão e mitigação de riscos	X			
8.	Identificação dos principais elementos do SCI e de gestão de risco implementados na entidade relativamente ao processo de divulgação de informação financeira	X			
C. Regulamentos e Códigos					
1.	Referência sumária aos regulamentos internos aplicáveis e regulamentos externos a que a entidade está legalmente obrigada, com apresentação dos aspetos mais relevantes e de maior importância. Indicação do sítio da entidade onde estes elementos se encontram disponíveis para consulta	X			
2.	Referência à existência de um códigos de ética, com a data da última atualização, que contemple exigentes comportamentos éticos e deontológicos. Indicação onde este se encontra disponível para consulta, assim como indicação da forma como é efetuada a sua divulgação junto dos colaboradores, clientes e fornecedores. Informação sobre as medidas vigentes tendo em vista garantir um tratamento equitativo junto dos seus clientes e fornecedores e demais titulares de interesses legítimos, designadamente colaboradores da entidade, ou outros credores que não fornecedores ou, de modo geral, qualquer entidade que estabeleça alguma relação jurídica com a entidade	X		49-55	
3.	Referência à existência do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PGRIC) para prevenir fraudes internas (cometida por um Colaborador ou Fornecedor de Serviços) e externas (cometida por Clientes ou Terceiros), assim como a identificação das ocorrências e as medidas tomadas para a sua mitigação. Indicação relativa ao cumprimento da legislação e da regulamentação em vigor relativas à prevenção da corrupção e sobre a elaboração do Relatório Identificativo das Ocorrências, ou Risco de Ocorrências	X			
D. Deveres especiais de informação					
1.	Indicação da plataforma utilizada para cumprimento dos deveres de informação a que a entidade se encontra sujeita, nomeadamente os relativos ao reporte de informação económica e financeira	X			
2.	Indicação da plataforma utilizada para cumprimento dos deveres de transparência a que a entidade se encontra sujeita, nomeadamente os relativos a informação a prestar anualmente ao titular da função acionista e ao público em geral sobre o modo como foi prosseguida a sua missão, do grau de cumprimento dos seus objetivos, da forma como foi cumprida a política de responsabilidade social, de desenvolvimento sustentável e os termos de prestação do serviço público, e em que medida foi salvaguardada a competitividade, designadamente pela via da investigação, do desenvolvimento, da inovação e da integração de novas tecnologias no processo produtivo	X		55-56	
E. Sítio da Internet					
1.	Indicação do (s) endereço (s) utilizados na divulgação dos elementos sobre a entidade	X		56	

Ref. ^a	Recomendação	Cumprimento		Página(s)	Observações
		S	N		
F.	Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral				
1.	Referência ao contrato celebrado com a entidade pública que tenha confiado à entidade a prestação de um serviço público ou de interesse geral, respeitante à renumeração dessa atividade	n.a.		56-57	
2.	Exposição das propostas de contratualização da prestação de serviço público apresentadas ao titular da função acionista e ao membro do governo responsável pelo respetivo setor de atividade	n.a.			
VII.	Remunerações				
A.	Competência para a Determinação				
1.	Indicação quanto à competência para a determinação da renumeração dos órgãos sociais, dos membros da comissão executiva ou administrador delegado e dos dirigentes da entidade	X			
2.	Identificação dos mecanismos adotados para prevenir a existência de conflitos de interesses, atuais ou potenciais, entre os membros dos órgãos ou comissões societárias e a entidade, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas	X		57-58	
3.	Apresentação de declaração dos membros do órgão de administração a referir que estes se abstêm de interferir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses	X			
B.	Comissão de Fixação de Remunerações				
	Composição da comissão de fixação de remunerações, incluindo identificação das pessoas singulares ou coletivas contratadas para lhe prestar apoio	X		58	
C.	Estrutura das Remunerações				
1.	Descrição da política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização	X			
2.	Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos objetivos dos membros do órgão de administração com os objetivos de longo prazo da entidade	X			
3.	Referência, se aplicável, à existência de componente variável da remuneração, critérios de atribuição e informação sobre eventual impacto da avaliação de desempenho nesta componente	n.a.		58-62	
4.	Explicação do diferimento do pagamento da componente variável de remunerações, com menção do período de diferimento	n.a.			
5.	Caraterização dos parâmetros e fundamentos definidos no contrato de gestão para efeitos de atribuição de prémio	n.a.			
6.	Referência a regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores e data em que foram aprovados em Assembleia Geral, em termos individuais	n.a.			
D.	Divulgação das Remunerações				
1.	Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de administração da entidade, proveniente da entidade, incluindo renumeração fixa e variável e, relativamente a esta, menção às diferentes componentes que lhes deram origem, podendo ser feita remissão para ponto do relatório onde já conste esta informação	X		62-65	
2.	Indicação dos montantes pagos, por outras entidades em relação de domínio ou de grupo ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum	n.a.			
3.	Indicação da remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios e explanação dos motivos por que tais prémios e/ou participações nos lucros foram concedidos	n.a.			

Ref. ^a	Recomendação	Cumprimento		Página(s)	Observações
		S	N		
4.	Referência a indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício	n.a.			
5.	Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de fiscalização da entidade	X		62-65	
6.	Indicação da remuneração no ano de referência dos membros da mesa da Assembleia Geral, podendo ser feita remissão para ponto do relatório onde já conste esta informação	X			
VIII	Transações com partes Relacionadas e Outras				
1.	Apresentação de mecanismos implementados pela entidade para efeitos de controlo de transações com partes relacionadas e indicação das transações que foram sujeitas a controlo no ano de referência	X		65-68	
2.	Informação sobre outras transações	X			
IX	Análise de sustentabilidade da entidade nos domínios económicos, social e ambiental				
1.	Estratégias adotadas e grau de cumprimento das metas fixadas	X			
2.	Políticas prosseguidas com vista a garantir a eficiência económica, financeira, social e ambiental e a salvaguardar normas de qualidade	X		68-75	
3.	Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial	X			
X	Avaliação do Governo Societário				
1.	Verificação do cumprimento das Recomendações recebidas relativamente à estrutura e prática do governo societário, através da identificação das medidas tomadas no âmbito dessas orientações	X		75-82	
2.	Outras informações	n.a.			

Legendas:

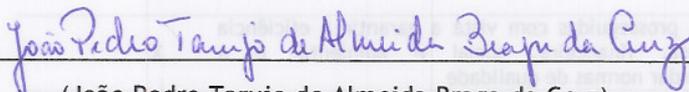
n.a. - não aplicável.

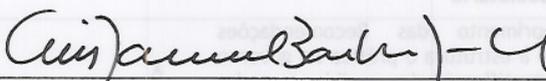
13. Nota Final

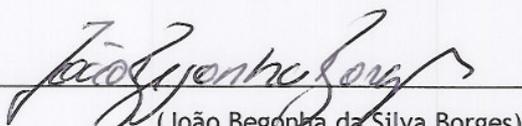
Como nota final, o Conselho de Administração da APA, S.A., agradece a todos os colaboradores da empresa, à Comunidade Portuária e aos seus clientes, que permitiram que 2015 fosse mais um ano de crescimento da carga movimentada neste porto.

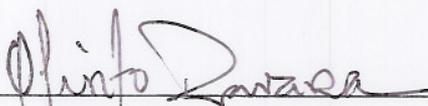
Forte da Barra, 10 de maio de 2016

O Conselho de Administração,


(João Pedro Tarujo de Almeida Braga da Cruz)


(Luís Manuel Barbosa Marques Leal)


(João Begonha da Silva Borges)


(Olinto Henrique da Cruz Ravara)

APA - Administração do Porto de Aveiro, S.A.

Demonstrações Financeiras Individuais

31 de dezembro de 2015

Índice das Demonstrações financeiras

Balanço Individual	3
Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas	4
Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio	5
Demonstração Individual dos Fluxos de Caixa	6
1 INTRODUÇÃO	7
2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	9
3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	10
4 FLUXOS DE CAIXA	23
5 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS.....	24
6 PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO.....	27
7 ATIVOS INTANGÍVEIS	28
8 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS – MÉTODO EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	30
9 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS – OUTROS MÉTODOS	33
10 ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	33
11 CLIENTES.....	34
12 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS.....	36
13 OUTRAS CONTAS A RECEBER	37
14 DIFERIMENTOS	38
15 CAPITAL.....	39
16 RESERVAS	40
17 AJUSTAMENTOS EM ATIVOS FINANCEIROS E OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	41
18 PROVISÕES	43
19 FINANCIAMENTOS OBTIDOS.....	44
20 OUTRAS CONTAS A PAGAR	45
21 FORNECEDORES.....	46
22 PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	47
23 SUBSÍDIO À EXPLORAÇÃO.....	47
24 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	48
25 GASTOS COM O PESSOAL	49
26 OUTROS GASTOS E PERDAS	50
27 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	51
28 GASTOS E RENDIMENTOS FINANCEIROS	52
29 IMPOSTO DO EXERCÍCIO.....	53
30 COMPROMISSOS	55
31 MATÉRIAS AMBIENTAIS.....	55
32 PARTES RELACIONADAS	56
33 ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES	57
34 EVENTOS SUBSEQUENTES.....	57

Balanço Individual

	Nota	31 de dezembro	
		2015	2014
Ativo			
Não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	297.289.657	301.843.842
Propriedades de investimento	6	4.106.082	4.106.082
Ativos intangíveis	7	36.419.303	38.677.315
Participações financeiras - método equivalência patrimonial	8	14.351.112	13.628.266
Participações financeiras - outros métodos	9	22.500	22.500
		352.188.654	358.278.006
Corrente			
Clientes	11	4.271.233	5.256.537
Estado e outros entes públicos	12	72.969	41.184
Outras contas a receber	13	1.458.898	1.289.981
Diferimentos	14	153.413	180.334
Caixa e depósitos bancários	4	21.162.364	19.010.273
		27.118.876	25.778.308
Total do Ativo		379.307.530	384.056.314
Capital próprio			
Capital e reservas atribuíveis aos detentores de capital			
Capital realizado	15	30.000.000	30.000.000
Reservas legais	16	1.156.033	848.100
Outras reservas	16	193.581.124	192.816.506
Resultados transitados		(5.828.245)	(7.649.296)
Ajustamentos em Ativos financeiros	17	14.007.561	13.944.680
Outras variações no capital próprio	17	72.217.908	73.236.767
		305.134.380	303.196.757
Resultado líquido do exercício		2.867.318	3.079.323
Total do capital próprio		308.001.698	306.276.080
Passivo			
Não corrente			
Provisões	18	54.982	433.014
Financiamentos obtidos	19	15.726.819	17.180.453
Passivos por impostos diferidos	10	1.285.586	1.107.428
Diferimentos	14	27.563.165	30.649.044
Outras contas a pagar	20	19.849.723	20.145.522
		64.480.275	69.515.461
Corrente			
Fornecedores	21	501.946	1.777.639
Estado e outros entes públicos	12	259.669	256.994
Financiamento obtidos	19	1.453.632	1.453.632
Outras contas a pagar	20	1.524.431	1.690.630
Diferimentos	14	3.085.879	3.085.879
		6.825.557	8.264.774
Total do passivo		71.305.833	77.780.235
Total do capital próprio e do passivo		379.307.530	384.056.314

O Contabilista Certificado

David Lourenço

As notas anexas constituem parte integrante das Demonstrações financeiras.

O Conselho de Administração

João Pedro Braga da Cruz

António Dantas

João Gonçalves

Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas

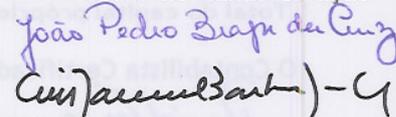
	Nota	Exercício	
		2015	2014
Vendas e serviços prestados	22	4.236.660	4.297.098
Subsídios à exploração	23	7.181	618.704
Ganhos/ perdas imputados de <i>subsidiárias</i> , associadas e empreendimentos conjuntos	8	737.977	185.721
Fornecimentos e serviços externos	24	(3.113.175)	(4.484.276)
Gastos com o pessoal	25	(4.664.555)	(4.688.858)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)	11 e 13	(108.485)	2.899.622
Provisões (aumentos / reduções)	18	353.127	(296.993)
Outros rendimentos e ganhos	27	14.271.041	13.294.493
Outros gastos e perdas	26	(624.595)	(487.698)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		11.095.176	11.337.813
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	5 e 7	(8.325.483)	(8.252.903)
Imparidade de investimentos depreciables/ amortizáveis (perdas/ reversões)	5	43.422	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		2.813.115	3.084.910
Juros e rendimentos similares obtidos	28	312.176	178.685
Juros e gastos similares suportados	28	(60.938)	(109.861)
Resultados antes de impostos		3.064.353	3.153.734
Imposto sobre o rendimento do período	29	(197.035)	(74.411)
Resultado líquido do exercício		2.867.318	3.079.323
Resultado das atividades descontinuadas incluído no resultado líquido do período		-	-
Resultado por Ação:			
- básico		0,48	0,51
n.º ações		6.000.000	6.000.000

O Contabilista Certificado



As notas anexas constituem parte integrante das Demonstrações financeiras.

O Conselho de Administração

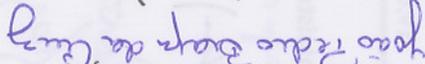
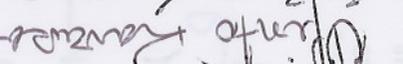



Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio

	Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados	Outras variações no capital próprio	Ajustamentos em ativos financeiros	Resultado líquido do exercício	Total
A 31 de dezembro de 2013	30.000.000	794.556	192.218.685	(7.533.378)	71.916.609	13.938.841	535.447	301.870.760
Movimentos no período	-	-	-	-	(676.761)	-	-	(676.761)
Subsídios ao investimento	-	-	-	-	1.996.919	-	-	1.996.919
Ajustamentos em subsídios	-	-	-	-	-	5.838	-	5.838
Outras alterações reconhecidas nos capitais próprios	-	53.545	597.821	(115.919)	-	(535.447)	(535.447)	-
Aplicação do resultado líquido de 2013	-	-	-	-	1.320.158	5.838	(535.447)	1.325.996
Resultado líquido do exercício	-	53.545	597.821	(115.919)	-	5.838	3.079.323	4.405.319
Resultado integral	-	-	-	-	-	-	3.079.323	4.405.319
A 31 de dezembro de 2014	30.000.000	848.100	192.816.506	(7.649.296)	73.236.767	13.944.680	3.079.323	306.276.080
Subsídios ao investimento	-	-	-	-	(1.314.658)	-	-	(1.314.658)
Ajustamentos em subsídios	-	-	-	-	295.799	-	-	295.799
Outras alterações reconhecidas nos capitais próprios	-	-	-	-	-	(122.840)	-	(122.840)
Aplicação do resultado líquido de 2014	-	307.932	764.618	1.821.052	-	185.721	(3.079.323)	-
Resultado líquido do exercício	-	307.932	764.618	1.821.052	(1.018.859)	62.881	(3.079.323)	(1.141.700)
Resultado integral	-	-	-	-	-	-	2.867.318	1.725.618
A 31 de dezembro de 2015	30.000.000	1.156.033	193.581.124	(5.828.245)	72.217.908	14.007.561	2.867.318	308.001.698

O Contabilista Certificado


As notas anexas constituem parte integrante das Demonstrações financeiras existentes supra.

O Conselho de Administração
 João Pedro Baptista da Cruz

 (Carimbo) - J
 António Rendas

 5

Demonstração Individual dos Fluxos de Caixa

	Nota	Exercício findo em 31 de dezembro	
		2015	2014
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		14.629.219	14.843.428
Pagamentos a fornecedores		(4.856.602)	(3.179.017)
Pagamentos ao pessoal		(4.686.296)	(4.908.180)
Caixa gerada pelas operações		5.086.321	6.756.231
Pagamento/ recebimento do imposto sobre o rendimento		(49.628)	208.429
Outros recebimentos/ pagamentos		(376.531)	266.306
Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais		4.660.162	7.230.966
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(1.416.057)	(1.644.433)
Ativos intangíveis		(46.840)	(17.183)
Investimentos financeiros		-	-
Outros ativos		-	-
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		1.583	-
Subsídios ao investimento		403.226	400.905
Juros e rendimentos similares		67.659	91.068
Fluxos de caixa líquidos das atividades de investimento		(990.430)	(1.169.644)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	19	(1.453.634)	(1.453.634)
Juros e gastos e similares		(64.007)	(110.933)
Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento		(1.517.641)	(1.564.567)
Variação de caixa e seus equivalentes		2.152.091	4.496.755
Efeitos das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período		19.010.273	14.513.518
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	21.162.364	19.010.273

O Contabilista Certificado

David Tenim

As notas anexas constituem parte integrante das Demonstrações financeiras.

O Conselho de Administração

João Pedro Baptista Cruz
(Assinatura) - 4

António Raposo
João José Gonçalves

Anexo às Demonstrações financeiras individuais

1 Introdução

A APA - Administração do Porto de Aveiro S.A. (doravante designada de “Empresa” ou por “APA, S.A.”), foi constituída pelo Decreto-Lei nº 339/98, de 3 de novembro, sendo uma Sociedade Anónima de capitais exclusivamente públicos. A partir dessa data, a Empresa passou a reger-se pelo referido Diploma e pelos seus Estatutos e, em tudo o que neles não estiver previsto, pelas normas aplicáveis às sociedades anónimas e pelas normas especiais cuja aplicação decorra do objeto da Empresa. A atuação da Empresa, no uso dos poderes de autoridade referidos naquele diploma, rege-se por normas de direito público.

A Empresa foi inicialmente constituída com um capital social de €7.292 milhares, tendo subsequentemente sido aumentado para €30.000 milhares.

A Empresa sucedeu automática e globalmente à Junta Autónoma do Porto de Aveiro, e continuou a personalidade jurídica desta, conservando a universalidade dos bens, direitos e obrigações integrantes da sua esfera jurídica no momento da transformação.

Mantiveram-se integrados no domínio público do Estado afeto à Empresa, os terrenos do domínio público marítimo situados dentro da área de jurisdição da Junta Autónoma do Porto de Aveiro e ainda os bens afetos à atividade de pesca, serviços de primeira venda e atividades conexas.

Neste contexto, os bens de domínio público encontram-se afetos à atividade da Empresa, que os pode administrar livremente, nesse âmbito, embora não para dispor dos mesmos no que diz respeito ao comércio jurídico privado.

A Empresa assegura o exercício das competências necessárias ao regular funcionamento do Porto de Aveiro nos seus múltiplos aspetos de ordem económica, financeira e patrimonial, de gestão de efetivos e de exploração portuária e ainda a atividades que lhe sejam complementares, subsidiárias ou acessórias. Assim, são competências da Empresa:

- a) atribuição de usos privativos e definição de respetivo interesse público para efeitos de concessão, relativamente aos bens de domínio público que lhe está afeto, bem como à prática de todos os atos respeitantes à execução, modificação e extinção da licença ou concessão;
- b) licenciamento de atividades portuárias de exercício condicionado e concessão de serviços públicos portuários, podendo praticar todos os atos necessários à atribuição, execução, modificação e extinção da licença ou concessão, nos termos da legislação aplicável;

- c) expropriação por utilidade pública, ocupação de terrenos, implantação de traçados e exercício de servidões administrativas necessárias à expansão ou desenvolvimento portuários, nos termos legais;
- d) fixação das taxas a cobrar pela utilização dos portos, dos serviços neles prestados e pela ocupação de espaços dominiais ou destinados a atividades comerciais ou industriais;
- e) proteção das suas instalações e do seu pessoal;
- f) uso público dos serviços inerentes à atividade portuária e sua fiscalização; e
- g) assunção da responsabilidade em matéria de segurança marítima e portuária na sua área de jurisdição, definindo as condições de segurança e de funcionamento do porto, em todas as suas vertentes, tendo em atenção a necessidade de garantir, de forma adequada, a sua exploração comercial.

Na sua área de jurisdição, só a Empresa pode conceder licenças para execução de obras diretamente relacionadas com a sua atividade e cobrar taxas inerentes às mesmas.

As atribuições referentes à gestão da água na área de jurisdição da Empresa, incluindo a supervisão da sua qualidade, competem ao Instituto da Água e à respetiva Direção Regional do Ambiente.

Estas Demonstrações Financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 10 de maio de 2016. É opinião do Conselho de Administração que estas Demonstrações Financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da APA, S.A., bem como a sua posição e performance financeira, as alterações nos capitais próprios e fluxos de caixa.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

2.1 Base de Preparação

Estas Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as disposições das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), emitidas e em vigor à data de 1 de janeiro de 2015.

Foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e tomado por base o princípio do custo histórico, exceto quanto aos ativos integrados à data de constituição da Empresa, os quais se encontram registados com base numa avaliação patrimonial efetuada em 1999 por entidade independente.

A preparação das Demonstrações Financeiras em conformidade com as NCRF requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela Empresa, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar destas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as Demonstrações Financeiras são apresentadas na Nota 3.21.

2.2 Derrogação das Disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.3 Comparabilidade das Demonstrações Financeiras

Os elementos constantes nas presentes Demonstrações Financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do exercício anterior.

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das Demonstrações Financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

3.1 Conversão Cambial

Moeda funcional e de apresentação

As Demonstrações Financeiras da Empresa e respetivas notas deste anexo, são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário.

Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica de gastos de financiamento, se relacionadas com empréstimos, ou em outros ganhos ou perdas operacionais, para todos os outros saldos/transações.

3.2 Participações Financeiras em Subsidiárias

Subsidiárias são todas as entidades sobre as quais a Empresa tem o poder de decidir sobre as políticas financeiras ou operacionais, a que normalmente está associado o controlo, direto ou indireto, de mais de metade dos direitos de voto. A existência e o efeito de direitos de voto potenciais que sejam correntemente exercíveis ou convertíveis são considerados na avaliação do controlo que a Empresa detém sobre uma entidade.

Investimentos em subsidiárias são apresentados pelo valor resultante da aplicação do método de equivalência patrimonial. Segundo este método, as Demonstrações Financeiras incluem a quota-parte da empresa no total de ganhos e perdas reconhecidos desde a data em que o controlo começa até à data em que efetivamente termina. Ganhos ou perdas não realizados em transações entre a Empresa e as suas subsidiárias são eliminados. Os dividendos atribuídos pelas participadas são considerados reduções do investimento detido.

O excesso do custo de aquisição relativamente ao justo valor da parcela da Empresa nos ativos identificáveis adquiridos é registado como *goodwill*, o qual, deduzido de perdas acumuladas de

imparidade, está considerado no valor inscrito como investimento da Empresa em subsidiárias e Associadas. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária ou associada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração dos resultados.

Quando a quota-parte das perdas de uma subsidiária excede o investimento na subsidiária, a empresa reconhece perdas adicionais no futuro, se a empresa tiver incorrido em obrigações ou tenha efetuado pagamentos em benefício da subsidiária.

As entidades que se qualificam como subsidiárias encontram-se listadas na Nota 8.

3.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis (incluindo os bens de domínio público), integrados à data de constituição da Empresa, foram registados com base em avaliação patrimonial efetuada por uma entidade independente. A avaliação abrangeu a generalidade dos bens integrados e reportou-se à data de 1 de janeiro de 1998, tendo sido utilizado o método do “Valor em Uso Continuado”.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos subsequentemente encontram-se valorizados ao custo, deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização. Os custos incorridos com empréstimos obtidos para a construção de ativos tangíveis são reconhecidos como parte do custo de construção do ativo.

Os encargos correntes com a manutenção e reparação são registados como custo no exercício em que decorrem. As beneficiações que aumentem o período de vida útil estimado, ou dos quais se espera um aumento material nos benefícios futuros decorrentes da sua efetivação, são incluídos no custo do ativo.

Os ativos fixos tangíveis são apresentados ao valor da avaliação e/ou custo de aquisição, líquido das respetivas depreciações e perdas de imparidade acumuladas.

As depreciações dos ativos fixos tangíveis objeto de avaliação patrimonial são calculadas pelo método de quotas constantes, tendo em consideração o período de vida útil esperada atribuída na referida avaliação independente.

Para os bens adquiridos após a constituição da Empresa, a depreciação inicia-se no começo do exercício em que o respetivo bem entrou em funcionamento, de acordo com as taxas dentro dos intervalos definidos na Portaria 671/2000, de 17 de abril (infraestruturas portuárias) ou no Decreto Regulamentar

nº 25/09, de 14 de setembro (restantes bens), as quais se considera refletirem a vida útil esperada dos bens.

Os valores residuais, as vidas úteis esperadas e os métodos de depreciação são revistos periodicamente e ajustados, se apropriado, à data do balanço, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme se segue:

	<u>Número de anos</u>
Edifícios e outras construções	Entre 40 e 100 anos
Equipamento básico	Entre 3 e 15 anos
Equipamento de transporte	Entre 3 e 4 anos
Equipamento administrativo	Entre 3 e 10 anos

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registar uma perda por imparidade. Tendo em consideração as atividades desenvolvidas pela Empresa, e as suas atribuições referidas na Nota Introdutória, o valor recuperável é determinado como o valor de uso dos ativos, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado dos ativos afetos às atividades desenvolvidas pela Empresa.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações e a quantia escriturada do ativo, e são reconhecidos como outros rendimentos e ganhos ou outros gastos e perdas na demonstração dos resultados.

3.4 Propriedades de investimento

As propriedades de investimento são imóveis (terrenos, edifícios ou partes de edifícios) detidos com o objetivo de valorização do capital, obtenção de rendas, ou ambas. As propriedades de investimento foram valorizadas ao custo depreciado na data da transição para as NCRF, o qual é aplicado a todos os ativos classificados como propriedades de investimento.

De acordo com a NCRF 11 - Propriedades de investimento, e no particular do critério de valorização de acordo com o modelo do custo depreciado, é requerida a divulgação do justo valor das propriedades de investimento nas Demonstrações Financeiras.

O justo valor é determinado com base em avaliações efetuadas por avaliadores externos tendo em conta as condições da sua utilização ou o melhor uso, consoante se encontre arrendado ou não.

3.5 Ativos Intangíveis

O custo de aquisição de *software* e correspondentes licenças é capitalizado, compreendendo todos os custos incorridos com a aquisição e colocação do *software* disponível para utilização. Esses custos são amortizados durante o período de vida útil estimado (3 anos).

Os custos associados ao desenvolvimento ou à manutenção do *software* são reconhecidos como gastos quando incorridos.

Os ativos dos concessionários de uso privativo que, no final do período contratual, reverterem gratuitamente para a APA, S.A., são registados de acordo com a política acordada entre as Administrações Portuárias, detalhada na Nota 3.6.

3.6 Ativos Adquiridos ou Construídos por Concessionários de Serviços Públicos e de Uso Privativo, que Revertam para a Administração Portuária no Final dos Respetivos Contratos

Em 16 de março de 2012 as Administrações Portuárias, em Portugal, acordaram a política contabilística a aplicar no reconhecimento, registo, mensuração e divulgação dos bens adquiridos ou construídos pelos concessionários de serviço público e por concessionários de usos privativos de bens dominiais afetos à atividade portuária que revertam gratuitamente no final dos respetivos contratos. A decisão teve em consideração o parecer da CNC (Comissão de Normalização Contabilística) datado de 3 de janeiro de 2012, a ponderação entre o custo e o benefício e a adoção de critérios objetivos na preparação das Demonstrações Financeiras. Procurou-se a minimização de custos na identificação de ativos, na sua mensuração inicial e subsequente e objetividade na aplicação de um único procedimento de política contabilística e seu contributo relevante para garantir a harmonização contabilística entre as Administrações Portuárias.

A política contabilística adotada é a descrita nos parágrafos abaixo.

(i) Reconhecimento

Para efeitos de reconhecimento e tendo em consideração a substância económica dos contratos de concessão em que as Administrações Portuárias beneficiam de contrapartidas na concessão de um

direito de prestação de serviço público e/ou de ocupação de um espaço dominial para a realização de atividade portuária, é incorporada no ativo intangível da concedente a quantia correspondente ao valor do direito aos bens a reverter, com a exceção das infraestruturas portuárias, as quais são incorporadas no ativo tangível da concedente. Consideram-se como infraestruturas portuárias os cais, terraplenos e molhes marítimos afetos diretamente à realização de operações portuárias.

O ativo intangível é reconhecido na conta 445 - Concessões - Bens a reverter (esta conta é subdividida em 4451 - Concessões - Bens a reverter em contratos de serviço público e 4452 - Concessões - Bens a reverter em contratos de usos privativos) por contrapartida da conta 282 - Rendimentos a reconhecer.

O ativo é amortizado/depreciado pelo período de vida útil económica estimado pela Administração Portuária, tendo em conta a afetação dos bens à atividade portuária por uma vida útil que não se esgota no horizonte da concessão. Os rendimentos são reconhecidos numa base linear e anual, durante a vida útil do contrato até à data mais curta em que se estime que previsivelmente se virá a exercer o direito de reversão. As quantias correspondentes à diferença entre a amortização/depreciação do ativo intangível e o rendimento do período, incluídas nos resultados líquidos anuais, são transferidas, no período imediatamente seguinte, para a conta 553 - Reservas não distribuíveis - Concessões.

No momento do exercício contratual da reversão, há lugar ao desreconhecimento do ativo intangível seguido do reconhecimento no ativo fixo tangível dos bens revertidos, por transferência do saldo da conta 445 - Concessões - Bens a reverter. O ativo tangível é depreciado por continuidade do período de vida útil económica estimado pela Administração Portuária. O saldo respetivo da conta 553 - Reservas não distribuíveis - Concessões é transferido para a conta 595 - Outras variações no capital próprio - Concessões.

(ii) Mensuração

A mensuração inicial é realizada pelo montante suportado pelo concessionário com a aquisição ou construção do ativo em causa. Este custo real do concessionário é obtido com base em informação contabilística fornecida pelo concessionário. Eventuais custos adicionais ao longo da concessão são incorporados nos períodos da sua realização.

Procede-se ao reconhecimento de passivo por imposto diferido, tendo em consideração a diferença temporária entre o apuramento anual de resultado e a tributação que ocorre no momento da realização efetiva da reversão dos bens. O apuramento anual de resultado decorre da aplicação do justo valor, ainda que baseado nos custos incorridos pelos concessionários, pelo que considerando o n.º 9 do art.º 18.º do CIRC - Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas a sua concorrência para a formação do lucro tributável ocorre no período de tributação em que o direito de

reversão é exercido. Assim, a tributação em sede de IRC ocorrerá no ano da realização da reversão, ou seja no final do contrato de concessão.

Eventuais prorrogações da vida do contrato de concessão se implicarem prorrogação do prazo de reversão gratuita do ativo, serão tratadas como alterações de estimativas contabilísticas nos termos da normalização contabilística em vigor.

Sempre que um contrato de concessão incluir condição que implique o pagamento pela administração portuária de montante relativo à reversão de bens, essa condição dará lugar ao reconhecimento de passivo pela parte relativa à obrigação. Mantem-se os restantes registos contabilísticos de reconhecimento do ativo, sendo a rubrica de rendimentos a reconhecer creditada pela diferença entre o montante dos ativos e dos passivos (obrigação contratual) reconhecidos.

Sempre que se verifique a venda de equipamento ao concessionário considera-se para efeitos de registo a data em que a Administração Portuária adquiriu ou construiu o bem. Esta data é a considerada para início de contagem da vida económica esperada. A vida económica esperada poderá ser aumentada pelas grandes reparações ou melhorias entretanto realizadas.

(iii) Divulgação em anexo

Dever-se-ão proceder às divulgações aplicáveis (ver parágrafos 117 a 119 da NCRF 6), com especial ênfase para:

- Descrição dos bens, contratos e direitos de reversão envolvidos;
- Os critérios de reconhecimento;
- Os critérios de mensuração inicial e subsequente;
- As vidas úteis e respetiva amortização/depreciação; e
- As quantias brutas, amortizações/depreciações acumuladas.

(iv) Notas adicionais

Os contratos de concessão de serviço público poderão incluir cláusulas específicas sobre a reversão de bens e investimentos realizados nos últimos anos do período de concessão que impliquem o não reconhecimento de ativos nas contas da concedente. Exemplificando, as concessões de serviço público que impliquem o pagamento de indemnizações à concessionária pelos investimentos realizados nos últimos 10 anos do contrato.

Não se reconheceram os ativos cuja vida útil económica estimada é inferior ao período do contrato de concessão, bem quando a existência de risco tecnológico põe em causa, de forma relevante, a atribuição de valor no final do contrato de concessão.

No caso específico dos contratos de concessão de usos privativos de bens dominiais não afetos à atividade portuária, que revertam gratuitamente no final dos respetivos contratos, o reconhecimento do ativo será realizado apenas no final do contrato, utilizando-se a subconta apropriada da 432 - Edifícios e outras construções por contrapartida de 78 - Outros Rendimentos e Ganhos.

3.7 Imparidade de Ativos

Os ativos fixos tangíveis e intangíveis são testados anualmente para determinação de imparidade, pelo facto do valor pelo qual se encontram escriturados não ser totalmente recuperável.

Tendo em consideração a natureza das atividades desenvolvidas pela Empresa, com a natureza de serviço público, o valor recuperável dos ativos sujeitos a teste de imparidade corresponde ao seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa). Uma perda por imparidade é reconhecida nas Demonstrações Financeiras pelo montante do excesso da quantia escriturada do ativo face ao seu valor recuperável.

Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos ativos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

3.8 Clientes e Outras Contas a Receber

As rubricas de Clientes e Outras Contas a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade (se aplicável). As perdas por imparidade dos clientes e contas a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em "Ajustamento de contas a receber", sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

3.9 Caixa e Equivalentes a Caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 6 meses, desde que possam ser desmobilizados num período inferior a 3 dias e sem penalização, assim como os descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no balanço, no passivo corrente, na rubrica "Financiamentos obtidos", e são considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa.

3.10 Capital Social

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

3.11 Financiamentos Obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transação e montagem incorridos. Os financiamentos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a Empresa possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

3.12 Imposto Sobre o Rendimento

A partir do exercício de 2009, inclusive, a Empresa passou a estar sujeita ao regime especial de tributação de grupos de sociedades (RETGS) previsto no artigo n.º 69.º e seguintes do Código do IRC, sendo o grupo de tributação constituído pela Empresa e pela sua subsidiária APFF, S.A.. As empresas que se englobam no perímetro do grupo de sociedades sujeitas a este regime apuram e registam o imposto sobre o rendimento tal como se fossem tributadas numa ótica individual. Caso sejam apurados ganhos na aplicação deste regime, estes são registados, na sua totalidade, como um rendimento da Empresa.

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos são reconhecidos com base na responsabilidade de balanço, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas Demonstrações Financeiras.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do balanço, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis.

3.13 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Empresa tem: i) uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados; ii) para a qual é mais provável de que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a Empresa divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

3.14 Subsídios e Apoios do Governo

A Empresa reconhece os subsídios do Estado Português, da União Europeia ou organismos semelhantes apenas quando existir segurança que a Empresa cumprirá com as condições inerentes à sua atribuição e que os subsídios serão recebidos.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis são reconhecidos inicialmente na rubrica de capital próprio "Outras variações de capital", sendo subsequentemente creditados na demonstração dos resultados numa base pro-rata da depreciação dos ativos a que estão associados.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos e registados.

3.15 Gastos e Rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos, se qualificarem como tal.

3.16 Rédito

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo aos serviços prestados no decurso normal da atividade da Empresa. O rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e descontos financeiros atribuídos.

3.17 Matérias Ambientais

São reconhecidas provisões para Matérias ambientais sempre que a empresa tenha uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados, relativamente à qual seja provável que uma saída de recursos se torne necessária para a liquidar, e possa ser efetuada uma estimativa fiável do montante dessa obrigação.

A Empresa incorre em dispêndios e assume passivos de carácter ambiental. Assim, os dispêndios com equipamentos e técnicas operativas que assegurem o cumprimento da legislação e dos regulamentos aplicáveis, bem como a redução dos impactos ambientais para níveis que não excedam os correspondentes a uma aplicação viável das melhores tecnologias disponíveis desde as referentes à minimização do consumo energético, das emissões atmosféricas, da produção de resíduos e do ruído, são capitalizados quando se destinem a servir de modo duradouro a atividade da Empresa, e se relacionem com benefícios económicos futuros, permitindo prolongar a vida útil, aumentar a capacidade ou melhorar a segurança ou eficiência de outros ativos detidos pela Empresa.

Em relação aos encargos de carácter ambiental a Empresa, no âmbito do desenvolvimento da sua atividade incorre em diversos encargos de carácter ambiental, os quais, dependendo das suas características, estão a ser capitalizados ou reconhecidos como um custo nos resultados operacionais do período.

Os dispêndios de carácter ambiental incorridos para preservar recursos ou para evitar ou reduzir danos futuros, e que se considera que permitem prolongar a vida ou aumentar a capacidade ou melhorar a segurança ou eficiência de outros ativos detidos pela Empresa, são capitalizados.

3.18 Benefícios dos Empregados

A Empresa reconhece em gastos os benefícios a curto prazo para os empregados que tenham prestado serviço no respetivo período contabilístico, e como um passivo, após a dedução da quantia já paga, ou de um ativo, na extensão e que o pré-pagamento conduzirá, por exemplo, a uma redução em futuros pagamentos ou a uma restituição de dinheiro.

Obrigações com férias, subsídio de férias e subsídio de Natal:

De acordo com a legislação vigente em Portugal, os colaboradores têm anualmente direito a um mês de férias e a um mês de subsídio de férias, direito esse adquirido no ano anterior ao do seu pagamento. Adicionalmente os colaboradores têm anualmente direito a um mês de subsídio de Natal, direito esse adquirido ao longo do ano e liquidado durante o mês de novembro de cada exercício civil. Assim, estas responsabilidades são registadas no período em que os colaboradores adquirem o respetivo direito, independentemente da data do seu respetivo pagamento.

3.19 Ativos e Passivos Contingentes

A Empresa não reconhece ativos e passivos contingentes.

Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos. Os ativos são divulgados, quando for provável um influxo de benefícios económicos.

Os ativos e passivos contingentes são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas Demonstrações Financeiras.

Se se tornar provável que um exfluxo de benefícios económicos futuros será exigido para um item previamente tratado como um passivo contingente, é reconhecida uma provisão nas Demonstrações Financeiras do período em que a alteração da probabilidade ocorra.

Se se tornar virtualmente certo que ocorrerá um influxo de benefícios económicos, o ativo e o rendimento relacionado são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras do período em que a alteração ocorra.

3.20 Acontecimentos Após a Data de Balanço

As Demonstrações Financeiras apresentadas refletem os eventos subsequentes ocorridos até 10 de maio de 2016, data em que foram aprovadas pelo Conselho de Administração conforme referido na Nota 2.1.

Os eventos ocorridos após a data do balanço sobre condições que existiam à data do balanço são considerados na preparação das Demonstrações Financeiras.

Os acontecimentos materiais após a data do balanço que não dão lugar a ajustamentos são divulgados na Nota 34.

3.21 Principais Estimativas e Julgamentos Apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas Demonstrações Financeiras da Empresa são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Direção, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

(i) Provisões

A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

(ii) Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação a aplicar, é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do sector ao nível internacional.

(iii) Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Empresa, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à Empresa.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte do Conselho de Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

(iv) Impostos Sobre os Lucros

As declarações anuais de rendimentos encontram-se sujeitas a revisão e eventual ajustamento por parte das autoridades fiscais durante um período de 4 anos. No caso de serem apresentados prejuízos fiscais, as declarações de rendimento podem ser sujeitas a revisão pelas autoridades fiscais até ao período em que os mesmos possam ser utilizados. Desta forma, é possível que ocorram correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração da Empresa, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas Demonstrações Financeiras.

4 Fluxos de Caixa

4.1 Caixa e seus Equivalentes que não estão disponíveis para uso

Não existem, em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, caixa e equivalentes de caixa não disponíveis para uso.

4.2 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

	2015	2014
Numerário		
- Caixa	2.970	2.633
	<u>2.970</u>	<u>2.633</u>
Depósitos bancários		
- Depósitos à ordem	6.473.556	7.943.353
- Depósitos a prazo	14.500.000	11.000.000
- Outros depósitos	185.838	64.287
	<u>21.159.393</u>	<u>19.007.640</u>
Caixa e equivalentes de caixa	<u><u>21.162.364</u></u>	<u><u>19.010.273</u></u>

Em 31 de Dezembro de 2015, a totalidade dos excedentes de tesouraria da empresa, estavam aplicados em Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo (CEDIC), com maturidade em 23 de junho de 2016. Os mesmos são apresentados na Demonstração dos Fluxos de Caixa como um equivalente de caixa pelo facto de poderem ser desmobilizados a qualquer momento, sem penalização de juros.

Tipo	Montante	Vencimento
IGCP - CEDIC - Certificados Especiais Curto Prazo	2.000.000	29-fev-16
IGCP - CEDIC - Certificados Especiais Curto Prazo	7.500.000	6-jun-16
IGCP - CEDIC - Certificados Especiais Curto Prazo	5.000.000	23-jun-16
	<u>14.500.000</u>	

Os outros recebimentos / pagamentos incluídos nos fluxos de caixa das atividades operacionais referem-se, fundamentalmente, a reembolsos de Imposto sobre o Valor Acrescentado, recebimento de subsídios à exploração e outros recebimentos e pagamentos não enquadráveis na atividade operacional.

Em 31 de dezembro de 2015, as linhas de crédito autorizadas mas não utilizadas ascendem a €4.250.000 (2014: €8.250.000)

5 Ativos Fixos Tangíveis

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros	Ativos em curso	Total
31 de dezembro de 2014								
Custo de aquisição	71.943.244	272.299.857	7.728.885	639.998	917.261	1.558.607	26.292.325	381.380.177
Depreciações acumuladas	-	(63.108.446)	(7.556.916)	(625.146)	(827.973)	(1.479.316)	-	(73.597.797)
Imparidade Acumulada	-	(673.118)	-	-	-	-	-	(673.118)
Valor líquido	71.943.244	208.518.293	171.969	14.852	89.288	79.291	26.292.325	307.109.262
Movimentos no exercício:								
Adições	-	624.337	-	-	25.933	10.361	28.088	688.720
Transferências e abates	-	25.680.936	-	-	(36.555)	(3.653)	(25.680.936)	(40.208)
Depreciação - exercício	-	(5.806.413)	(51.948)	(5.748)	(61.558)	(26.989)	-	(5.952.655)
Depreciação- transf. e abates	-	-	-	-	35.070	3.653	-	38.723
Valor líquido	-	20.498.860	(51.948)	(5.748)	(37.110)	(16.628)	(25.652.847)	(5.265.420)
31 de dezembro de 2014								
Custo de aquisição	71.943.244	298.605.129	7.728.885	639.998	906.639	1.565.316	639.478	382.028.689
Depreciações acumuladas	-	(68.914.859)	(7.608.863)	(630.893)	(854.461)	(1.502.653)	-	(79.511.729)
Imparidade Acumulada	-	(673.118)	-	-	-	-	-	(673.118)
Valor líquido	71.943.244	229.017.152	120.022	9.105	52.178	62.663	639.478	301.843.842

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros	Ativos em curso	Total
1 de janeiro de 2015								
Custo de aquisição	71.943.244	298.605.129	7.728.885	639.998	906.639	1.565.316	639.478	382.028.689
Depreciações acumuladas	-	(68.914.859)	(7.608.863)	(630.893)	(854.461)	(1.502.653)	-	(79.511.729)
Imparidade Acumulada	-	(673.118)	-	-	-	-	-	(673.118)
Valor líquido	71.943.244	229.017.152	120.022	9.105	52.178	62.663	639.478	301.843.842
Movimentos no exercício:								
Adições	-	1.216.257	111.077	36.646	15.845	60.616	8.888	1.449.329
Transferências e abates	-	(59.659)	-	(9.427)	(28.820)	(3.029)	(22.936)	(123.871)
Depreciação - exercício	-	(5.916.740)	(35.154)	(7.294)	(23.253)	(40.004)	-	(6.022.444)
Depreciação- transf. e abates	-	58.903	-	9.427	28.019	3.029	-	99.379
Reforço/Reversão imparidade - exercício	-	43.422	-	-	-	-	-	43.422
Valor líquido	-	(4.657.816)	75.923	29.353	(8.209)	20.612	(14.048)	(4.554.185)
31 de dezembro de 2015								
Custo de aquisição	71.943.244	299.761.727	7.839.962	667.217	893.664	1.622.904	625.430	383.354.147
Depreciações acumuladas	-	(74.772.696)	(7.644.017)	(628.759)	(849.695)	(1.539.628)	-	(85.434.795)
Imparidade Acumulada	-	(629.695)	-	-	-	-	-	(629.695)
Valor líquido	71.943.244	224.359.336	195.945	38.457	43.969	83.275	625.430	297.289.657

Conforme referido na Nota 7, durante os exercícios de 2015 e 2014 não terminou qualquer concessão de uso privativo.

Durante o exercício de 2013, a Empresa reconheceu uma imparidade, no valor de €673.118, relativa aos edificadros de uma concessão de uso privativo, que reverteram para a Empresa no exercício de 2009. Dado o estado de degradação de tais edificadros, foi reconhecida uma perda por imparidade sobre os mesmos. Neste exercício a Empresa reverteu esta imparidade em €43.422.

Os valores mais significativos incluídos na rubrica de "Ativos em curso" referem-se aos seguintes projetos:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
ZALI - Zona de atividades logísticas e industriais	500.000	500.000
Plataforma logística de contentores	31.644	30.144
Ampliação esteira do Terminal de Graneis Líquidos	25.498	25.498
Melhoria das infraestruturas do Porto de Aveiro	17.990	37.214
Outros	50.298	46.622
	<u>625.430</u>	<u>639.478</u>

O gasto com depreciação de ativos fixos tangíveis no exercício de 2015 ascendeu a €6.022.444 (2014: 5.952.655), e está reconhecido na rubrica "Depreciações do exercício" da Demonstração dos Resultados.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, não foram capitalizados gastos financeiros.

6 Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento são compostas por terrenos e edifícios com o objetivo de valorização, tendo apresentado a seguinte evolução:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
A 1 de janeiro		
Valor bruto	4.106.082	4.107.155
Depreciações acumuladas	-	-
	<u>4.106.082</u>	<u>4.107.155</u>
Movimentos no exercício:		
Aumentos / (Reduções)	-	(1.072)
	-	(1.072)
A 31 de dezembro		
Valor bruto	4.106.082	4.106.082
Depreciações acumuladas	-	-
Valor líquido	<u>4.106.082</u>	<u>4.106.082</u>

As propriedades de investimentos referem-se, fundamentalmente a terrenos, localizados nos concelhos de Aveiro e de Ílhavo. Pelo facto de não se encontrarem reunidas as condições estabelecidas nos parágrafos 8 e 9 da NCRF 8 - Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas, assim como os requisitos do Apêndice A da referida norma, estes imóveis foram apresentados no balanço como propriedades de investimento.

A APA, S.A. aplica o modelo de custo para mensurar as propriedades de investimento e a sua divulgação está conforme previsto na alínea e) do parágrafo 79 da Norma Contabilística de Relato Financeiro - Propriedades de Investimento.

No exercício de 2013, a APA, S.A. procedeu à avaliação individual dos bens registados como propriedades de investimento. Da avaliação resultou o valor global de €7.440.400 (valor contabilístico: €4.107.155), tendo-se igualmente verificado que o valor de avaliação individual de cada bem é superior ao valor contabilístico dos mesmos.

Tendo por base uma avaliação efetuada internamente por um funcionário com competências para o efeito, o justo valor destes imóveis em 31 de dezembro de 2015 não sofreu alteração significativa (€7.708.562) face ao valor de avaliação apurado com referência a 31 de dezembro de 2013.

7 Ativos Intangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, os movimentos registados em rubricas do ativo intangível foram como segue:

	<i>Software</i>	Concessões	Ativos em curso	Total
A 1 de janeiro de 2014				
Custo de aquisição	765.210	53.978.570	-	54.743.780
Amortizações acumuladas	(755.719)	(13.027.681)	-	(13.783.400)
	9.491	40.950.889	-	40.960.380
Movimentos no exercício				
Adições	9.121	-	8.063	17.183
Amortizações - exercício	(6.184)	(2.294.064)	-	(2.300.248)
	2.936	(2.294.064)	8.063	(2.283.065)
31 de dezembro de 2014				
Custo de aquisição	774.331	53.978.570	8.063	54.760.964
Amortizações acumuladas	(761.903)	(15.321.745)	-	(16.083.648)
	12.428	38.656.825	8.063	38.677.315
Movimentos no exercício				
Adições	7.889	-	37.138	45.026
Amortizações - exercício	(8.975)	(2.294.064)	-	(2.303.038)
	(1.086)	(2.294.064)	37.138	(2.258.012)
31 de dezembro de 2015				
Custo de aquisição	782.220	53.978.570	45.200	54.805.990
Amortizações acumuladas	(770.878)	(17.615.809)	-	(18.386.687)
	11.342	36.362.761	45.200	36.419.303

A amortização de ativos intangíveis, no exercício de 2015, ascenderam a €2.303.038 (2014: €2.300.248) está incluída na rubrica Gastos/ Reversões de depreciação e de amortização.

Os ativos intangíveis em curso incluem um montante de €43.700, relativo ao Projeto Pilotos Portugal.

O detalhe das concessões de uso privativo incluídas nas Demonstrações Financeiras da Empresa, na sequência da adoção da política contabilística referida na Nota 3.6 é como segue:

	Concessão 1	Concessão 2	Concessão 3	Concessão 4	Total
A 1 de janeiro de 2014					
Custo de aquisição	2.766.694	17.403.374	33.012.975	795.527	53.978.570
Amortizações acumuladas	(713.290)	(2.392.964)	(9.830.696)	(90.731)	(13.027.681)
	2.053.404	15.010.410	23.182.278	704.796	40.950.889
Movimentos no exercício:					
Amortizações - exercício	(172.330)	(435.084)	(1.650.649)	(36.000)	(2.294.064)
	(172.330)	(435.084)	(1.650.649)	(36.000)	(2.294.064)
31 de dezembro de 2014					
Custo de aquisição	2.766.694	17.403.374	33.012.975	795.527	53.978.570
Amortizações acumuladas	(885.620)	(2.828.048)	(11.481.345)	(126.731)	(15.321.745)
	1.881.074	14.575.326	21.531.630	668.796	38.656.825
Movimentos no exercício:					
Amortização - exercício	(172.330)	(435.084)	(1.650.649)	(36.000)	(2.294.064)
	(172.330)	(435.084)	(1.650.649)	(36.000)	(2.294.064)
31 de dezembro de 2015					
Custo de aquisição	2.766.694	17.403.374	33.012.975	795.527	53.978.570
Amortizações acumuladas	(1.057.951)	(3.263.133)	(13.131.994)	(162.732)	(17.615.809)
	1.708.743	14.140.241	19.880.981	632.796	36.362.761

Nota: Os nomes das concessionárias estão protegidos por informação reservada às partes contratantes.

Apresenta-se de seguida quadro com concessões de uso privativo, com ativos que revertem gratuitamente para a APA, S.A. no final do período contratual:

Concessão	Data de início do contrato	Prazo	Bens reversíveis da Concessão	Situação
Navalria - Docas Construções e Reparações Navais, S.A.	01-03-2008	10 anos	Edificados e outras construções	Ativo
Prio Biocombustíveis, S.A.	22-12-2006	20 anos	Tanques	Ativo
SGPAMAG - Sociedade de Graneis do Parque de Aveiro, Movimentação e Armazenagem de Graneis, S.A.	31-12-2010	20 anos	Edificados e outras construções	Ativo
Socarpor - Sociedade de Cargas Portuárias (Aveiro), S.A.	11-08-2006	20 anos	Silos de armazenagem	Ativo

No que refere à Concessão de serviço público atribuída em 26 de janeiro de 2001, por um prazo de 25 anos, à Socarpor - Sociedade de Cargas Portuárias, S.A., para a exploração da operação portuária no Terminal Sul, em regime de serviço público, não foi reconhecido qualquer ativo, pelo facto de se perspetivar que no final do período contratual, os atuais bens em uso por este concessionário não terão qualquer valor económico para a APA, S.A.. Adicionalmente, referimos que (i) excluem-se da reversão gratuita os investimentos em equipamentos nos últimos 10 anos, pelos quais a concessionária tem direito a ser indemnizada pelo seu valor contabilístico e (ii) a atual infraestrutura em uso pelo concessionário faz parte integrante do ativo da APA, S.A..

8 Participações Financeiras - Método Equivalência Patrimonial

8.1 Participações Financeiras em Empresas Subsidiárias

As participações Financeiras em empresas subsidiárias em 31 de dezembro de 2015 e 2014, sua sede social, proporção de capital e sua atividade são como segue:

Empresa	Sede Social	Percentagem de capital detido		Valor contabilístico	
		2015	2014	2015	2014
Administração do Porto da Figueira da Foz, SA	Figueira da Foz	100%	100%	14.351.112	13.628.266
				14.351.112	13.628.266

A Administração do Porto da Figueira da Foz, S. A. ("APFF, S.A."), é uma Sociedade Anónima de capitais exclusivamente públicos, foi criada através do Decreto - Lei 210/2008, de 3 de novembro, tendo o mesmo entrado em vigor 30 dias após a data da sua publicação. A Empresa foi constituída com um capital social de €50.000, integralmente subscrito e realizado pela APA, S.A.. Durante o exercício

de 2012, o capital social da Empresa foi aumentado de €50.000 para €10.000.000, mediante a conversão de reservas resultantes da contrapartida da integração no ativo da Empresa, dos bens destacados na esfera do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos. I.P., ao abrigo do estabelecido no Artigo 8º do Decreto - Lei n.º 210/2008, de 3 de novembro.

A APFF, S.A. tem por objeto a administração do Porto da Figueira da Foz, visando a sua exploração económica, conservação e desenvolvimento e abrangendo o exercício das competências e prerrogativas de autoridade portuária que lhe estejam ou venham a ser cometidas.

8.2 Informação Financeira da Participação na Empresa Subsidiária

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, a informação financeira relativa à participação na empresa subsidiária é como segue:

	2015	2014
Ativos		
Não correntes	9.638.711	9.820.840
Correntes	5.579.632	5.267.491
	15.218.343	15.088.331
Passivos		
Não correntes	373.282	484.771
Correntes	493.950	975.294
	867.231	1.460.065
Capital Próprio	14.351.112	13.628.266
	14.351.112	13.628.266
Atividade no ano		
Rendimentos	8.928.539	8.484.564
Gastos	8.190.562	8.298.843
Resultado Líquido	737.977	185.722
% participação detida	100%	100%
	737.977	185.722

8.3 Movimentos na Participação Financeira Contabilizada pelo Método da Equivalência Patrimonial

Durante os exercícios de 2015 e de 2014, os movimentos ocorridos na participação financeira valorizada pelo método da equivalência patrimonial é como segue:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Início do exercício	13.628.266	13.309.402
Reforço de capital - Prestações acessórias de capital	107.709	127.305
Ganhos / (Perdas) - Método da equivalência patrimonial	737.977	185.721
Outros movimentos no capital	(122.841)	5.838
Final do exercício	<u>14.351.112</u>	<u>13.628.266</u>

Os outros movimentos no capital referem-se às seguintes situações registadas pela subsidiária:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Movimentos efetuados diretamente nos capitais próprios da APFF:		
- Subsídios ao investimento (i)	(158.504)	(31.931)
- Ajustamentos em subsídios ao investimento (i)	35.663	44.174
- Outros	-	(6.405)
	<u>(122.841)</u>	<u>5.838</u>

(i) Os subsídios ao investimento não reembolsáveis são reconhecidos inicialmente na rubrica de capital próprio "Outras variações de capital", sendo subsequentemente creditados na demonstração dos resultados numa base pro-rata da depreciação dos ativos a que estão associados. Durante o exercício de 2015, esta subsidiária registou uma diminuição nos capitais próprios, no montante de €122.841 (2014: aumento de €12.243), relativa a subsídios ao investimento não reembolsáveis, líquido do efeito do correspondente efeito fiscal futuro que lhes está associado, e perdas por imparidade sobre os bens que estes subsídios pretendem subsidiar.

9 Participações Financeiras - Outros Métodos

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, os ativos reconhecidos nesta rubrica são como segue:

	<u>% detida</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
PCI - Parque da Ciência e Inovação, S.A.	1%	22.500	22.500
		<u>22.500</u>	<u>22.500</u>

A PCI tem por objeto a instalação, o desenvolvimento, a promoção e a gestão de um Parque de Ciência e Tecnologia, bem como a prestação dos serviços de apoio necessários à sua atividade, que contribuam para a produção e investigação científica, tecnológica e educativa, como promotor estratégico e operacional da inovação e do empreendedorismo.

Esta participação, adquirida em 2010 pelo montante de €22.500, encontra-se valorizada ao custo por não ser possível determinar com fiabilidade o seu justo valor.

10 Ativos e Passivos por Impostos Diferidos

Os movimentos ocorridos na rubrica de ativos por impostos diferidos para os exercícios apresentados são como se segue:

	<u>Ajustamentos de transição - SNC</u>	
	<u>2015</u>	<u>2014</u>
A 1 de janeiro	-	13.526
Movimentos no exercício:		
Constituição	-	-
Reversão	-	(13.526)
	<u>-</u>	<u>(13.526)</u>
A 31 de dezembro	<u>-</u>	<u>-</u>

De acordo com o CIRC, os ajustamentos de conversão com efeitos em capitais próprios, decorrentes da adoção, pela primeira vez, do SNC, que sejam considerados fiscalmente relevantes, resultantes do reconhecimento de ativos concorrem, em partes iguais, para a formação do lucro tributável em 2010 e nos quatro exercícios seguintes, ou seja, até 2014.

Os movimentos ocorridos na rubrica Passivos por impostos diferidos para os exercícios apresentados são como se segue:

	Concessões	
	2015	2014
A 1 de janeiro	1.107.428	1.080.230
Movimentos no exercício:		
Constituição	178.158	27.198
Reversão	-	-
	<u>178.158</u>	<u>27.198</u>
A 31 de dezembro	<u><u>1.285.586</u></u>	<u><u>1.107.428</u></u>

No que se refere aos ativos das concessões, procede-se ao reconhecimento de passivo por imposto diferido, tendo em consideração a diferença temporária entre o apuramento anual de resultado e a tributação que ocorre no momento da realização efetiva da reversão dos bens. O apuramento anual de resultado decorre da aplicação do justo valor, ainda que baseado nos custos incorridos pelos concessionários, pelo que considerando o n.º 9 do art.º 18.º do CIRC a sua concorrência para a formação do lucro tributável ocorre no período de tributação em que o direito de reversão é exercido. Assim, a tributação em sede de IRC ocorrerá no ano da realização da reversão, ou seja no final do contrato de concessão.

11 Clientes

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, a decomposição da rubrica Clientes, é como se segue:

	2015	2014
Clientes - conta corrente	4.271.233	5.256.537
Clientes de cobrança duvidosa	5.906.038	6.112.112
	<u>10.177.271</u>	<u>11.368.649</u>
Imparidade	(5.906.038)	(6.112.112)
Total clientes	<u><u>4.271.233</u></u>	<u><u>5.256.537</u></u>

Clientes - conta corrente: nesta rubrica encontram-se registados os saldos a receber de clientes decorrentes das prestações de serviços relacionadas com as atividades desenvolvidas pela Empresa, as quais se encontram detalhadas na Introdução a este anexo.

Imparidade em clientes

	2015	2014
A 1 de Janeiro	6.112.112	9.011.734
Aumento por resultados	1.269.700	1.602.787
Redução por resultados	(1.475.774)	(4.502.409)
	(206.074)	(2.899.622)
A 31 de Dezembro	5.906.038	6.112.112

Durante o exercício de 2014, a Empresa e a Docapesca - Portos e Lotas, S.A. (Docapesca) celebraram um Contrato de Concessão de instalações destinadas a atividades da pesca e serviços conexos no porto de pesca costeira de Aveiro. A celebração deste Contrato de Concessão resultou das negociações iniciadas no exercício de 2013, com vista à resolução do litígio existente relativo às taxas de movimentação do pescado, faturadas pela Empresa, mas que se encontravam em fase de cobrança coerciva.

Assim, o contrato de concessão celebrado com a Docapesca fixou como contrapartida da Concessão uma anuidade, no montante de €334.25, atualizável em base anual, de acordo com o fator de atualização das rendas não habitacionais. Esta anuidade produziu efeitos com referência a 1 de outubro de 2014, tendo-se acordado simultaneamente o pagamento do montante de €2.137.868 referente às taxas de uso privativo do edifício da lota durante o período de 1 de janeiro de 2000 a 30 de setembro de 2014.

A celebração deste contrato deu origem, em 2015, à emissão de créditos no montante de €2.936.603 euros e à emissão de uma Nota de Débito no valor de €2.249.948, tendo-se procedido, no exercício de 2014, à reversão da totalidade da imparidade reconhecida sobre o saldo a receber deste cliente, no montante de €2.799.357. Tendo por base informação recebida deste cliente, não se encontra ainda reconhecido por este o montante de €1.124.980, correspondendo à contrapartida estabelecida na Cláusula Terceira do Acordo celebrado entre as partes em 1 de outubro de 2014. Perspetiva-se que o referido montante irá ser reconhecido no decurso do exercício de 2016, não existindo, consequentemente, qualquer risco de cobrança, motivo pelo qual não foi reconhecida qualquer imparidade. Em 15 de abril de 2016, o Tribunal Tributário de Lisboa julgou válida e relevante a transação acordada entre as partes, tendo homologado judicialmente, condenando as partes a cumpri-la nos seus precisos termos.

O cliente Aveiport - Sociedade Operadora Portuária de Aveiro, Lda., cujo saldo em 31 de dezembro de 2015 ascende a 634.014 euros, intentou uma ação contra a Empresa, a correr no Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro contra a APA, na qual é peticionada a apreciação da legalidade das normas do tarifário da Empresa, que aplicam a taxa a suportar pela Aveiport pela utilização de grua privada para movimentação das suas cargas nos terminais do setor norte do Porto de Aveiro. Consideramos, baseados na opinião do nosso Advogado, que a decisão do Tribunal nos será favorável, pelo facto da aplicação da referida taxa resultar do tarifário que foi acordado entre as partes. Nas circunstâncias, sobre o saldo vencido há mais de 360 dias, no montante de €375.688, não foi reconhecida qualquer imparidade.

12 Estado e Outros Entes Públicos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, os saldos com o Estado e outros entes públicos eram como segue:

	2015		2014	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Imposto s/ rendimento - IRC	72.969	-	41.184	-
Impostos s/ rendimento - IRS	-	94.599	-	89.115
Imposto s/ valor acrescentado - IVA	-	36.679	-	44.975
Contribuições para a segurança social	-	110.966	-	106.000
Outros impostos	-	17.425	-	16.904
	<u>72.969</u>	<u>259.669</u>	<u>41.184</u>	<u>256.994</u>

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, não existiam dívidas em mora ao Estado.

Para os períodos apresentados o saldo do IRC tem a seguinte decomposição:

	2015	2014
Pagamentos por conta	74.931	52.105
Retenções na fonte	16.915	22.767
Estimativa de IRC (ver Nota 29)	(18.877)	(33.688)
Total	<u>72.969</u>	<u>41.184</u>

13 Outras Contas a Receber

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a decomposição da rubrica Outras contas a receber, é como segue:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Devedores diversos		
- FEDER - Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional	975.541	975.541
- FEDER - Linhas Férreas	380.282	-
- Logística CENCYL	17.028	17.028
- FEDER - Projeto ANNA	7.181	-
- Administração do Porto da Figueira da Foz, S.A.	44.084	1.850
- Outros	22.861	26.329
	<u>1.446.978</u>	<u>1.020.749</u>
Devedores por acréscimos de rendimentos		
- Juros a receber	943	7.342
- Rendimentos de concessões - Penalidades contratuais (Nota 27)	325.535	261.890
	<u>326.479</u>	<u>269.232</u>
Imparidade	<u>(314.559)</u>	<u>-</u>
	<u><u>1.458.898</u></u>	<u><u>1.289.981</u></u>

Pelo facto de estarem já reunidas todas as condições para o seu recebimento, encontra-se registado na rubrica de devedores diversos um montante de €1.380.033 (2014: €992.569) relativo a subsídios atribuídos mas ainda não recebidos (IFDR e FEDER), pelo facto de ser convicção da Administração que existe uma segurança moderada de que o mesmo irá ser efetivamente recebido. A contrapartida do registo destes montantes foi efetuada na rubrica do capital próprio "Outras variações do capital próprio - Subsídios ao investimento". Pelo facto da ocorrência do recebimento deste montante estar prevista para o exercício de 2016, o mesmo foi apresentado no balanço como um ativo corrente.

Os devedores por acréscimos de rendimentos referem-se a juros a receber relativos aos depósitos a prazo que a Empresa tem em instituições Financeiras, os quais vencem juros a taxas correntes de mercado e a uma penalidade contratual a emitir a uma concessionária (ver Nota 11).

Imparidade em outras contas a receber

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
A 1 de Janeiro	-	-
Aumento por resultados	314.559	-
A 31 de Dezembro	<u><u>314.559</u></u>	<u><u>-</u></u>

A generalidade dos contratos de concessão de uso privativo obriga o concessionário a cargas mínimas anuais, podendo a Empresa, a título de penalidade contratual, cobrar uma taxa adicional por tonelada não movimentada abaixo do mínimo definido contratualmente. Assim, no exercício de 2015, estimou-se a aplicação de uma penalidade contratual, no montante de €314.559 euros, a aplicar a um dos concessionários. Apesar deste montante ser devido, e resultar de uma obrigação contratual, perspetiva-se que o mesmo irá ser reclamado pelo concessionário. Neste sentido, e por prudência contabilística, foi reconhecida uma imparidade total sobre tal montante, apesar de ser intenção da Empresa levar a cabo todas as ações necessárias tendentes ao recebimento integral desta penalidade contratual.

14 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, a Empresa tem registado na rubrica Diferimentos os seguintes saldos:

Gastos a reconhecer

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Seguros	32.644	52.714
Materiais de economato, limpeza e combustíveis	120.770	127.620
	<u><u>153.413</u></u>	<u><u>180.334</u></u>

Os gastos a reconhecer referem-se a pré-pagamentos de serviços contratados e ainda não recebidos e a consumíveis e artigos de economato, os quais são inicialmente diferidos, sendo reconhecidos como gasto à medida que vão sendo consumidos.

Rendimentos a reconhecer

Corrente

	2015	2014
Concessões	3.085.879	3.085.879
	3.085.879	3.085.879

Não corrente

	2015	2013
Concessões	27.563.165	30.649.044
	27.563.165	30.649.044

Os rendimentos a reconhecer “Concessões” resultam da aplicação da política contabilística definida na nota 3.6, no que se refere a ativos de concessões que, no final do período contratual, reverterem gratuitamente para a Empresa. A contrapartida do registo dos ativos é efetuada na rubrica de Rendimentos a reconhecer, sendo o correspondente rendimento reconhecido na demonstração dos resultados, linearmente, durante o período da concessão.

Os movimentos ocorridos nos exercícios de 2015 e de 2014 foram como segue:

	Concessão 1	Concessão 2	Concessão 3	Concessão 4	Total
1 de janeiro de 2014	1.364.290	12.110.182	22.654.653	691.677	36.820.802
Imputação a rendimentos	(340.128)	(962.399)	(1.742.666)	(40.687)	(3.085.879)
31 de dezembro de 2014	1.024.162	11.147.783	20.911.988	650.990	33.734.923
Imputação a rendimentos	(340.128)	(962.399)	(1.742.666)	(40.687)	(3.085.879)
31 de dezembro de 2015	684.034	10.185.385	19.169.322	610.303	30.649.044

15 Capital

Conforme previsto no artigo 9º dos Estatutos anexos ao Decreto-Lei nº 339/98, de 3 de novembro, o capital social, integralmente subscrito e realizado, foi inicialmente fixado em €7.292 milhares.

Subsequentemente, o capital passou para €30.000.000, por incorporação de parte da reserva de avaliação, resultante da avaliação patrimonial efetuada em 1999, conforme Despacho nº 96/2001 da Inspeção Geral das Finanças.

O capital social atual, totalmente subscrito e realizado, é constituído por 6.000.000 ações, com o valor nominal de 5 euros cada. As ações são nominativas e revestem a forma escritural.

16 Reservas

Reserva legal

De acordo com os Estatutos da Empresa, anualmente deverá ser transferido para a rubrica de reserva legal, no mínimo, 10% do lucro líquido apurado em cada exercício até que a mesma atinja pelo menos 20% do capital social. A reserva legal não pode ser distribuída aos acionistas, podendo, contudo, em determinadas circunstâncias, ser utilizada para aumentos de capital e para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas.

Outras reservas

As outras reservas incluem:

- (i) um montante de €189.766.558 relativo à avaliação patrimonial referida nas Notas 2.1 e 3.3.

Esta reserva não é distribuível, podendo ser utilizada para aumentos de capital social ou para absorver resultados transitados negativos.

- (ii) um montante de €3.814.566 relativo a reservas não distribuíveis, pelo reconhecimento de ativos por reversão gratuita de bens no final do contrato de concessão de serviço público ou uso privativo de bens dominiais afetos à atividade portuária, de acordo com a política contabilística referida na Nota 3.6.

Os movimentos ocorridos nos exercícios de 2015 e de 2014 nas Outras reservas analisam-se como segue:

	2013	Movimentos no exercício	2014	Movimentos no exercício	2015
Reservas - Avaliação patrimonial (i)	189.766.558	-	189.766.558	-	189.766.558
Reservas - Efeito das concessões	2.452.127	597.820	3.049.948	764.618	3.814.566
	<u>192.218.685</u>	<u>597.820</u>	<u>192.816.506</u>	<u>764.618</u>	<u>193.581.124</u>

(i) Avaliação patrimonial referida na Nota 3.3.

Os efeitos da adoção da política contabilística descrita na Nota 3.6 na rubrica Outras reservas foram os seguintes:

	Reservas - Concessões
1 de janeiro de 2014	2.452.127
Movimentos no exercício:	
- Aplicação do resultado líquido de 2013	597.821
31 de dezembro de 2014	3.049.948
Movimentos no exercício:	
- Aplicação do resultado líquido de 2014	764.618
31 de dezembro de 2015	3.814.566

17 Ajustamentos em Ativos Financeiros e Outras Variações no Capital Próprio

17.1 Ajustamentos em ativos financeiros

Os ajustamentos em ativos financeiros analisam-se como segue:

	2015	2014
Ajustamentos em ativos financeiros no início do exercício:	13.944.680	13.938.841
Movimentos efetuados diretamente nos capitais próprios da APFF (ver Nota 8.3)		
- Resultados transitados	185.721	(6.405)
- Subsídios ao investimento	(158.504)	(31.931)
- Ajustamentos em subsídios ao investimento	35.663	44.174
Ajustamentos em ativos financeiros no final do exercício:	14.007.561	13.944.680

17.2 Outras Variações nos Capitais Próprios

As Outras variações no capital próprio referem-se às seguintes naturezas de movimentos ocorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014:

	Subsídios ao investimento	Concessões - reversões	Ajustamentos em subsídios	Total
1 de janeiro de 2014	92.232.391	2.281.154	(22.596.936)	71.916.609
Adições	1.343.215	-	-	1.343.215
Regularização por capital	-	-	1.996.919	1.996.919
Regularização por resultados (ver Nota 27)	(2.019.976)	-	-	(2.019.976)
31 de dezembro de 2014	91.555.630	2.281.154	(20.600.017)	73.236.767
Adições	783.508	-	-	783.508
Regularização por capital	-	-	295.799	295.799
Regularização por resultados (ver Nota 27)	(2.098.166)	-	-	(2.098.166)
31 de dezembro de 2015	90.240.972	2.281.154	(20.304.218)	72.217.908

Conforme referido na Nota 3.14, os subsídios ao investimento não reembolsáveis são reconhecidos inicialmente na rubrica de capital próprio Outras variações no capital próprio sendo subsequentemente imputados aos rendimentos do período na rubrica “Outros rendimentos e ganhos” de acordo com os gastos de depreciação e amortização dos ativos a que estão associados. Tendo em consideração que a base contabilística e a base fiscal dos subsídios relacionados com ativos são coincidentes, a CNC clarificou que o reconhecimento dos subsídios relacionados com investimentos em ativos no Capital próprio deveria ser líquido do efeito fiscal futuro, mas que esse ajustamento não deveria corresponder ao reconhecimento de um passivo por imposto diferido. Assim, a CNC propôs que no reconhecimento inicial dos subsídios seja utilizada uma conta de “Ajustamento a subsídios” no capital próprio (movimento a débito) por contrapartida de uma conta de “Outras contas a pagar” no passivo (movimento a crédito), por conta do imposto sobre o rendimento a pagar no futuro. Nos períodos subsequentes, os “Ajustamentos a subsídios” são regularizados à medida que os subsídios vão sendo reconhecidos em resultados do período, por contrapartida de Outras contas a pagar.

Os movimentos ocorridos no exercício relativos a subsídios atribuídos e/ou a atribuir à Empresa analisam-se como segue:

Componente	2013	Movimentos em 2014		2014	Movimentos em 2015		2015
		Recebido e/ou a receber	Reconhecido como rendimento		Recebido e/ou a receber	Reconhecido como rendimento	
Cap.º 50.º	26.555.266	-	(621.737)	25.933.528	783.508	(621.890)	26.095.146
FEDER	49.446.154	1.343.215	(1.057.494)	49.731.874	-	(1.135.480)	48.596.395
Propescas	1.114.058	-	(40.628)	1.073.430	-	(40.628)	1.032.803
Fundo de Coesão	14.850.906	-	(284.143)	14.566.763	-	(284.143)	14.282.620
Medida B5-700	163.581	-	(7.831)	155.749	-	(7.831)	147.918
Outros	102.427	-	(8.142)	94.285	-	(8.194)	86.091
	92.232.391	1.343.215	(2.019.976)	91.555.630	783.508	(2.098.166)	90.240.972

18 Provisões

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 o detalhe das provisões analisa-se como segue:

	2015	2014
A 1 de janeiro	433.014	238.928
Movimentos em resultados:		
Dotação	-	353.127
Redução	(353.127)	(56.134)
	<u>(353.127)</u>	<u>296.993</u>
Movimentos em balanço:		
Dotação	-	79.887
Utilização	(24.905)	(182.794)
A 31 de dezembro	<u>54.982</u>	<u>433.014</u>

Em 2014 a Empresa constituiu uma provisão de €353.127 para fazer face a riscos do negócio. Em 2015, o risco associado a esta provisão concretizou-se, tendo o correspondente gasto sido registado na rubrica "Outros gastos e perdas" e, simultaneamente, procedido à reversão desta provisão.

Na sequência de realização da empreitada denominada por Reconfiguração da Barra do Porto de Aveiro, a Empresa celebrou um contrato com uma entidade externa um contrato de prestação de serviços de monitorização hidrodinâmica da ria de Aveiro, pelo montante global de €293.000. Nas circunstâncias, tendo em consideração o referido no parágrafo 18 da NRCF 7 - Ativos fixos tangíveis, este montante foi adicionado ao custo diretamente atribuível à referida empreitada. A contrapartida

do reconhecimento deste custo foi registada na rubrica de Provisões. Assim, o valor da provisão em 31 de dezembro de 2015 corresponde ao montante contratualizado e ainda não faturado.

19 Financiamentos Obtidos

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o detalhe dos empréstimos, quanto ao prazo (corrente e não corrente) e por natureza de empréstimo, no final do exercício, é como segue:

	2015			2014		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos bancários	1.453.632	15.726.819	17.180.451	1.453.632	17.180.453	18.634.085
	<u>1.453.632</u>	<u>15.726.819</u>	<u>17.180.451</u>	<u>1.453.632</u>	<u>17.180.453</u>	<u>18.634.085</u>

Os empréstimos bancários incluem:

(i) Empréstimo Banco Europeu de Investimento (BEI)

O empréstimo junto do BEI, no montante de €25.000.000, resulta de um contrato de financiamento celebrado em 29 de outubro de 2004, que teve por objetivo o financiamento das obras de expansão e aumento de capacidade das infraestruturas do Porto de Aveiro.

Em benefício da Empresa, o banco abriu um crédito até ao montante de €30.000.000, tendo sido utilizado um montante de €20.000.000 até 31 de dezembro de 2008 e em novembro de 2010 efetuou uma segunda utilização, no montante de €5.000.000, tendo como objetivo o cofinanciamento do projeto de reconfiguração da barra.

O capital mutuado pelo banco vence juros calculados pela taxa variável do BEI, próxima da taxa Euribor, acrescida de um spread máximo de 0,13%.

Como garantia deste empréstimo, foi assinado um contrato de fiança com o Estado Português.

(ii) Empréstimo BPI, S.A. - Millennium BCP - Banco Comercial Português, S.A.

A APA, S.A. foi solidariamente responsável, em conjunto com a Administração do Porto de Lisboa, S.A., Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A., Administração do Porto de Sines S.A., e IPTM, I.P., pela liquidação de um empréstimo contraído pela APP - Associação dos Portos de Portugal (APP) junto de um sindicato bancário em julho de 2000, o qual se destinou a financiar o reembolso antecipado da totalidade do empréstimo obrigacionista APAJP/94. Em 17 de janeiro de 2007, foram

negociados empréstimos bancários o Banco BPI e Banco Millennium BCP, com vista ao financiamento do reembolso antecipado do empréstimo atrás referido, ficando, assim, individualizadas as responsabilidades de cada Administração Portuária e da APP.

O empréstimo, contraído pela APA, S.A., no montante global de €2.500.000, consubstanciou-se:

- Taxa de Juro: Euribor a seis meses, acrescida de uma margem de 0,125% ao ano;
- Pagamento de Juros: semestrais e postecipados;
- Reembolso: dezanove prestações semestrais constantes e sucessivas, de capital e juros, tendo-se vencido a primeira doze meses após a assinatura do contrato (janeiro de 2008).

Resultante deste processo, com a contratação do empréstimo relativo à dívida da APP, assumiu, a APA, S.A. em conjunto com as restantes Administrações Portuárias, a posição de Fiadora.

Realça-se no entanto que, em 17 de janeiro de 2012, a APP procedeu à liquidação total antecipada do referido empréstimo, extinguindo-se, portanto, a responsabilidade da APA, S.A. como fiadora perante a dívida em questão.

A maturidade dos empréstimos bancários não correntes é como segue:

<u>Ano</u>	<u>BEI</u>	<u>BPI / BCP</u>	<u>Total</u>
2017	1.190.474	131.579	1.322.053
2018 - 2024	14.404.766	-	14.404.766
	<u>15.595.240</u>	<u>131.579</u>	<u>15.726.819</u>

20 Outras Contas a Pagar

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, o detalhe da rubrica de Outras contas a pagar é como segue:

Não corrente:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Outras contas a pagar - Ajustamentos em subsídios	19.849.723	20.145.522

No reconhecimento inicial dos subsídios é utilizada uma conta de "Ajustamento a subsídios" no capital próprio (movimento a débito) por contrapartida de uma conta de "Outras contas a pagar" no passivo

(movimento a crédito), por conta do imposto sobre o rendimento a pagar no futuro. Nos períodos subsequentes, os “Ajustamentos a subsídios” são regularizados à medida que os subsídios vão sendo reconhecidos em resultados do período, por contrapartida de Outras contas a pagar.

Corrente:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Fornecedores investimentos	65.441	14.494
Cauções de fornecedores	201.083	49.152
Credores diversos	44.891	37.590
Outras contas a pagar - Ajustamentos em subsídios	454.495	454.495
Credores por acréscimos de gastos:		
Remunerações a pagar	558.877	551.849
Crédito a emitir à Docapesca	-	282.164
Juros a liquidar	2.671	5.740
Outros	196.972	295.147
	<u>758.521</u>	<u>1.134.900</u>
	<u><u>1.524.431</u></u>	<u><u>1.690.630</u></u>

Remunerações a pagar - Esta rubrica respeita ao direito ao subsídio de férias e a dias de férias e respetivos encargos obrigatórios, adquiridos pelos trabalhadores em 31 de dezembro de cada ano, cujo pagamento irá ocorrer no exercício seguinte.

21 Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, os saldos de fornecedores analisam-se como segue:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Fornecedores - conta corrente	160.454	866.728
Faturas - faturas em receção e conferência	341.492	910.911
	<u><u>501.946</u></u>	<u><u>1.777.639</u></u>

22 Prestações de Serviços

O montante das prestações de serviços reconhecidas na demonstração dos resultados, é detalhado como segue:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Prestações de serviços:		
Tarifas de uso do porto - Navio	1.650.734	1.538.654
Amarrar e desamarrar	347.702	327.162
Armazenagem	284.252	409.912
Estacionamento	257.699	196.614
Pilotagem	1.255.730	1.216.246
Tarifas de uso de equipamento	425.142	590.410
Serviços secundários	15.401	18.100
Total	<u>4.236.660</u>	<u>4.297.098</u>

As prestações de serviços estão relacionadas com as atribuições da Empresa, as quais se encontram descritas na Introdução a este anexo.

23 Subsídio à Exploração

O montante dos subsídios à exploração reconhecido na demonstração dos resultados dos exercícios de 2015 e de 2014 é detalhado como segue:

Descrição	Entidade	Recebido e/ou a receber		Reconhecido como rendimento		A reconhecer	
		2014	2015	2014	2015	2014	2015
Dragagem de manutenção dos fundos do porto do Porto de Aveiro	PIDDAC	612.174	-	612.174	-	-	-
Projeto Logística CENCYL	FEDER	6.241	7.181	6.241	7.181	-	-
Outros	Outros	289	-	289	-	-	-
		<u>618.704</u>	<u>7.181</u>	<u>618.704</u>	<u>7.181</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Empresa recebeu do Feder um montante €7.181.

24 Fornecimentos e Serviços Externos

O detalhe dos gastos com fornecimentos e serviços externos é como segue:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Serviços especializados:		
Trabalhos especializados	385.362	358.326
Publicidade e propaganda	27.540	40.634
Vigilância e segurança	351.272	352.436
Honorários	63.123	64.155
Comissões	244	-
Conservação e reparação	1.479.972	2.837.990
Outros	9.418	6.782
Materiais	64.408	52.213
Energia e fluídos	450.946	462.108
Deslocações, estadas e transportes	9.080	16.312
Serviços diversos:		
Rendas e alugueres	87.530	85.530
Comunicação	64.603	67.462
Seguros	40.251	44.652
Contencioso e notariado	4.787	2.967
Despesas de representação	2.296	9.075
Limpeza, higiene e conforto	39.482	39.029
Outros	32.863	44.603
	<u>3.113.175</u>	<u>4.484.276</u>

A redução nos gastos com Conservação e reparação, no valor de €1.371.101 resulta, essencialmente, na diminuição de gastos com dragagens de manutenção

25 Gastos com o Pessoal

Os gastos com pessoal, incorridos durante os exercícios de 2015 e de 2014, foram como segue:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Remunerações:		
Órgãos sociais	276.758	193.421
Pessoal	<u>3.441.507</u>	<u>3.486.797</u>
	<u>3.718.265</u>	<u>3.680.218</u>
Encargos sobre remunerações	857.555	879.577
Gastos de ação social	22.814	26.364
Outros	<u>65.921</u>	<u>102.700</u>
	<u><u>4.664.555</u></u>	<u><u>4.688.858</u></u>

Durante o exercício o número médio de empregados ao serviço da Empresa foi de 99 (2013: 99 funcionários).

As remunerações do pessoal incluem, para além das remunerações base, outras remunerações acessórias, constantes da Portaria n.º 1098/99, de 21 de dezembro.

No que se refere ao cumprimento das orientações relativas às remunerações vigentes em 2015, nomeadamente as medidas de redução remuneratória previstas na Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, cumpre-nos referir que as mesmas não se encontram a ser aplicadas pela Empresa, por ser entendimento do Conselho de Administração que o estabelecido nos Despachos do Secretário de Estado da Administração Pública, n.º 1695/2013-SEAP, de 5 de junho de 2013, e do Secretário de Estado das Obras Públicas, Transporte e Comunicações, de 7 de junho de 2013, se mantém válido para o exercício de 2015, com fundamento no previsto no n.º 13 do Artigo 33.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, e no n.º 12 do Artigo 2º da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro. Em 14 de janeiro de 2015, em sede da APP - Associação dos Portos de Portugal, foi enviado um Ofício ao chefe de Gabinete do Senhor Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações a comunicar tal decisão, o qual, até à data, não obteve qualquer resposta.

26 Outros Gastos e Perdas

A rubrica Outros gastos e perdas analisa-se como se segue:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Impostos	554.018	163.649
Dívidas incobráveis	-	554
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	1.704	2.557
Donativos	32.335	31.000
Quotizações	14.438	13.165
Outros	22.100	276.773
	<u>624.595</u>	<u>487.698</u>

Com a extinção do IPTM I.P. através do Decreto-Lei n.º 7/2012, de 17 de Janeiro, a comparticipação de 5% das receitas de exploração de cada porto, exceto serviços de pilotagem, que vinha sendo processada a favor deste Instituto e que se encontra relevada nesta rubrica, passou, a partir do exercício de 2013, a ser processada da seguinte forma:

Comparticipação de 3% à Direção Geral dos Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM), de acordo com o estipulado na Portaria n.º 184/2013, de 16 de maio, e;

Comparticipação de 2% à Autoridade da Mobilidade e dos Transportes (AMT) de acordo com o estipulado no Despacho 11573/2015, de 16 de outubro de 2016.

Assim, os impostos e taxas, para além da comparticipação acima mencionada, são constituídos pelo IUC - Imposto Único de Circulação, IVA não dedutível e taxas obrigatórias. A variação na rubrica de Impostos deve-se essencialmente ao gasto reconhecido com a situação mencionada na Nota 18.

27 Outros Rendimentos e Ganhos

A rubrica Outros rendimentos e ganhos analisa-se como se segue:

	2015	2014
Rendimentos de ocupações (i)	4.424.438	4.709.223
Subsídios ao investimento (ver Nota 17.2)	2.098.166	2.019.976
Rendimentos de concessões (ii)	3.142.099	2.230.774
Concessões a reverter (iii)	3.085.879	3.085.879
Fornecimentos diversos (iv)	573.807	559.319
Penalidade contratual (v)	199.997	261.890
Venda de inertes	500.038	244.077
Recolha de resíduos	46.516	26.815
Descontos pronto pagamento obtidos	288	5.292
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	782	-
Outros	199.031	151.248
	14.271.041	13.294.493

(i) Os rendimentos de ocupações referem-se aos valores faturados pela Empresa ao abrigo de contratos de concessão de uso privativo. De acordo com o estabelecido nos referidos contratos, como contrapartida das parcelas cedidas, a Empresa recebe um montante fixo determinado em função da área concedida.

(ii) Os rendimentos de concessões correspondem aos valores faturados a concessionários de serviço público a operar nas instalações do porto de Aveiro, de acordo com o tarifário definido contratualmente.

(iii) Resultado da aplicação da política contabilística definida na Nota 3.6, no que se refere a ativos de concessões que, no final do período contratual, reverterem gratuitamente para a Empresa. A contrapartida do registo dos ativos é efetuada na rubrica "Rendimentos a reconhecer", sendo o correspondente rendimento reconhecido na demonstração dos resultados, linearmente, na rubrica "Outros rendimentos", durante o período da concessão.

(iv) Os fornecimentos e serviços diversos referem-se, fundamentalmente, ao rendimento proveniente do fornecimento de energia e água a entidades instaladas no Porto de Aveiro, assim como a navios.

(v) As penalidades contratuais resultam do estorno, €261.890, da estimativa do valor a debitar a uma concessão de uso privativo, pelo facto das quantidades movimentadas terem sido inferiores às mínimas estabelecidas contratualmente, bem assim como a emissão de uma penalidade contratual por incumprimento na Empreitada de Reforço dos Interfaces Ferroviários dos Terminais de Graneis Líquidos e Sólidos do Porto de Aveiro, no valor de €147.327 e a aplicação de uma penalidade contratual pelo incumprimento da movimentação de carga a que estava obrigada uma concessionária pelo incumprimento do n.º 1 da cláusula 8.ª no valor de €314.559.

28 Gastos e Rendimentos Financeiros

Os gastos e rendimentos financeiros em 2015 e 2014 foram como segue:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Gastos financeiros		
Juros suportados	60.938	109.861
	<u>60.938</u>	<u>109.861</u>
Rendimentos financeiros		
Juros obtidos de aplicações financeiras	312.176	79.447
Juros de mora debitados a clientes	-	99.238
	<u>312.176</u>	<u>178.685</u>

Os juros suportados correspondem aos empréstimos obtidos referidos na Nota 19.

29 Imposto do Exercício

A decomposição do montante de imposto do exercício reconhecido nas Demonstrações Financeiras é conforme segue:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Imposto s/ rendimento corrente	(14.158)	(33.688)
Imposto s/ rendimento diferido	<u>(178.158)</u>	<u>(40.723)</u>
Imposto sobre o rendimento	<u>(192.317)</u>	<u>(74.411)</u>

A Empresa encontra-se sujeita ao regime especial de tributação de grupo de sociedades, previsto no artigo 69º do Código do Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas. Contudo, a Empresa apura e regista o imposto sobre o rendimento tal como se fosse tributada numa ótica individual.

As declarações anuais de rendimentos encontram-se sujeitas a revisão e eventual ajustamento por parte das autoridades fiscais durante um período de 4 anos. No caso de serem apresentados prejuízos fiscais, as declarações de rendimento podem ser sujeitas a revisão pelas autoridades fiscais até ao período em que os mesmos possam ser utilizados. Desta forma, é possível que ocorram correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração da Empresa, de que não haverá correções significativas ao imposto sobre o rendimento registado nas Demonstrações Financeiras.

A taxa de imposto adotada na determinação do montante de imposto nas Demonstrações Financeiras é conforme segue:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Taxa de imposto	21,00%	23,00%
Derrama Municipal	<u>1,50%</u>	<u>1,50%</u>
Taxa média ponderada aplicável à Empresa	<u>22,50%</u>	<u>24,50%</u>

A decomposição do montante de imposto do exercício reconhecido nas Demonstrações Financeiras, é conforme segue:

APA - Administração do Porto de Aveiro, S.A.
 Demonstrações Financeiras Individuais (em euros)
 31 de dezembro de 2015

	2015	2014
Resultado antes de Imposto	3.064.353	3.153.734
Variações patrimoniais positivas	-	-
Variações patrimoniais negativas	-	-
	3.064.353	3.153.734
Taxa de Imposto	22,5%	24,5%
Encargo teórico com IRC	689.479	772.665
Gastos não dedutíveis:		
Ajustamentos tributados	362.945	236.270
Amortizações de ativos intangíveis - Concessões	516.164	562.046
Provisões	-	86.516
Outros	3.682	10.387
Rendimentos não tributados:		
Método de equivalência patrimonial	(166.045)	(45.502)
Reversão de provisões	(79.454)	(58.537)
Reversão de ajustamento tributados	(229.474)	(450.481)
Rendimento de ativos intangíveis - Concessões	(694.323)	(756.040)
Outros	11.337	(8.188)
Prejuízos fiscais da APFF	(414.313)	(349.320)
Tributação Autónoma	11.468	12.301
Derrama Municipal	7.409	21.571
	18.877	33.688
Imposto s/ rendimento corrente	18.877	33.688
Imposto s/ rendimento diferido	178.158	40.723
Imposto s/ rendimento	197.035	74.411
Taxa efetiva de imposto	6,4%	2,4%

Os prejuízos fiscais disponíveis podem ser utilizados para cobrir lucros fiscais futuros. Assim, os prejuízos fiscais disponíveis em 31 de dezembro de 2015, sujeitos a confirmação pela Autoridade Tributária, ascendem a €3.213.859, e podem ser deduzidos aos futuros lucros tributáveis do grupo como segue:

Ano	Valor	Ano limite para utilização
2013	451.498	2018
2014	1.414.889	2026
2015	1.347.472	2027
	3.213.859	

A totalidade destes prejuízos foi gerada pela subsidiária APFF. A Empresa optou por não proceder ao reconhecimento contabilístico de ativos por impostos diferidos, nomeadamente sobre as perdas fiscais reportáveis e sobre os ajustamentos de valor para além dos limites legais, atendendo à difícil previsão quanto à sua materialização como benefício.

30 Compromissos

Os compromissos financeiros assumidos pela Empresa em 31 de dezembro de 2015 ascendem a €1.354.537 (2014: €58.993), e são como se segue:

	<u>2015</u>
Dragagem Manutenção de Fundos	1.186.812
Prestação de Serviços de monitorização hidrodinâmica Ria de Aveiro	54.982
Monitorização ambiental dragagens manut. portos aveiro e figueira da foz	22.000
Isolamento Térmico Cobertura Edifício dos pilotos	14.498
Outros	<u>76.245</u>
	<u><u>1.354.537</u></u>

31 Matérias Ambientais

A Empresa no âmbito do desenvolvimento da sua atividade incorre em diversos encargos de carácter ambiental, os quais, dependendo das suas características, estão a ser capitalizados ou reconhecidos como um gasto nos resultados operacionais do exercício.

Os dispêndios de carácter ambiental incorridos para preservar recursos ou para evitar ou reduzir danos futuros, e que se considera que permitem prolongar a vida ou aumentar a capacidade ou melhorar a segurança ou eficiência de outros ativos detidos pela Empresa, são capitalizados. Durante os exercícios de 2015 e de 2014 a Empresa não capitalizou encargos de carácter ambiental.

Os gastos de carácter ambiental registados nos exercícios de 2015 e de 2014 ascenderam a €121.336 e €77.149, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 não se encontra registado nas Demonstrações Financeiras qualquer passivo de carácter ambiental nem é divulgada qualquer contingência ambiental, por ser convicção da Administração da Empresa que não existem a essa data obrigações ou contingências provenientes de acontecimentos passados de que resultem encargos materialmente relevantes para a Empresa.

32 Partes Relacionadas

A Empresa é controlada pelo Estado Português - Direção Geral do Tesouro e Finanças, que detém 100% do seu capital. Por sua vez, conforme referido na Nota 8, a Empresa detém uma participação representativa do capital social da APFF, S.A..

(i) Transações com a subsidiária

Durante os exercícios de 2015 e de 2014, as transações mais significativas com a subsidiária foram como segue:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Serviços prestados		
APFF, S.A.	116.914	96.281
	<u>116.914</u>	<u>96.281</u>

(ii) Saldos com a subsidiária

No final dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, os saldos resultantes de transações efetuadas com a subsidiária são como segue:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Devedores diversos:		
APFF, S.A.	45.178	-
	<u>45.178</u>	<u>-</u>

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Outras contas a receber		
APFF, S.A.	1.093	1.850
	<u>1.093</u>	<u>1.850</u>

33 Ativos e Passivos Contingentes

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Empresa não apresentava qualquer ativo ou passivo que pudesse ser classificado como contingente.

Em 31 de dezembro de 2015, os principais processos que a APA, S.A. tinha em curso eram os seguintes:

- (i) **Processo a decorrer no Tribunal Administrativo de Aveiro, no qual a TCGL - Terminal de Carga Feral Graneis de Leixões, S.A. e Aveiport, Lda. requerem a anulação de Contrato de Concessão para ocupação de uma parcela dominial no Terminal de Granéis Sólidos do Porto de Aveiro; e**
- (ii) **Processo a decorrer no Tribunal Administrativo de Aveiro no qual a Securitas - Serviços e Tecnologia Segurança, S.A. intentou uma ação administrativa especial visando a apreciação da legalidade do ato de adjudicação e do contrato no “Concurso Público para a Prestação de serviços de Vigilância Humana na área de jurisdição da APA e Plataforma de Cacia” e ainda reconhecimento do direito ao arbitramento de uma indemnização. Foi proferido Acórdão que indeferiu todos os pedidos da Autora, tendo esta interposto recurso para o TCA Norte.**

A Administração considera que dos processos acima mencionados não resultará qualquer encargo, pelo que os mesmos foram considerados como contingentes.

34 Eventos subsequentes

Não são conhecidos eventos posteriores a 31 de dezembro de 2015 que possam influenciar a apresentação e interpretação das Demonstrações Financeiras reportadas a 31 de dezembro de 2015.

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração

